

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO UNIFESP/GUARULHOS
INSTITUTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

VIRGÍNIO MARTINS GOUVEIA

**A DETERMINAÇÃO DIALÉTICA NA ANÁLISE DA MERCADORIA
EM O PRIMEIRO CAPÍTULO DO CAPITAL DE KARL MARX**

GUARULHOS

2014

VIRGÍNIO MARTINS GOUVEIA

**A DETERMINAÇÃO DIALÉTICA NA ANÁLISE DA MERCADORIA
EM O PRIMEIRO CAPÍTULO DO CAPITAL DE KARL MARX**

Dissertação apresentada ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Rodnei Nascimento

GUARULHOS

2014

VIRGÍNIO MARTINS GOUVEIA

**A DETERMINAÇÃO DIALÉTICA NA ANÁLISE DA MERCADORIA
EM O PRIMEIRO CAPÍTULO DO CAPITAL DE KARL MARX**

Dissertação apresentada ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Rodnei Nascimento

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rodnei Nascimento (Orientador - EFLCH)

Prof. Dr. Silvo Rosa (EFLCH)
(Examinador interno)

Prof. Dr. Artur Bispo (UFAL)
(Examinador Externo)

À Berenice,
Mulher guerreira que encarou a vida
com força e perseverança
até seus últimos instantes.
E que, pelo seu amor à vida, força e
coragem, estará eternamente presente em
minhas lembranças.

Agradecimentos

Certamente devo agradecer à Capes por ter financiado minha pesquisa durante esses dois anos. Não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, professor Dr. Rodnei Nascimento pelo profissionalismo e por ter demonstrando ser, além de ótimo profissional e especialista em Marx, um valoroso ser humano, amigo, paciente, dedicado e compreensível. Outros professores na Universidade Federal de São Paulo marcaram minha vida, não apenas como professores em sala de aula. Os professores Edson Teles e Silvio Rosa representaram muito para mim, além das paredes da sala, transportando suas reflexões de estudos. Não poderia também deixar de fora desses agradecimentos a turma do **Lukács Futebol Clube da Universidade Federal** de (Maceió-Alagoas), a quem devo muito pelos anos de aprendizado e pela amizade. Camaradas como Ivo Tonet (em especial), além do gigante e pequenino professor Sérgio Lessa, por suas aulas mágicas. Um grande muito obrigado ao professor e amigo de militância Artur Bispo, e às professoras Cristina Paniago e Edna Bertoldo. Ao sartriano que, na fase da graduação, me ajudou bastante, emprestando livros e dando dicas de estudos. Ao professor Walter Matias e também ao professor Alexandre Torres, por sua tendência natural em sempre querer nos ajudar.

À Antônio de Pádua (o Tico) e ao seu irmão João Jânio (o Teco) que me acolheram nesses últimos dez anos como um membro da família deles, como um irmão. Gostaria de agradecer também à valorosa amizade de Liliane Henrique e Cely Amaral. A Samuel Muniz, Adriana Viana, Gustavo Henrique e Patrícia Cruz, em especial, pela convivência residencial, demasiadamente humorada, nesses últimos dois anos que estive em São Paulo. Aos amigos militantes, companheiros de luta, José Dalmo, camarada que muito respeito e admiro; Thiago Arcanjo, alagoano valoroso, amigo paciente. Thiago Lion e ao Thiago Bertoncelo, pelos debates e suportes jurídicos; Iraci pela receptividade e atenção; enfim, a todos camaradas do Espaço Socialista de São Paulo e de Maceió, organização Marxista e Revolucionária que construí dentro dos meus limites. E, a tantos outros incontáveis amigos(as) que tenho, com muito carinho. Aos meus pais, Tereza Martins Gouveia e Waldir Gouveia da Silva, à Viviane Martins e Maria Eduarda Martins, essa última trazida pela cegonha para alegrar nossas vidas. E, por fim, aos camaradas do movimento estudantil da Unifesp, Renato Racin, Ana Beatriz e tantos outros.

RESUMO

Nosso trabalho tem a intenção de analisar o caminho da **exposição** (*Darstellung*) enquanto método dialético da apresentação das categorias da crítica da economia política, nesse primeiro Capítulo de O Capital de Karl Marx. Em vista disso, procuramos a sua possível mediação com o aspecto geral da “circulação simples” e, conseqüentemente, o seu corolário na consciência dos agentes no modo de produção capitalista. Isso nos impele a responder à problemática em torno da referência histórica das categorias e a percorrer o itinerário expositivo que vai da “troca de mercadorias” à “produção geral”, compreendendo esses dois momentos referidos, respectivamente, às categorias da essência e da aparência presentes na dinâmica contraditória da análise dialética da mercadoria.

Palavras-chave: Mercadoria. Valor. Trabalho-Abstrato. Capital. Fetichismo. Dialética.

RÉSUMÉ

Notre travail se propose d'analyser le chemin de l'exposition (*Darstellung*) comme comprenant la méthode dialectique de présentation dans ce premier chapitre d 'Das Kapital de Karl Marx. Dans cette perspective, nous vous demanderons votre médiation possible avec l'apparence générale de la «circulation simple» et donc son corollaire la prise de conscience des agents dans le mode de production capitaliste. Ce qui nous pousse à répondre aux questions entourant la référence historique des catégories et faire défiler l'itinéraire de l'exposition qui va de «l'échange desmarchandise" pour "la production globale". La compréhension de ces deux moments visés respectivement aux catégories de l'essence et de l'apparence actuelle dans les dynamiques contradictoires de l'analyse dialectique de la marchandise.

Mots-clés: La valeur. Le travail abstraiten. Le capital. Le fétichisme. La dialectique.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: COMO RESPONDER NOSSO PROBLEMA E QUAL NOSSO ITINERÁRIO?.....	09
2 EXPOSIÇÃO (<i>Darstellung</i>) LÓGICA CATEGORIAL OU HISTÓRICA GENÉTICO-EVOLUTIVA?.....	13
2.1 O aspecto racional e mistificador da dialética.....	13
2.2 A dialética enquanto método de exposição (<i>Darstellungs methode</i>).....	20
2.3 O problema do “ponto de partida” (<i>Ausgangspunkt</i>): Começo e crítica.....	26
2.4 A referência histórica das categorias.....	31
3 A CIRCULAÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS ENQUANTO SUPERFÍCIE DO SISTEMA.....	37
3.1 O valor e o processo de circulação de mercadorias.....	38
3.2 O Telos da mercadoria e as três pressuposições da circulação.....	45
3.3 Circulação simples de mercadorias: contribuições de Jorge Grespan e Ruy Fausto.....	49
3.3.1 Ruy Fausto.....	51
3.3.2 Jorge Grespan.....	54
4 A RELAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS DA CONTRADIÇÃO, ESSÊNCIA E APARÊNCIA, NA ANÁLISE DA MERCADORIA.....	59
4.1 Circulação de mercadorias enquanto um sistema de aparências.....	60
4.2 Para uma breve análise acerca da aparência (<i>Erscheinung</i>).....	64
4.3 Crítica do fetiche enquanto aparência mistificada.....	67
4.4 Contradição, pressuposição e posição (<i>Widerprüch, voraussetzung und setzung</i>).....	72
4.5 O momento da essência (<i>Wesentlichen Momente</i>).....	77
4.6 Trabalho abstrato e tempo socialmente necessário para a produção.....	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO: COMO RESPONDER NOSSO PROBLEMA E QUAL NOSSO ITINERÁRIO?

O intenso abandono da “radicalidade metodológica da categoria dialética” correspondente ao mesmo tempo à “propagação de seu uso generalizado¹”, teve como efeito, nas perspectivas não ortodoxas do marxismo, uma consciente dissolução teórica do conceito. Quando não, resumiu-se em larga escala ao encarceramento stalinista² da categoria da dialética, por décadas, a um dualismo ideológico ingênuo. À vista disso, o stalinismo, durante muito tempo, considerou a “filosofia hegeliana” como representativa da classe dominante reacionária e excluiu a **influência hegeliana**³ na formação do marxismo.

Quando essas formas de conceber o método dialético d’O Capital foram predominantes, omitiu-se gradualmente a presença do caráter filosófico⁴ contido na obra. Isto, em suas entranhas mais íntimas, significou, com efeito, um desconhecimento⁵ das bases mais profundas dessa categoria, não absorvendo assim, o real tratamento dado por Marx à filosofia de Hegel. Por outro lado, essa deficiência implicou em uma negação vulgar da dialética hegeliana, ao invés de se conceber uma nova abordagem que se constituiu, inclusive, no Marx maduro⁶ de O Capital.

¹ Ser radical é tomar a coisa pela raiz. E para o homem a raiz é o próprio homem (MARX, 2005, p.145).

² Uma análise mais fiel da nossa crítica ao uso do stalinismo e da ortodoxia marxista significaria necessariamente resgatar a história do movimento operário e o modo como esse movimento relacionou-se com a dialética. Todavia, essa seria uma tarefa de realização interminável e que também vai para além do propósito de nossa pesquisa. Para um primeiro contato crítico com esse tema, sugerimos o livro *A Crise do Movimento Comunista* do marxista espanhol (CLAUDIN, 2013)

³ Mesmo não sendo tão enfáticos ao tratar dessa relação [MARX/HEGEL], tentaremos minimamente sinalizar essa correspondência.

⁴ O Capital – obra predominantemente de ciência – pretende ser a resposta à pergunta: quais são as relações sociais que se constituem como base material da sociedade capitalista? Ora, da construção dessa base material faz parte a criação dos próprios indivíduos e das relações humanas. Assim, a leitura apenas econômica e política e que elimina os elementos filosóficos, amputa da obra de Marx uma parte imprescindível à compreensão mais profunda do seu pensamento e, portanto, do mundo (TONET, 2013, p. 71).

⁵ Cabe aqui ressaltar um importante aspecto referente à expressão **método dialético**: “quanto à expressão ‘método dialético’, relembra H.F. Fulda (artigo cit. na nota 7, Ajatus, 37, p. 192, nota 36,), ela não existe em Hegel e seria mesmo imprópria para designar o que ele compreendia como seu “método especulativo”. A expressão ‘método dialético’ foi provavelmente formulada pela primeira vez, conforme Fulda, em 1840, por Trendelenburg, em suas *Investigações Lógicas*, no contexto da crítica ao ‘método especulativo’ de Hegel”. (apud MÜLLER, 1982, p. 14, nota de rodapé 16).

⁶ Na contramão de “certa hermenêutica das obras de Marx” que tem em O Capital um marco decisivo, não concebemos uma ruptura entre o “jovem” e o “velho” Marx e sim, um processo constitutivo em seu itinerário intelectual feito por continuidades e descontinuidades. Como sinaliza Mészáros, é sempre perigoso, se não arbitrário, dividir os filósofos em “o jovem X” e o “maduro X”, visando opor um ao outro. Os principais contornos de uma ideia sintetizadora fundamental podem – e devem – estar presentes

Preocupados com essa perda e pretendendo resgatar o caráter radical da dialética, inclinamo-nos à elaboração da nossa dissertação, entendida para nós enquanto uma condição filosófica necessária para compreendermos o movimento da dialética na análise da mercadoria. Pois nela, tentaremos expor a congruência metodológica na análise econômica capitalista, e isso, a nosso ver, consiste na identificação da presença da dialética em *O Capital*. Do mesmo modo, significa compreender qual o real tratamento dado por Marx à dialética idealista de Hegel⁷, ou, dizendo em outras palavras, buscaremos acentuar qual a relevância da inversão materialista marxiana.

Dito isto até aqui, em linhas gerais, nosso trabalho tem a intenção de analisar a determinação dialética na análise da mercadoria enquanto uma “metamorfose da manifestação” da “forma” valor presente no Capítulo I do livro primeiro de “*O Capital*”. A rigor, compreendemos que Marx demonstra o valor enquanto categoria social constituído de trabalho humano socialmente igual. Por outro lado, o valor obtém uma “autonomia” no bojo da sociedade capitalista, conforme conserva o fetichismo frente aos seus reais criadores. Nesse processo, essa categoria controla seus produtores subjugando a si todas as outras categorias produzidas por essa sociabilidade, com o intuito de preservar sua autovalorização plena e irracional.

Uma investigação dialética e cuidadosa nos demonstra a verdadeira fonte do lucro do capitalista, e conseqüentemente, a ilusória autonomia da categoria valor. Inicialmente, Marx parte da análise do modo como a riqueza se manifesta através da forma mercadoria. Logo após, o autor apresenta um obstáculo na compreensão da forma mercadoria que consiste no fato de que, por via do fetiche, esconde-se a presença do trabalho humano abstrato e incluso nela. Posteriormente, revela que a verdadeira contradição presente na mercadoria é o conflito entre valor de uso e valor, apresentando também que a verdadeira substancialidade da riqueza é o trabalho (abstrato). Ao avançar em sua investigação dialética, seu método expositivo nos mostra que o processo expansivo do capitalismo e, do mesmo modo, a expansão do valor, não podem ser

na mente do filósofo quando ele elabora, em um texto específico, algumas de suas implicações concreta sem contextos particulares. Essa ideia pode passar, é claro, por mudanças significativas; os próprios contextos particulares requerem constantes reelaborações e modificações em consonância com as características específicas das situações concretas que têm de ser levadas em conta. Mas até mesmo uma conversão genuína do “idealismo” para o “materialismo” não implica necessariamente uma rejeição ou repressão radical da ideia sintetizadora original. (Mészáros, 2013)

⁷Para tal, faremos uso de textos auxiliares dos professores George Grespan, Ruy Fausto e Marcos Müller. Tentaremos, em especial, traçar um grau das diferentes análises realizadas pelos professores Ruy Fausto e George Grespan.

verdadeiramente elucidados a partir da esfera da circulação. No mercado, os produtores parecem seguir cuidadosamente as leis próprias da circulação de mercadorias: “vendem mercadoria pelo seu valor e compram mercadoria pelo seu valor”. Contudo, o capitalista descobre no mercado uma mercadoria *sui generis* que tem a potencialidade de criar “mais valor” do que ela mesma lhe custa, ou seja, a força de trabalho.

Marx constata que o lucro do capitalista consiste na apropriação por via da exploração indevida da força de trabalho. Na interioridade da sociedade burguesa, o valor passa de categoria a categoria conforme sua necessidade: da mercadoria ao dinheiro, do dinheiro ao capital etc. Pretendendo sempre sua expansão incontrolável, impondo ao capitalista uma tarefa de Sísifo. Portanto, Marx expõe os pressupostos e possibilidade do sistema capitalista, que tem como corolário necessário o desenvolvimento do próprio valor em detrimento da realização plena das potencialidades do homem. Assim, a exposição (*Darstellung*) dialética do movimento contraditório do valor, que subjuga a liberdade humana a uma força criada pelo homem e, ao mesmo tempo, “estranha” ao próprio homem, parece-nos indicar a determinação metodológica que perpassa categorias essenciais da dialética marxiana.

A partir disso, supomos que a correlação entre essência e aparência, conteúdo e forma demonstram as relações sincrônicas entre o método dialético marxiano na análise da mercadoria presentes na sua teoria do valor. Contendo assim, na materialidade contraditória da sociabilidade capitalista a fundamentação da simbiose entre trabalho abstrato e abstração real.

Em vista disto, de modo mais particular, a explanação geral que fizemos logo acima tem o seguinte itinerário, em três momentos. Após esta seção introdutória, a segunda seção é denominado pela seguinte indagação: **Exposição Lógica Categorical ou Histórica Genético Evolutiva?** E, é composta por quatro tópicos, são eles: **2.1) O aspecto racional e mistificador da dialética; 2.2) A dialética enquanto método de Exposição (*Darstellungsmethode*); 2.3) O problema do “ponto de partida” (*Ausgangspunkt*): Começo e Crítica e 2.4) A referência histórica das categorias** A terceira seção é acerca da **Circulação Simples de Mercadorias enquanto Superfície do Sistema**, e também é constituído por um número determinado de tópicos: **3.1) O valor e o processo de circulação de mercadorias; 3.2) O telos da mercadoria e as três pressuposições da Circulação; 3.3) Circulação simples de mercadorias: contribuições de Jorge Grespan e Ruy Fausto** . E, finalmente, a quarta seção é sobre

a **Relação Entre as Categorias da Contradição; Essência e Aparência na Análise da Mercadoria**, formado por seis sub tópicos: **4.1) Circulação de mercadorias enquanto um sistema de aparências; 4.2) Para uma breve análise acerca da aparência; 4.3) Crítica do fetiche enquanto aparência mistificada; 4.4) Contradição, pressuposição e posição** (*Widersprüch; Voraussetzung und "Setzung"*); **4.5) O momento da essência** (*Wesentlichen Momente*) e, por fim, **4.6) Trabalho Abstrato e Tempo Socialmente necessário para a produção**. Isto posto, vamos para o que realmente interessa, isto é, ao trabalho propriamente dito.

EXPOSIÇÃO (“Darstellung”) LÓGICA CATEGORIAL OU HISTÓRICA GENÉTICO-EVOLUTIVA?

A questão do começo da exposição e a escolha de seu ponto de partida são indubitavelmente um dos momentos mais importantes e difíceis de qualquer trabalho. Em especial, iniciar a exposição das conclusões de uma investigação que tem o objetivo de reconstituir criticamente a armação sistemática do capital tendo como elementos as determinações mais simples e abstratas⁸, é uma empreitada ainda mais difícil. Pois bem, dessa forma, nesse capítulo temos a tarefa de demonstrar a problemática da exposição (*Darstellung*) dialética do primeiro capítulo de O Capital, assim como também, demonstraremos o correlato Marx-Hegel e, conseqüentemente, a inversão materialista. Faremos referência à produção de Marx acerca do ponto de partida (*Ausgangspunkt*) e suas implicações para a resposta da questão que abre nossa dissertação, qual seja: Exposição lógica categorial ou histórica genético evolutiva?

2.1 O aspecto racional e mistificador da dialética

Confessei-me, então, abertamente discípulo
daquele grande pensador, e no capítulo sobre
a teoria do valor, joguei várias vezes com
seus modos de expressão peculiares.

(MARX; 1996)

Nesse primeiro momento, estamos preocupados em vasculhar a presença de Hegel⁹ no processo de elaboração de O Capital, assim como, também pretendemos brevemente apontar no segundo tópico desse primeiro capítulo a dialética herdada de Hegel enquanto método de “exposição” e, por outro lado, como método de “investigação”. Desse modo, aquém desse acolhimento embutido enquanto

⁸ Como sinaliza Müller em seu artigo: “o verdadeiro concreto da realidade capitalista não é dado pela experiência direta da circulação de mercadorias e pelo movimento dos preços, isto é, pelas categorias da circulação, mas é o resultado de um processo de pensamento que reconstrói a constituição sistemática do capital a partir das determinações mais simples, abstratas e aparentes da produção capitalista [...] para chegar às mais ricas, concretas e essenciais”. (MÜLLER, 1982, p.23)

⁹ Para aqueles que acham essa uma questão desimportante, observemos o que, o próprio Marx, escrevera em uma determinada correspondência: “se houver novamente tempo para tais trabalhos, eu teria muito prazer [...] em tornar acessível ao entendimento humano comum o racional no método que Hegel descobriu e em seguida mistificou”. (apud GRESPAN, 2002, p. 27)

pressuposto¹⁰ na teoria marxiana, também sabemos, através das leituras das correspondências trocadas entre Marx e Engels, isso já na quadra histórica da construção dos *Grundrisse*, (*Kritik der politischen Ökonomie*), considerado o "Rohentwurf"¹¹ de "O Capital". "O fato de Marx ter comentado a relevância do idealismo objetivo hegeliano, numa das correspondências por felicidade de Bakunin e ter deixado em Londres a **Lógica de Hegel**"¹² Acaso feliz, porque "folhear" o livro, ajudou-o muito nos problemas relativos ao "método de elaboração [*Bearbeiten*] de seu próprio manuscrito" (GRESPLAN apud MARX, 2002, p.27). E, após esse encontro, Marx fixou a intenção de expor teoricamente ao entendimento humano comum o "racional" utilizado no método que Hegel descobriu e em seguida, o (mistificou)" (Idem). "Depois da morte de Marx, parece que Engels procurou em vão, entre os papéis deixados pelo amigo, o prometido texto sobre dialética que ele prometera escrever" (Idem).

Hoje sabemos que Marx não escreveu tal texto. Contudo, é na compreensão sistemática de sua obra máxima, a saber, O Capital, onde se deve sugerir a problemática de uma dialética marxiana. Nesse sentido, a não realização do prometido trabalho de Marx sobre a dialética hegeliana, obviamente reportando-se a sua parte "racional", impele-nos a buscar na própria obra o rastro dessa confissão. Ainda assim, apesar de descobrir um lado "mistificador" na dialética hegeliana, Marx admite o grande significado de Hegel referindo-se ao aspecto "racional" de seu método. E como pensador crítico, e ainda sendo seu discípulo, Marx soube compreender os elementos que lhes eram pertinentes em seu trabalho:

Ao tempo que elaborava o primeiro volume de "O Capital", era costume dos epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres, que pontificavam nos meios cultos alemães, **comprazerem-se em trabalhar Hegel, tal qual o bravo Moses Mendelsohn, contemporâneo de Lessing, tratara de Spinoza, isto é, como um "cão morto"**. (Grifos nossos) (MARX, 1996, pp. 16-7)

Contrário a esse tratamento de certos epígonos alemães, Marx se declara abertamente discípulo desse pensador que muitos consideravam como um "cachorro morto". É da análise da dialética idealista de Hegel que Marx descobre dois aspectos

¹⁰ O que pretendemos também apresentar no decorrer desse nosso primeiro tópico.

¹¹ O Rascunho de "O Capital".

¹² Sobre a Lógica de Hegel, diz Marx, já na quadra histórica de construção de "O Capital": "De outro lado, tenho diante de mim belos avanços: por exemplo: joguei por terra toda teoria do lucro, Tal como desenvolvida até hoje. Em meu método de elaboração. Foi de grande valia ter voltado a consultar, por sua casualidade, a Lógica de Hegel". (ROSDOLSKY apud MARX, 2011, p. 17)

substanciais. Pensando nisso, destaquemos dois aspectos ditos até aqui, em que Marx destacou dois deles presentes na dialética hegeliana: 1) o aspecto “racional” e o 2) o aspecto “mistificador”. A questão fundamental é identificarmos qual o aspecto “racional na dialética de Hegel”? E, necessariamente, também cabe indagar qual o seu caráter “mistificador”?

Primeiramente, recorreremos ao próprio Marx, precisando partir do princípio de que o resgate da dialética hegeliana e a crítica da economia política não se efetuam por meio de uma escolha subjetiva, preferencial, ou muito menos como uma valoração do método dialético, como se esse tivesse uma validade em si mesmo, como um método autônomo ao objeto investigado. Essa cisão entre método e objeto é fundamentalmente não dialética, ou seja, é justamente o oposto que acontece em Marx. É devido ao caráter dialético de seu objeto, por sua aparição e substância em se configurar essencialmente de modo contraditório, que o autor compreende a necessidade da investigação dialética.

E, do mesmo modo, não é todo objeto que deve ser considerado dialeticamente, mas, tão somente aquele que tiver em sua natureza a contraditoriedade como aspecto substancial. Isto é, em termos de método, nos referimos não aos procedimentos e regras que são instrumentos no processo de elaboração do conhecimento sobre o real, mas antes, compreende-se o método conforme os fundamentos que emanam das determinações do próprio objeto investigado.

Notificado pelo próprio Marx no relevante posfácio da segunda edição alemã de “O Capital”. Ali, reportando-se justamente aos manuscritos de juventude, ele diz ter criticado “o lado mistificador da dialética hegeliana há 30 anos [...] numa época em que ela era ainda a moda do dia” (MARX, 1996, p. 140). Isto é, foi após as investigações da juventude, que conseguiu desvelar o aspecto “mistificado” e equivocado da dialética e desse modo, o edifício da crítica da economia política fez Marx salvaguardar o aspecto positivo, e por assim dizer, “racional” da dialética hegeliana, visto que também constata o quanto é contraditório o seu próprio objeto, a saber, o capitalismo. Assim, então, aperceber-se a Economia Política como contraditória, que por assim ser, poderia se realizar uma crítica por dentro, interna, ou seja, crítica essa que concebe como aceitável os princípios e categorias daquilo que se pretende criticar, trabalhando-os e desenvolvendo-os para só, posteriormente, a partir deles, deduzir o seu oposto.

O caráter crítico da dialética que estabelece seu “aspecto racional” e possibilita sua retomada pelo velho Marx de “O Capital”, configura-se enquanto tal pela sua

própria lógica interna, pois apreende o negativo dentro do positivo e apresenta tal contradição. Soma-se a isso, o positivo negativamente capturado, sendo assim autonegador, demonstrando desse modo o seu teor “passageiro”, determinado no fluxo do movimento e da temporalidade, sendo exatamente por isso, considerado revolucionário.

De certa forma, o que acabamos de mencionar possibilita iniciarmos o esclarecimento do que vem a ser o sentido dos aspectos “mistificador” e “racional” segundo Marx, referentes ao método descoberto por Hegel. O lado denominado enquanto “racional” é o aspecto crítico e revolucionário¹³ da dialética hegeliana, e “inclui no entendimento positivo do existente, ao mesmo tempo que também expressa o entendimento de sua negação”, ou seja, encontra e traz para a extremidade o negativo na autonegação do positivo. Distinto de uma mera contradição formal, de caráter lógico discursivo, a contradição a que Marx se reporta é do tipo “hegeliana”, ou seja, é a dialética do real, que produz objetivamente tendências contrárias. A contradição do real é tipicamente hegeliana, pois se constitui de forma autonegadora, e devido a isso, autocrítica.

Ainda conforme o texto do posfácio da segunda edição alemã de “O Capital”, Marx passa a apontar o lado equivocado da dialética de Hegel, pois a mesma parece “transfigurar o existente”, isto é, refere-se à transposição de algo que está na terra para o céu. Tal referência é uma alusão ao teor exagerado da dialética hegeliana, à totalidade do real (natureza e espírito) como uma grande contradição, ao passo que em Marx só se pode referir como correta, a relação socialmente constituída, isto é, das sociedades classistas quaisquer que sejam, e em especial da sociedade capitalista.

Ainda tendo em vista o texto do posfácio, ele nos diz o seguinte:

Meu método dialético é fundamentalmente não só diverso do hegeliano, como seu oposto direto. [...] **A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede de modo algum que ele tenha exposto suas formas gerais de movimento pela primeira vez de forma abrangente e consciente. Ela está para ele de cabeça para baixo. Deve-se invertê-la**

¹³ “É ela mesma dialética, por sua vez, porque é interna: ela apreende o negativo dentro do positivo e expõe esta contradição. Além disso, o positivo, negativamente apreendido, é autonegador, explicitando daí o seu caráter “efêmero”, sua determinação “no fluxo do movimento” e do tempo – por isso é “revolucionário”. (GRESPLAN, 2002, pp. 23-4)

[*umstülpen*], para descobrir o caroço [*Kern*] racional no envoltório [*Hülle*] místico. (Grifo nosso) (MARX, 1996, p. 140)

Trata-se, pois, de duas dialéticas distintas. Desse modo, o mecanismo de se obter o “caroço racional” tornar-se estabelecido, enquanto uma inversão¹⁴, na qual, o que se encontra de “cabeça para baixo” admite sua verdadeira posição. O caráter da “transfiguração mistificadora” efetuada por Hegel se relaciona ao seu idealismo, que ao passar pelo processador do materialista marxiano o inverte numa relação de materialidade e pensamento. Como acentua Marx no mesmo posfácio:

Para Hegel, o processo de pensamento, que ele até transforma num sujeito autônomo sob o nome de Ideia, é o demiurgo do real, que forma só sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal nada é senão o material transposto e traduzido na cabeça humana. (Grifo nosso)
(Idem)

A expressão “colocar de cabeça para cima” significaria apresentar fielmente a vida material como realmente ela é, enquanto produtora das representações e ideias. Contudo, apesar dessa interpretação parecer cabível e aceitável por uma diversidade de marxistas, o que se “inverte” é apenas a ordem do real na qual se processa a dialética. Substitui assim, a vida material naquele lugar que antes pertencia à ideia hegeliana, de maneira que a mesma execução revela contradições, a partir daí, não mais no plano das ideias, mas sim, nas relações sociais de produção e forças produtivas. É como se invertesse a posição do real, sua ordem, enquanto a forma da dialética se constituísse enquanto a mesma. Se assim aceito fosse, seria o mesmo que compreender conteúdo e forma enquanto categorias separadas, como se um e o outro não fossem aspectos distintos de uma mesma unidade e como se pertencessem a unidades diferentes. Vejamos o que diz Jorge Grespan num esclarecedor artigo ao dialogar com o filósofo alemão Fulda:

A dialética especulativa, como pensava Marx, é uma inversão das relações reais, na medida em que explica o real [...] como mera manifestação exterior, e na medida em que afirma haver um lado interno das coisas; este lado é o

¹⁴“A unidade resolutiva e integradora das contradições, revela-se como o seu exterior aparente, o seu envoltório não só místico, mas mistificador”. (MÜLLER, 1982, p. 8) (grifo nosso)

essencial; e com isso toda a múltipla e conflitante realidade forma uma unidade perfeita e harmônica. [...] Esta dialética é adquirida – fraudulentamente – às custas da inversão de todas as relações reais do interno e do externo, do uno e do múltiplo, da manifestação e da essência, do sujeito e do predicado (apud GRESPAN, 2002, p. 27)

Se assim fosse para Marx, forma e conteúdo seriam desassociados e compreendidos por via de um modo bipolar não dialético, em que o processo de inversão¹⁵ do conteúdo não implicaria no mesmo processo de inversão da forma e ambas as categorias seriam indiferentes reciprocamente, sem nenhuma relação entre si. Todavia, se é verdade que não só a compreensão da realidade em Marx é diferente da mencionada em Hegel, também o seu método é considerado o seu contrário. Assim, há também uma oposição formal entre as duas dialéticas, pois, a forma também se modifica com seu autêntico conteúdo.

O próprio Marx declarou que não apenas sua concepção de realidade é diferente da apresentada por Hegel, mas, acima de tudo seu próprio método também é divergente ao método hegeliano, cabendo dessa forma, uma oposição formal entre ambos. Desse modo, é preciso pensar que todo pensamento e conseqüentemente a sua forma lógica necessariamente se alteram com seu conteúdo real. Por outro lado, assim como ocorre em Marx, em Hegel existe uma essência que se externa no mundo objetivo de modo diferente, e até mesmo oposta ao que substancialmente ela é. Daí, a necessidade de uma ciência dialética que precisa achar e compreender o motivo pelo qual ela se externa se invertendo. Contudo, na superfície de onde parte a “ciência”, o objeto de investigação é diferente para cada autor, e conseqüentemente, do mesmo modo, para essência interna que ela atingiu. É devido a isso, que Marx fala que seu “método dialético” é o “oposto direto” do idealista. Pois, conforme Hegel a realidade teria uma imagem “múltipla e conflitante” de várias coisas, e só a dialética teria a capacidade de desvelar, por baixo deste caos fenomênico, a “unidade perfeita e harmônica” da essência interior com o fenômeno contraditório.

¹⁵ “E preciso, além de invertê-la, virá-la ao avesso, como exige a outra significação presente na palavra alemã *umstülpen*, mostrando que as contradições presentes nos fenômenos não são a aparência de uma unidade essencial, mas a essência verdadeira de uma “objetividade alienada” (e não da “objetividade enquanto tal”), e que a sua resolução especulativa na unidade do conceito é que representa o lado aparente, mistificador, de uma realidade contraditória” (MÜLLER, 1982, p. 3) (grifo nosso)

De modo inverso, para Marx, o movimento contraditório contido no interior da economia política (seu objeto de estudo, e portanto, diferente do objeto hegeliano), não se encontra exclusivamente em seu aspecto aparente, mas, por via das mediações mais profundas. Assim, é preciso adentrar em suas contradições essenciais. Como acentua Grespan no diálogo com Fulda (sobre a lógica hegeliana e a dialética marxiana) em torno das diferenças entre ambas:

Fulda tenta contornar esta questão, relativizando a contraposição entre a diferença externa e a identidade interna, de Hegel, e a identidade externa e a diferença interna, de Marx. Afirma, então, **“para a dialética resulta que ela não pode mais avançar de uma unidade imediata para uma unidade mediada mais profunda; mas que ela deve levar de uma contradição imediata e relativamente superficial a uma contradição mais essencial, que preside um campo mais amplo de fenômenos.** (grifo nosso) (GRESPLAN apud FULDA, 2002, p. 28)

É nesse sentido que compreendemos a afirmação de Jorge Grespan, quando na esteira de Marx, refere-se à dialética marxiana como um método oposto ao de Hegel. Pois, “para a dialética hegeliana” bastaria compreender e desvelar as contradições no nível dos fenômenos, encontrando assim na esfera da essência, uma unidade dialética e harmônica na “ideia”. Por outro lado, pensando na dialética marxiana: “uma verdadeira crítica deveria explicar a ‘contradição dos fenômenos’ através de uma contradição ainda mais rica, profunda e essencial”¹⁶.

Em outras palavras, o movimento contraditório contido no interior da economia política conforme as categorias expostas, não se encontram exclusivamente em seu aspecto aparente, mas, por via das mediações adentra em suas contradições substanciais. Tanto a concepção marxiana, como a hegeliana se configuram como pretensões de desvendamento das contradições que transcorrem a realidade. O idealismo objetivo de tipo hegeliano e a dialética materialista marxiana partem do pressuposto de que é necessário transpassar a percepção imediata do real – que se manifesta de forma muito

¹⁶ “Se a dialética devesse descobrir uma “unidade harmônica” e conciliadora para além dos conflitos e diferenças aparentes, teria uma função eminentemente apaziguadora – seria tudo, menos crítica. O erro principal de Hegel consiste “em que ele apreende” a contradição dos fenômenos como unidade na essência, na ideia” (GRESPLAN, 2002, p. 27)

heterogênea e sob diversos modos – para atingir o aspecto essencial das coisas, apesar da filosofia hegeliana se desenvolver sobre um campo bastante movediço.

Para a dialética idealista, a valoração do conceito como o que existe de mais elevado, configura-se como a busca da identificação entre sujeito-objeto, e não na dinâmica do ser e essência no desenrolar processual da realidade. Isso é fruto da concepção de uma determinada autonomia dada pela filosofia hegeliana ao autodesenvolvimento do pensamento, a ponto de o pensamento tornar-se sujeito e objeto de si mesmo. Afirma Hegel: “as determinações do pensamento têm em si mesmo valor e existência objetiva” (HEGEL, 1982. p. 67). É justamente esse aspecto da dialética hegeliana que se situa aquilo que Marx identifica como o elemento negativo, “mistificador” da dialética idealista. Sendo cabível pô-la ao avesso, pois, esta se encontra de “cabeça para baixo”. O objetivo da inversão materialista da dialética consiste, como aponta Marx, em tentar “descobrir a substância racional dentro do involucro místico”.

Em suma, não se trata apenas de uma questão de instrumentos metodológicos dessemelhantes, mas, acima de tudo, apesar de existir uma conservação por parte de Marx, temos o aspecto racional da dialética hegeliana aceito positivamente para Marx, embora sua concepção de realidade seja outra, diferente da de Hegel. O que, conseqüentemente, impõe em sua investigação, uma dialética imanente ao seu objeto diferente, sendo, portanto, oposta e contrária à abordada por Hegel. E, é assim, não por uma escolha, a adesão subjetiva de Marx, mas antes, por uma imposição objetiva do objeto investigado.

Apesar de toda essa inclinação de nossa parte nessa “aproximação” de Hegel em Marx, adotamos até aqui uma ótica *Aufhebung*. Ou seja, para nós, a relação entre Marx e Hegel também é tida como um processo de negação dialética, onde há negação e conservação ao mesmo tempo, assim como acentuamos acima os aspectos de conservação da dialética hegeliana e por outro lado, o aspecto superado, negado dialeticamente. Desse modo, constatamos que há um tratamento dialético marxiano dado à própria dialética hegeliana. Em outras palavras, entre as duas dialéticas existem mediações objetivas totalmente diferentes, o que resulta num caráter de “ruptura” entre as dialéticas, não se estabelecendo por via de uma “destruição”, mas sim configurando-se como uma “revelação do fundamento”.

2.2 A dialética enquanto método de exposição (*Darstellungs methode*)

É neste ponto que Marx se aproxima do conceito hegeliano de exposição. (GRESPLAN, 1999, p. 35)

Antes de tudo, é necessário minimamente anunciar o sentido da concepção de Marx em *O Capital*, ou seja, como se elucida a “apresentação categorial” e como sua aplicação se diferencia da narração histórica¹⁷ e sistêmica do capital em sua efetividade. Assim, sabemos que a sequência da apresentação das categorias econômicas em Marx, tornou-se uma questão metodológica fundamental a partir de 1857, quando o filósofo iniciou a empreitada de detalhar sistematicamente as resoluções das suas pesquisas acerca da economia política. Tal empreitada não se tratou de uma simples ordenação de proposições, mas sim, de buscar a definição exata de capital, bem como descobrir os caminhos de seu mecanismo real (e aqui ganha um estatuto relevante a questão do ponto de partida¹⁸). Contudo, essa exposição categorial vai para além das formas de manifestação das categorias em sua dinâmica no “movimento” contraditório do cotidiano.

Ao invés de aceitar as determinações do cotidiano como elas se apresentam, tal movimento só pode ser dialeticamente compreendido se aceitarmos as categorias econômicas que aparecem de forma imediata, não como fenômenos autônomos, mas sim, enquanto contradições derivadas de um “fundamento”. Contudo, seria absolutamente sem razão não aceitar que o próprio “fundamento” se apresenta como uma grande contradição, na qual suas resoluções e reposições criam intensamente o desdobramento de várias outras categorias.

Assim, a concepção marxiana de apresentação, necessita que se capture o “fundamento” da sociabilidade capitalista (valor e capital enquanto valor que se autovaloriza por intermédio do trabalho), como uma essência contraditória. Desdobrando, a partir desse marco, um movimento pelo qual a “contradição” se amplifica para abarcar o aglomerado de todas as relações econômicas sociais como um todo no qual todas as formas se ligam umas às outras na medida em que são “formas de manifestação” de uma única contradição total-abrangente. É nesse aspecto que Marx

¹⁷ Daremos a merecida atenção a essa respeito no próximo tópico de nossa seção atual.

¹⁸ O problema do “ponto de partida”: (*Ausgangspunkt*): Começo e Crítica.

assemelha-se à categoria hegeliana¹⁹ de apresentação (*Darstellung*), e ao mesmo tempo, procura se desprender dos aspectos “idealistas” que são imanentes da exposição especulativa de Hegel.

O conceito de “método de exposição” em Marx guardará não só reminiscências do conceito hegeliano de exposição, mas um dos seus elementos essenciais. Quando Marx, em 1857 [...] recorre explicitamente ao conceito hegeliano de dialética enquanto método de exposição. A dialética enquanto método caracteriza um procedimento que pretende expor construtivamente o “desenvolvimento conceitual do capital” (G, 405) enquanto “capital em geral” (G, 217), o “capital enquanto tal, isto é, o capital social total” (G, 252) a partir de sua “forma elementar” (K, I, 49), a mercadoria (enquanto objeto imediato da circulação e forma econômica dos produtos do trabalho humano) (MÜLLER, 1982, p. 4).

Conforme a citação do professor Marcos Müller, o método dialético de exposição marxiano (*Darstellung methode*) herdado de Hegel transpassa todo o modo de exposição²⁰ de “O Capital”. Essa constatação é de suma importância, pois, mesmo tendo como objeto de pesquisa a dinâmica do método dialético na análise da Mercadoria (referente “apenas” ao Primeiro Capítulo de O Capital), seria profundamente positivista e anti-dialético, analisar o nosso objeto sem necessariamente realizar as mediações precisas entre os outros capítulos da obra em questão. Em outras palavras, a parte não é maior que o todo, é extremamente relevante para o método dialético marxiano analisar as partes de determinado objeto, tendo sempre em vista sua relação com o todo. Visto que, seria extremamente adverso à dialética marxiana se de nossa parte compreendêssemos o método dialético da exposição presente tão somente no primeiro capítulo de “O Capital”.

Essa relação de “apresentação categorial²¹” adquirida por Marx só é realizável por intermédio de uma articulação muito mais ampla, que traz em si a concepção de

¹⁹ “Exposição” é também um conceito da dialética especulativa de Hegel. A Ciência da Lógica se apresenta como a exposição sistemática das categorias do pensamento puro enquanto formas de concepção da realidade, como o intuito de fundar o próprio conceito de ciência (filosófica) e de método. (MÜLLER, 1982, p. 3) (grifo nosso)

²⁰ Como compreende Marcos Lutz Müller: “Dialética significa n'O Capital primeiramente e, também, predominantemente, o “método/modo de exposição” crítica (das categorias da economia política, o método de “desenvolvimento do conceito de capital” a partir do valor, presente na mercadoria, enquanto ela é a categoria elementar da produção capitalista que contém o “germe” das categorias mais complexas. O conceito fundamental, aqui, para o Marx crítico da economia política, é o de “exposição”, “método de exposição”, que designa o modo como o objeto, suficientemente apreendido e analisado, se desdobra em suas articulações próprias e como o pensamento as desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico”. (MÜLLER, 1982, p. 5) (grifo nosso)

²¹ Ela reproduz, assim, idealmente, o movimento sistemático (lógico) através do qual o capital se constitui naquilo que é, autovalorização do valor.[...] n'O Capital, que tematiza uma relação social inserida na

capital, que subordina através da compra enquanto mercadoria, a força constituidora de valor (a força de trabalho) que cria a própria mercadoria e a mais-valia gerada no processo de produção. E ao fazer isso, o capital rebaixa a força de trabalho numa totalidade constituída por ele. E, ao mesmo tempo não permite que a força de trabalho rebaixe o capital ao seu momento determinante e se efetive nesse aspecto enquanto totalidade. Portanto, por um lado, o capital afirma a força de trabalho enquanto uma parte constituidora de sua totalidade, que é ele mesmo. E, por outro lado, o capital nega a força de trabalho, além de excluir o gerador de valor sem o qual ele não se forma, e nem muito mesmo se define. Desse modo, portanto, o capital se justapõe nessa contradição imanente e auto necessária para sua reprodução.

À vista dessa visão mais totalizante, torna-se usual a dialética exposta por Marx para apresentar categoricamente sua investigação: “iniciar a partir das categorias mais simples e abstratas”, (como é o iniciar da exposição d’O Capital, pela mercadoria), no decorrer da exposição, aproximando-se das categorias mais determinadas, até as mais complexas e concretas. Desse modo, torna-se correto apreender a dialética de Marx e entendê-la como um modo dialético de exposição que tem como finalidade desvelar a realidade social e ultrapassar assim o método empirista da Economia Política. Nesse sentido, a importância da “exposição” (*Darstellung*) consiste para Marx, de “O Capital”, na explanação sistematizada e racional inerente ao próprio objeto, com a pretensão de apenas nele (objeto) conter aquilo que tão somente fora de modo adequado é absorvido pela investigação (*Forschung*).

É aqui que se revela plenamente o sentido e a importância da distinção de Marx entre “método/modo de exposição” e “método/modo de pesquisa” (K,I, 25/27). A dialética pode ser o modo de exposição racional de um objeto depois que a investigação o conduziu pela análise e pela crítica ao ponto sem que ele esteja maduro para a exposição. (MÜLLER, 1982, p. 11)

Tendo como preocupação de nossa pesquisa a problemática do método dialético em especial no I capítulo do livro I de “O Capital”, cabe ressaltar o que tange à determinação dupla do método de Marx, ou seja, seu caráter enquanto método de investigação (*Forschungs methode*) e, por outro lado, seu aspecto enquanto método de

materialidade da produção, a exposição enquanto método não é ela mesma, simultaneamente, nem o processo de constituição histórica dessa relação, nem o processo de sua reprodução enquanto sistema de produção capitalista. Por isso, a exposição marxiana reconstrói, no plano ideal, o movimento sistemático do capital. (MÜLLER, 1982, p. 4) (grifo nosso)

exposição (*Darstellungs methode*), além da necessidade de distinguir um do outro, conforme apresenta Marx no famoso posfácio à 2ª Edição de “O Capital”:

É, sem dúvida, necessário **distinguir o método de exposição, formalmente, do método de pesquisa**. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído este trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, é espelhada idealmente agora a vida da matéria. (MARX, 1983, p. 20) (grifo nosso)

Nesse sentido, o método de investigação (*Forschungs methode*) é a dedicação prévia de absorção, pela atividade intelectual, das determinações íntimas do objeto inerente ao próprio objeto. Vale dizer, trata-se de uma apropriação analítica do objeto de pesquisa interior a sua exposição metódica. Refletir em torno da dialética configurada como um modo de exposição para o Marx de “O Capital” é concebê-la como um aspecto intrínseco, imanente à compreensão social nos nexos internos da concretude da sociabilidade capitalista. Em um momento do posfácio da segunda edição de “O Capital”, Marx nos indica uma pista ao fazer a seguinte afirmação:

A investigação tem que se apoderar da matéria, em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluir este trabalho é que se pode descrever adequadamente o real. (MARX, 1996, p. 16) (Grifo nosso)

Por outro lado, a exposição, ou o método de exposição (*Darstellungsmethode*), não significa meramente uma auto exposição do objeto, mas sim, uma exposição objetiva e crítica da logicidade interna do objeto, além da dinâmica efetiva das próprias determinações do objeto. A teoria d’O Capital “É ao mesmo tempo uma descrição do sistema e, em virtude da descrição, uma crítica dele”.

A partir disso, destaca-se nesse aspecto, as diferentes aparições, no capítulo I do Capital, do percurso que Marx desenvolvera. Não fazendo juízo de valor entre elas, mas antes, as entendendo como um conjunto que precisa ser estudado em seu aspecto geral²². Acreditamos que um estudo sobre a dialética em O Capital deve ter como

²² Marx deixou três versões diferentes do capítulo 1 (ou pelo menos de partes do capítulo 1 de “O Capital”): a da primeira edição (1867), o apêndice da primeira edição sobre a forma do valor (que Marx acrescentou após uma troca de cartas com Engels, quando o livro 1 estava no prelo), e o texto definitivo, o que dá Engels na quarta edição (1890) e que, para o capítulo 1 segundo os prefácios de Engels à terceira e à quarta edições, correspondem, com poucas diferenças, à segunda e à terceira edições. Se se acrescentar a versão francesa feita por J. Roy e revisada por Marx, mas que, como se sabe, difere bastante do original tem-se quatro versões. Se se acrescentar ainda o capítulo 1 da Contribuição à crítica da

norteador o conjunto de textos de Marx, para a Crítica da Economia Política, Os Grundrisse e o próprio O Capital.

Assim, supomos que a compreensão de “O Capital” implica necessariamente na compreensão de seu método/modo de exposição (*Darstellung*), pois, a dialética seria um aspecto intrínseco ao texto, tanto quanto, encontra-se presente na interioridade da realidade social. Por outro lado, não queremos dizer aqui que o método de exposição é um espelhamento imóvel, e, portanto, metafísico, das categorias econômicas da sociabilidade capitalista.

Antes do processo de investigação, a contradição e mutabilidade são categorias contínuas ao objeto de investigação do autor. E o que Marx faz é justamente uma exposição e análise antimetafísica²³ da economia capitalista. Essa antimetafísica configura-se em não expor e conseqüentemente também não buscar caracterizações cristalizadas apriorísticas e universais do sistema capitalista.

Assim sendo, o momento de exposição é uma tradução (expressão) ideal da dinâmica efetiva do real, ou seja, não significa necessariamente uma produção, mas antes, uma reprodução/reconstituição da dinâmica efetiva do objeto material, de modo tal, que o real torne-se “espelhado” no ideal. Assim, a reprodução significa reconstruir criticamente, na dimensão ideal, o movimento real do objeto. Desse modo, só em 1867 veio à luz a primeira edição de “O Capital”. Seu autor, apesar das repentinas ou repetidas doenças e das dificuldades financeiras, debruçou-se euforicamente numa atividade intelectual exaustiva por quase vinte anos²⁴, com o intuito de publicar o resultado de sua investigação crítica em torno da Economia Política.

Economia política, que é um texto paralelo, e também o fragmento sobre o valor que se encontra nos *Grundrisse* (op.cit,p.763); Manuscritos de 1857-1858 (*Grundrisse*) II, op. Cit., p.375), teríamos seis versões diferentes. Essas diferentes versões são essencialmente complementares: se se trabalhar sobre o conjunto desses textos é possível resolver a maioria dos problemas que eles levantam. (FAUSTO, 1987, p. 124, nota de rodapé 7.

²³ Alusão à crítica elaborada por Marx a Proudhon: Eis-nos em plena Alemanha! Teremos de falar a linguagem da metafísica sem abandonar a da economia política. E, ainda aqui, apenas seguimos as “contradições” do sr. Proudhon.(...) Decididamente, o sr.Proudhon quis amedrontar os franceses, lançando-lhes ao rosto frases quase hegelianas. Temos, pois, que nos haver com dois homens, primeiro o sr.Proudhon, depois com Hegel. Como sr.Proudhon se distingue dos outros economistas? E Hegel, que papel desempenha na economia política do sr.Proudhon? (MARX, 2009, pp. 119-120)

²⁴Para enfatizar a necessidade do nosso estudo do I Capítulo de “O Capital” em confluência com os estudos anteriores de Marx, aponta Roman Roldolsky: **“Do ponto de vista temático, a parte inicial dos Grundrisse coincide com a Contribuição à crítica e com a seção inicial desses trabalhos. Mas não se deve tomar essa afirmação de forma literal. Em primeiro lugar, excetuando-se um pequeno fragmento das p. 763-764, falta nos Grundrisse uma exposição sobre a teoria do valor; em segundo lugar, também o capítulo dos Grundrisse sobre o dinheiro diverge tão consideravelmente das**

Nesse sentido, atento à problemática do que emitiu acerca das diferentes exposições de “O Capital”, no prefácio da edição francesa, datado de 18 de abril de 1872, Marx chama à atenção para o método usado na análise de “O Capital”. E, mesmo contente pela publicação em fascículo do livro em território francês, o autor sinaliza para as possíveis dificuldades no entendimento. A nosso ver, tais dificuldades teriam justamente fundamento no objeto e método usados na obra. Método esse, que não fora até então usado pela Economia Política clássica burguesa.

O método que utilizei e que ainda não havia sido aplicado aos assuntos econômicos torna bastante árdua a leitura dos primeiros capítulos, e é de se temer que o público francês, sempre impaciente em chegar às conclusões e ávido em conhecer a conexão entre os fundamentos gerais e as questões imediatas que o apaixonam, venha a desanimar em prosseguir a leitura porque tudo não se encontra logo no começo. (MARX, 1996, p. 16) (Grifo nosso)

Esse “tudo” que “não se encontra logo no começo” do livro e a discrepância que alguns autores apontam - entre o aspecto ontológico e o aspecto histórico/sócio/econômico no tratamento comparativo, entre o Capítulo V (Processo de trabalho e Processo de Valoração) e o Capítulo XXIV (Acumulação Primitiva do Capital) – a nosso ver, em certa medida, também podem se relacionar com uma possível assimetria arquitetônica no que tange ao aspecto sistemático da exposição da obra entre o Capítulo I (Análise da Mercadoria) e o Capítulo XXIV (Acumulação Primitiva do Capital). Ou seja, a questão que inquieta os estudiosos das obras do pensador alemão é: Por que Marx “iniciou” sua obra O Capital não pelo Capítulo da Acumulação primitiva de Capitais, Capítulo XXIV, (“*com caráter de exposição histórica*”) mas sim, exatamente, pela análise da mercadoria?

2.3 O problema do “ponto de partida” (*Ausgangspunkt*): Começo e crítica

Para Marx, a intenção de realizar uma exposição crítica da economia política, e com o fato de que para realizar tal empreitada ,faz uso de um “método²⁵” até então não

exposições posteriores sobre o tema, que o próprio Marx considerou necessário reescrever tudo”. (ROSDOLSKY, 2001, p. 96) (Grifo nosso).

²⁵Aqui, cabe uma questão interessante acerca do método em Marx (...) Vejamos o que diz Chasin (2009, p. 89): Se por método se entende uma arrumação operativa, a priori, da subjetividade consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx”. (TONET, 2013, p.72)

usado para este tipo de objeto. À vista dessa decorrência, adquirir uma sistemática metodológica radicalmente diferente de tudo que até aquela quadra histórica havia sido produzido na análise da economia capitalista²⁶. Assim, com esse corolário, tornar-se importante destacar os diferentes²⁷ modos de “ponto de partida” que há entre o modo crítico da exposição marxiana e a análise da economia burguesa.

É verdade que a economia política burguesa pretende partir de categorias concretas, mas se analisadas com mais cuidado esse ponto de partida, tais categorias se apresentam como grandes abstrações (no sentido negativo do termo), pois ao partir de uma análise que prioriza, por exemplo, a população, “deixa de fora desse modo as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, [constituem-se como] uma palavra vazia se desconhecemos os elementos nos quais se baseiam, [tais como] trabalho assalariado, capital etc”. (MARX, 2011, p. 54)

Como aponta Marx:

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, **isso se mostra falso.** (Idem) (grifo nosso)

Para Marx, a economia política clássica pretendeu partir do concreto mais aparente, chegando às formulações analíticas meramente abstratas. Por outro lado, ter como ponto de partida as categorias “abstratas”²⁸, não seria por assim dizer o grande erro da economia política, pois, a nosso ver, em que pese o aspecto mais importante e determinante do método de Marx, parece-nos que claramente ele aponta a necessidade do caminho de ida e volta, o conhecido método das duas vias²⁹ na análise da sociedade capitalista. É aqui onde exatamente consiste digamos assim, a “lacuna capital” do “método meramente progressivo” e unilateral da economia política. Como acentua

²⁶ É necessário destacar que a relação de Marx com a Economia política não se configura como uma “negação vulgar”, mas sim, enquanto uma captura teórica e exposição crítica dessa teoria.

²⁷ Aqui, mesmo não expondo de modo exaustivo a perspectiva da “Economia Política Burguesa”. Cabe pontuar que faremos uso tão somente da formulação dada por Marx nos *Grundrisse*.

²⁸ Compreende-se nesse momento por abstrato: uma representação de algo, aqui no caso trata-se do modo de produção capitalista. Tal abstrato é entendido como uma abstração real e não mera ilusão.

Tal perspectiva metodológica das duas vias, (dinâmica de retorno à categoria anterior) exemplifica por si mesmo o direcionamento acerca do *Darstellung* de “O Capital”: as determinações do ser, mesmo aquelas apresentadas de modo aparente, não são negadas antes de retirar delas mesmas a completude de suas possibilidades de análise. Nesse aspecto é que podemos afirmar que as noções contidas no Capítulo primeiro de “O Capital” são abstratas. Fazemos uso aqui do termo abstração através do viés hegeliano, ou seja, “seu conceito é considerado ainda anteriormente ao processo de sua determinação e sua efetivação e independente deles”. (grifo nosso). (MÜLLER, 2005, p. 11).

Marx, ao tomar como ponto de partida a população, “esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado chegaria a conceitos abstratos (*Abstrakta*)” (MARX, 2011, p. 54).

Observemos que o método de Marx tem um ponto de partida diferente e ainda faz o caminho de retorno, percurso este ausente na Economia política: “A primeira via [o caminho meramente de ida, sem retorno] foi a que tomou historicamente a Economia em sua gênese (Idem)”. “Daí dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (Idem). Por outro lado, num sentido contrário ao de Marx, a perspectiva da economia política e suas formulações “são consideradas abstratas devido à dinâmica de sua concentração (*Zusammenfassung*) que ainda não foi efetivada”. (MARX, 2011, p. 632)

Conforme sabemos, desde o lançamento dos *Grundrisse*, Marx não tem como ponto de partida o concreto empírico, e mais, considera esse iniciar pelo “concreto” um grande erro da Economia Política. Para Marx, o ponto de partida tem seu início no abstrato e vai em direção às categorias mais concretas. E, é exatamente “por essa razão, que o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, e não como ponto de partida”. (MARX, 2011, p. 54)

Assim, nessa sua recepção crítica à tradição da Economia Política Marx se baseia num processo de investigação que busca o seu núcleo para, a partir de um ponto crucial, expor sua contradição essencial. O ponto de partida do primeiro livro da crítica da economia política, em que o objetivo é expor “o processo de produção do capital”, é dado pela mercadoria, isto é, pela forma mais geral e elementar da riqueza capitalista, pela forma mais abstrata e social. Como percebemos à primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial e evidente, e ao analisá-la, vemos que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas”. (MARX, 1996, p. 197)

Tal forma universal e ao mesmo tempo singular da riqueza capitalista, é processada em sua dimensão contraditória e interna entre valor de uso e valor, perpassando as quatro formas de manifestação do valor, até nos revelar que sua substância é configurada de *trabalho humano geral*³⁰. Esse trabalho também tem sua dicotomia entre por um lado, concreto e útil, e por outro lado geral e abstrato, que no

³⁰ Explicaremos o Trabalho Humano geral com mais cuidado em nossa quarta seção.

desenrolar do Capítulo primeiro do livro I se porá enquanto mediação social do processo de troca de mercadorias.

A passagem intitulada Método da Economia Política, da Introdução aos *Grundrisse*, tem como ponto de partida exatamente a resposta às perguntas: 1) Por onde devemos iniciar a exposição do sistema da economia política? 2) Devemos ter como ponto de partida o concreto ou o abstrato? Tendo como ponto de partida o concreto, chega-se a abstrações cada vez mais simples, configurando-se tais representações de uma totalidade caótica. Este foi, por assim dizer, o percurso realizado pela economia política. Como sinaliza Marx:

Os economistas do século XVII que, sempre começam por um todo vivo (mitdemlebendigen Ganzen) – **produção, nação, Estado, vários estados**, etc. – **mas sempre terminam por algumas relações gerais, abstratas**, determinantes (einigebestimmteabstrakte, allgemeine Beziehung) – divisão do trabalho, dinheiro, valor, etc. que eles descobriam por análise . (MARX, 2011, p. 54) (grifo nosso)

Observemos que é nos *Grundrisse*³¹ onde encontramos os apontamentos acerca das mediações necessárias que nos explicam o porquê (diferente da economia política). O ponto de partida de Marx tem como pretensão iniciar pelo abstrato para a partir desse ponto se chegar ao concreto capitalista, e assim, “o desenvolvimento da apresentação levará mais tarde, por sua própria dialética, àquelas formas mais concretas³²”.

Para Marx, o método correto é aquele oposto de modo direto do percurso da tradição empirista. Temos que partir dos elementos simples, nesse caso, da mercadoria, do valor e do trabalho abstrato, para elevar ao final mais concreto, ao conceito de Capital enquanto totalidade. Em outras palavras, parece ser impossível partir do

³¹ Há um importante esclarecimento apresentado no artigo “Que método Marx ocultou?” De HELMUT REICHELTL, Professor emérito de Teoria Sociológica na Universidade de Bremen e presidente de Sociedade Marx na Alemanha (www.marx-gesellschaft.de). Publicado originalmente em Helmut Reichelt, *Neue Marx-Lektüre: Zur Kritik sozial wissenschaftlicher Logik*. Hamburgo: VSA, 2008. A tradução é de Luciano C. Martorano; a revisão técnica, de Jorge Grespan: **“O leitor que acompanhou tal temática e também consultou a correspondência entre Marx e Friedrich Engels encontrará ainda mais coisas. A continuação planejada por Marx de Para a crítica da economia política, de 1859 – a segunda parte que ele tinha em vista – deveria ser “muito mais popular e o método [estar] muito mais oculto do que na primeira parte”, escreve Marx a Engels. Em outras palavras: mesmo na própria edição da crítica das categorias feita sob os seus cuidados, em 1859, o método encontra-se “oculto”, de tal maneira que o leitor tem de recorrer ao volumoso Rohentwurfde “O Capital”, precisamente o texto original de Para a crítica da economia política”.** (grifo nosso)

³² (REICHELTL apud MARX, p.457, 2013)

concreto, pois, como diz Marx: “o concreto é concreto³³ por ser uma concreção de muitas determinações, logo, uma unidade do múltiplo” (MARX, 2011, p. 54)

É verdade que do ponto de vista da crítica, o todo concreto será sempre o pressuposto. Todavia, ao começar a exposição, parte-se do abstrato ao concreto como uma maneira de “apropriar-se do concreto e o reproduzir como concreto espiritual”. (Idem)

Desse modo, estabelece-se o ponto de partida da exposição, por via do movimento que vai do abstrato, do simples. A primeira seção que abre O Capital, ao analisar a forma elementar e geral da riqueza capitalista ao partir da contradição que a configura, parece responder nesses termos a este requisito.

[...] o método de se elevar do abstrato ao concreto é apenas a maneira de o pensamento apropriar-se do concreto e o reproduzir como concreto espiritual (as *eingestigt Konkretes*), mas de maneira nenhuma se trata do processo de gênese (der *Entstehungsprozess*) do próprio concreto. (Idem)

Em que pese o ponto de partida, parece-nos que o substancial, ou o fundamental e determinante no método de exposição presente em O Capital, que determina o critério de importância na ordem da aparição das categorias não é a existência prévia, sua cronologia existencial, em outras palavras, não é sua antiguidade, mas sim, seu lugar, sua função na sistemática econômica que Marx pretendeu analisar. A mercadoria, nesse sentido, não é apresentada tendo como critério de sua aparição uma etiologia³⁴, que a alavanca de modo analítico regressivamente à função primordial ao começo das sociedades primitivas, mas sim, como lugar de sua presença, no fato de ocupar um lugar nuclear no capitalismo mais avançado. Não se trata assim de sua prioridade histórica que a torna como o ponto inicial do Capital, mas sua função sistemática.

Marx acentua nos *Grundrisse*³⁵ o motivo pelo qual, na pretensão de se expor o desenvolvimento do capital, a impossibilidade de se tomar como ponto de partida o “trabalho”. No sentido contrário, e convergindo com o que acabamos de mencionar, qual seja, a necessidade de ter como ponto de partida o abstrato e nesse sentido ir

³³ Essa afirmação famosa de Marx é profundamente semelhante à uma determinada passagem da Lógica de Hegel: “Mas o conceito como concreto [...] é essencialmente em si mesmo uma unidade de diferentes determinações” (ROSDOLSKY apud HEGEL, 2011, p. 484)

³⁴ A ciência das causas ou/e um Conjunto dos fatores que contribuem para a ocorrência de uma doença ou estado anormal.

³⁵ **Para desenvolver o conceito de capital, é necessário partir não do trabalho, mas do valor e, de fato, do valor de troca já desenvolvido no movimento da circulação.** É tão impossível passar diretamente do trabalho ao capital quanto passar diretamente das raças humanas ao banqueiro, ou da natureza à máquina a vapor. (Grifo nosso). (MARX, 2001, p. 200)

adentrando nas categorias mais concretas e complexas, Marx sinaliza que devemos partir do valor, do valor de troca já em processo de desenvolvimento na dinamicidade da circulação.

Desse modo, concebemos que Marx apresenta seu modo metodológico de pensar por via de uma metáfora interessantíssima, cabível aqui, isto é: “a anatomia do homem é uma chave para a do macaco³⁶”. Seguindo essa sistemática, poderíamos dizer que a sociedade burguesa (*Die bürgerliche Gesellschaft*) como a forma societal historicamente mais desenvolvida, obtém a “chave” analítica que nos concebe a possibilidade de conferir uma explicação efetiva mesmo às categorias que são precedentes no sentido temporal. Isso nos remete à questão da gênese histórica, à referência histórica das categorias, e em outras palavras, poderíamos formular essa questão da seguinte forma: Que relação há entre este concreto e este abstrato iniciais com a própria história? Queremos responder com isso que ainda nos resta desenvolver aqui a relação do começo com a exposição história, qual seja, o tema de nosso próximo tópico.

2.4 A referência histórica das categorias

As categorias emergem como “formas de ser,
determinações da existência.
(MARX, 2011)

É na própria “exposição” de “O Capital”, acima de tudo, no Livro primeiro, onde encontramos os lugares privilegiados da dialética³⁷ em Marx. É lá precisamente onde ela é exposta de forma mais complexa, rica e difícil. Coincidentemente, é no início de sua exposição, onde se encontra o cerne nervoso de uma polêmica no seio do

³⁶ “Anatomie des Menschen ist ein Schlüssel zur Anatomie des Affen”. (*Grundrisse*)

³⁷ Há um dissenso entre os marxistas segundo esse modo/método dialético de exposição usado por Marx sob a influência hegeliana. Apesar de não querer aqui trabalhar as críticas em detalhes dos inúmeros marxistas que são contrários à “exposição” do Tomo I de O Capital cabe-nos citar alguns deles: “Esta [a simplicidade de expressão] é agora minha orientação estética, que só aprecia o simples, calmo e generoso, tanto no trabalho científico como na arte, **razão pela qual agora me horroriza o tantas vezes elogiado primeiro tomo de “O Capital” de Marx, com sua ornamentação rococó no estilo de Hegel (pelo uso desse estilo se deveria merecer, do ponto de vista do partido, cinco anos de cárcere e dez de suspensão dos direitos civis.)**” e completa Rosdolsky: “Como se vê, às vezes Rosa ignorava que por trás do ‘estilo hegeliano’ da obra de Marx estava o conteúdo dialético”. (ROSDOLSKY, 2001, p. 598) (grifo nosso)

marxismo referente à “Circulação Simples de Mercadorias” (M-D-M) e “o ponto de partida” de “O Capital”.

Essa polêmica também ficou conhecida como “o problema da referência histórica das categorias”. Em linhas gerais, tal polêmica se configura do seguinte modo: a “circulação mercantil simples” se refere ao objeto de estudo “tendo de modo exclusivo a sociedade capitalista”, ou se contrariamente “ela se refere ao modo mercantil simples pré-capitalista”? E, nesse sentido, ela ocupa algum lugar no primeiro Capítulo de “O Capital”?

Ou seja, a questão é se a determinação do “ponto de partida” deve iniciar a “exposição” da crítica da economia política pelo início da civilização, e com efeito, a partir do pré-capitalismo, ou, se por outro lado, deve-se iniciar do capitalismo? A problemática do teor filosófico/econômico pretende responder à seguinte pergunta: a teoria do valor trabalho exprime um fenômeno capitalista ou pré-capitalista?

Em outras palavras, também queremos descobrir se o que há por trás dessa questão da referência histórica é uma distinção de método. Ou seja, se é verdade que em O Capital, a aparição das categorias da circulação simples está relacionada ao pré-capitalismo, e tem como ponto de partida progredir até o capitalismo. Desse modo, o método de Marx poderia ser concebido assertivamente como “genético evolutivo”. Se por outro lado, a circulação simples fosse compreendida enquanto um modo de circulação de mercadorias exclusivamente da sociabilidade capitalista, seria consequentemente necessário precisar no núcleo interior da exposição o aspecto Lógico e por outro lado, o aspecto histórico dessa questão.

O professor de Sussex, Christopher Arthur, apresenta em um esclarecedor artigo³⁸ a problemática da “referência histórica das categorias”. C. Arthur sublinha a contribuição equivocada de Engels na sua hermenêutica da primeira seção do livro I de “O Capital” em torno daquilo que ficou conhecido por advento do próprio Engels como “Produção Simples de Mercadorias” (M-D-M), referente ao período histórico precedente ao capitalismo. Conforme C. Arthur este foi “o mais duradouro mito da marxologia”.

Para o professor de Sussex, o fato de Engels ter a autoridade sobre os tomos II e III de “O Capital”, tornou-se concebível consequentemente pelos estudiosos do marxismo uma problemática identificação entre as posições de Marx e Engels.

³⁸ O artigo disponível em: <http://www.marxmyths.org/chris-arthur/index.php#mythscp>.

Entendida desse modo, a interpretação de Engels foi ganhando corpo de autoridade ao longo dos tempos. Em especial, os textos onde aparecem pela primeira vez o problema da “referência histórica das categorias” e da produção simples de mercadorias foram o Prólogo ao Livro III de “O Capital” e de modo mais específico, o próprio Complemento³⁹ ao Prólogo elaborado por Engels para o Livro III de “O Capital”.

A questão fundamental do artigo de C. Arthur gira em torno da criação por parte de Engels da categoria “Produção Simples de Mercadorias”, categoria esta que o próprio Marx não teria usado em seus escritos acerca do Capital. Todavia, a mera descoberta de que Marx não havia elaborado uma teoria própria da Produção Simples de Mercadorias não constata que o mesmo não tenha elaborado tal teoria por meio deste caminho. O importante papel do texto de C. Arthur é justamente o de delimitar o falso binômio Marx-Engels, uma vez que a teoria marxiana de “O Capital” vem sendo ensinada há gerações por estudantes ou estudiosos⁴⁰, e está exatamente pautada nessa diferença entre Produção Mercantil Capitalista e Produção Simples de Mercadoria. Todavia, nos parece que essa diferenciação foi formulada por Engels, e não por Marx.

Engels começa o Prólogo do Tomo III d’O Capital recordando que já no acolhimento ao Livro II os críticos (teóricos puros⁴¹) “havam armado uma grande gritaria” por interpretar que haveria uma grande discrepância entre a “teoria do valor”, exposta no Livro I e a “taxa média de lucro igual” do Livro II. A nosso ver, isso seria um dos obstáculos deste “acolhimento” à Crítica da Economia Política marxiana, visto que genericamente se tentou criar um grau comparativo acerca das teorias nos diferentes Livros de “O Capital”, sem se preocupar com o aspecto evidente, qual seja, a compreensão de que há níveis distintos onde se opera a teoria, e que devido a isso, tais níveis não são assim suscetíveis a comparações.

É dentro desse contexto que ora é marcado pelo conflito político, ora marcado pelo aspecto científico, onde desabrocha o começo da problemática no seio do

³⁹ Texto que depois foi publicado na revista Die Neue Zeit, em 1895.

⁴⁰ Em nossa formação marxista o texto mais marcante que segue essa perspectiva é o “Economia Política - uma introdução crítica” (NETTO, 2006).

⁴¹[...] ”Felizmente, a relação direta entre os partidos nacionais dos trabalhadores vai-se tornando a regra, que se impõe cada dia mais; apesar disso, minha ajuda é requerida com frequência muito maior que adequada ao meu interesse pelos trabalhos teóricos. Para quem milita como eu há mais de cinquenta anos neste movimento, os trabalhos que ele propõe constituem dever indeclinável, a cumprir sem dilação. Na agitada época atual, como no século XVI, só do lado da reação se encontram TEÓRICOS PUROS na esfera dos interesses públicos, e justamente por isso esses senhores não são teóricos verdadeiros, mas simples apologistas dessa reação”. (Grifo nosso). (Engels; Prólogo ao III Tomo de “O Capital”; “O processo Global de produção Capitalista, p. 14”)

marxismo acerca da questão da “exposição crítica” das categorias da crítica da Economia Política e sua referência histórica. Engels afirma claramente que no primeiro Capítulo do Livro I d’ O Capital, Marx tem como ponto de partida as sociedades pré-capitalistas. Mesmo com toda sofisticação filosófica da exposição de Marx, Engels introduz evidentemente ao escrever o prólogo ao Livro III uma interpretação do primeiro Capítulo, segundo a qual, há nesse ponto de partida um método histórico da exposição de Marx. Vejamos:

Vê-se, assim, claramente por que Marx, no início do Livro Primeiro – começa lá pela produção mercantil simples, considerando-a a condição histórica prévia, para, em seguida, lançando-se dessa base, chegar ao capital – , parte justamente da mercadoria simples, e não de uma forma derivada no tocante aos conceitos e ao aspecto histórico, a mercadoria já modificada pelo capitalismo⁴².

Com a justificativa de se achar um começo mais concreto, tornou-se cada vez mais usual entre os marxistas⁴³ a tentativa de novas interpretações, buscando outros pontos de partida alternativos na exposição de “O Capital”, diferentemente daquele proposto por Marx. Como Marx compreende então a problemática da exposição histórica? Vejamos o que o autor d’ O Capital destaca em os *Grundrisse*:

Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinadas historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. (MARX, 2011, p.60) (grifo nosso).

E nessa linha argumentativa, prossegue:

Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem “na ideia ([como em] Proudhon) (uma representação obscura do movimento histórico). Trata-se , ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa”. (Idem) (grifo nosso)

Na contramão da citação acima, o que há de interessante no complemento ao prólogo escrito por Engels é exatamente a exposição da ideia, segundo a qual a lei do

⁴² (Prefácio ao III Tomo de “O Capital”, p. 25)

⁴³ Conforme Isaak Rubin, os críticos e até mesmo os apologistas da teoria do valor-trabalho de Marx compreenderam o Livro III como discrepante com a teoria do valor elaborada no Livro I. Para os críticos a teoria tal como exposta no livro I de “O Capital” e aquela do livro III não podem se direcionar ao mesmo objeto de estudo. Nas palavras de Isaak Rubin: “é por isso que certos marxistas se inclinaram em construir um assim chamado ‘fundamento histórico’ para a teoria de Marx sobre o valor”. (A teoria marxista do valor, p. 272)

valor é por ele entendida não no justo aspecto que também tem efetividade no pré-capitalismo⁴⁴, mas que “tão somente” neste vigora. Teríamos então, segundo Engels, uma lei do valor que vigora (entre 5.000 a 7.000 anos) perpassando todos os modos de produção, exceto o capitalista⁴⁵. Tal texto elaborado por Engels foi o ponto de partida do problema da referência histórica das categorias. É justamente nele, onde pela primeira vez a problemática da referência histórica da lei valor e de seu teor econômico, e conseqüentemente da seção inicial, do ponto de partida da exposição de “O Capital”, foi apresentada em debate por pensadores marxistas.

Engels reporta sua tese inclusive em referência ao camponês do mundo medieval. Segundo a lógica de seu raciocínio, o camponês troca as mercadorias tendo como ponto de partida o seu valor, conseqüentemente compreendemos, que tal troca é fundamentada na abstração do trabalho que é a real/social substância da categoria valor. Tudo isso é válido para Engels até meados do século XV, isto é até a precedência histórica imediata da sociabilidade burguesa. Percebemos no decorrer de nossa investigação o quanto seguindo os escritos de Marx chegamos numa posição contrária à de Engels. Mas recordemos de uma importante observação: o próprio Marx usa o mundo medieval como exemplo lá no final do primeiro Capítulo de “O Capital”, todavia quando Marx recorre a essa sociabilidade medieval é exatamente para expor um contraste, demonstrando um modelo de sociedade onde não vigora a “lei do valor”:

todo misticismo do mundo das mercadorias, toda magia e fantasmagoria que enevoa os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias,

⁴⁴ "Em resumo, a lei do valor de Marx é válida de forma geral (*giltallgemein*), na medida em que as leis econômicas podem sê-lo, para todo o período da produção simples de mercadorias, **portanto até o momento (*bis zur Zeit*) em que esta última sofreu uma modificação pela emergência da forma de produção capitalista.** Até lá, os preços gravitam em torno dos valores determinados pela lei de Marx e oscilam em torno desses valores, de modo que quanto mais plenamente se desenvolve a produção simples de mercadorias, mais os preços médios (que se estabelecem) no interior de períodos mais longos não interrompidos por nenhuma perturbação exterior violenta coincidem, dentro de margens aproximáveis, com seus valores. A lei do valor de Marx tem pois uma validade econômica geral (*ökonomischall gemeine Gültigkeit*) **por um período que vai do início da troca, que transforma produtos em mercadorias, até o século XV da nossa era. Mas a troca de mercadorias data de uma época anterior a toda história escrita, a qual nos conduz no Egito pelo menos a três mil e quinhentos anos e talvez cinco mil anos, na Babilônia a quatro mil e talvez a cinco mil anos antes de nossa era; a lei do valor reinou (*geherrscht*) durante um período de cinco a sete mil anos.**[...] Usamos a tradução realizada por Ruy Fausto em Marx, *Lógica e Política*, 1982, p. 108. (Grifo nosso).

⁴⁵ Para sustentar sua resposta, Engels começa citando um texto do Livro III de “O Capital”, em que Marx escreve que a anterioridade do valor sobre os preços de produção é válida não só teoricamente (*theoretisch*) mas também historicamente (*historisch*). **Ele traça em seguida um quadro da evolução das trocas nas épocas pré-capitalistas e termina afirmando que a lei do valor é válida de forma geral antes do capitalismo, e por outro lado, que ela tem uma validade econômica geral só até a emergência do capitalismo.** (Grifo nosso) (Fausto, 1987, p. 108)

desaparece (verschwindet), por isso, imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção. (MARX; 1996; p.p. 201 e 202)

Essas outras formas de produção as quais Marx se refere são aquelas segundo as quais aparecem nesse momento do primeiro capítulo: a ilha de Robinson (Idem), a “família camponesa”, “a sombria Idade Média” e o socialismo baseado na “associação de homens livres”; estas são as formações econômicas que contrastam com o funcionamento da lei do valor tal como apresentada na circulação simples⁴⁶:

Como a Economia Política gosta de robinsonadas, aparece primeiro Robinson numa ilha. [...] Desloquemo-nos da ilha luminosa de Robinson à sombria Idade Média. [...] imaginemos, finalmente, para variar, uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção comunais, e dependem suas forças de trabalho individuais conscientemente como uma única força social de trabalho. (MARX, 1996, pp. 202-203)

Segundo Marx (1996, p. 201), a análise acerca das formas diferentes de vida humana, e, conseqüentemente também sua investigação científica, perseguem, acima de tudo, um itinerário contrário ao “desenvolvimento real”. Inicia *post festum*, e devido a isso, é posterior aos efeitos definitivos do seu próprio processamento, isto é, referindo-se às formas que legitimam os produtos do trabalho, como as mercadorias, elas são consideradas pressupostas a sua circulação, antes mesmo que os homens busquem dar-se a perceber da existência dessas formas.

⁴⁶ Conforme E. Mandel, existem dois grupos na hermenêutica referente ao problema da referência histórica do ponto de partida de “O Capital”. O primeiro são aqueles que seguindo Engels pensam que a seção que abre o Capital expõe o mundo pré-capitalista. O segundo grupo compreende a circulação simples como uma abstração do capitalismo, mas que entretanto apresenta o mundo capitalista e não o pré-capitalismo, entre esses, encontram-se Issak Rubin e Althusser.

3 A CIRCULAÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS ENQUANTO SUPERFÍCIE DO SISTEMA

Como já sinalizamos na sessão anterior, Engels iniciou o **Complemento ao Prólogo do Livro III d' O Capital**, por via de uma compreensão diferente da realizada por Marx. Mesmo conhecido também como segundo violino⁴⁷, Engels tendo em vista a “Darstellung” e o ponto de partida d' O Capital, (a análise da Mercadoria) o compreende enquanto marco zero de sociabilidades que determinavam suas trocas por via da quantidade de trabalho necessária para a fabricação dos produtos trocados. Esta proposta de reconstituição histórica, segundo Engels, tem seu início desde a família em sociedades antigas, até o trabalho assalariado na emergência do capitalismo. Nesse sentido, Engels busca realizar uma gênese histórica da lei do valor. Isso se torna cada vez mais visível no texto elaborado por Engels por via do uso das expressões: “no começo”, “no início” etc..

Desse modo, conforme Engels, a circulação simples presente em O Capital significa realizar uma empreitada de reconstituição histórica das particularidades na cronologia das sociedades, partindo daquele período da produção simples de mercadorias, ou seja, relatando um momento histórico pré-capitalista. Assim para ele, na contramão de Marx (como já apontamos), o ponto de partida de “O Capital” em seu Livro I é exatamente expor uma gênese dos processos de troca que vai desde o início das trocas mediadas pelo valor-trabalho, estendendo-se até o início do século XV d.C..

Para Engels, tudo se estabelece como se em O Capital as categorias fossem apresentadas de modo alinhado com seu aparecimento na história, e não em função do seu lugar na sociabilidade da economia burguesa. Todavia, o caráter histórico da circulação simples não corresponde necessariamente a nenhum grande problema no desvelar das categorias econômicas. Isto é, para o Marx do primeiro capítulo de “O Capital” não se nega a história, ela está sempre pressuposta. Mas, em que pese a exposição marxiana desse primeiro Capítulo é como se estivéssemos deparado com uma equação na qual o conjunto da exposição histórica já estivesse contido na exposição lógica categorial de forma implícita.

Em outras palavras, para Marx a gênese histórica das categorias perpassando o momento que vai do pré-capitalismo ao capitalismo não representa nenhuma grande

⁴⁷ (COGGIOLA; Engels o Segundo Violino, ed. Xama, São Paulo, 1995)

contradição. Pois, não seria contraditório dizer que Marx tem sempre em suas formulações teóricas acerca da sociedade capitalista as categorias econômicas pré-capitalistas, enquanto pressupostos categoriais indispensáveis ao funcionamento do capital, e que a partir delas construa a circulação simples em abstrato, para que de modo *a posteriori*, perseguindo o desenrolar lógico e não histórico, as categorias econômicas do capitalismo sejam postas. Como já acentuamos, Marx diz claramente que a sociedade capitalista é a chave para a compreensão das sociedades que as precedem.

A sociedade regida pela burguesia por se caracterizar enquanto a forma societal historicamente mais desenvolvida é nesse aspecto, o modelo possivelmente mais cabível para pesquisar a realidade econômica que a antecede. Se desse modo for compreendido o aspecto metodológico marxiano (no sentido inverso ao de Engels) ao invés de analisar o pré-capitalismo para se compreender a sociedade capitalista, Marx ao estudar o pré-capitalismo estará sempre voltado ao capitalismo. Em outras palavras, a exposição categorial da sociedade capitalista, tendo como ponto de partida a análise da mercadoria, tem sempre de modo implícito as categorias da economia pré-capitalista.

Desse modo, a troca mercantil simples (M-D-M), cujo objetivo é a recíproca satisfação das necessidades dos agentes da troca, é similar à relação entre “iguais e livres” indivíduos contratantes que se fundamentam no preceito da equivalência para efetivar tais trocas. Nesse momento da nossa pesquisa, tal processo será demonstrado como um intercâmbio entre os indivíduos na “circulação capitalista propriamente dita”. E mais, faremos uso dos *Grundrisse* e do *Capital*, mesmo tendo consciência de suas diferenças (ROSDOLSKY, 2011, p. 56), e demonstraremos de forma breve as contribuições sobre o tema dos professores Ruy Fausto e Jorge Grespan.

3.1 O valor e o processo de circulação de mercadorias

Enquanto valores todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado.
(MARX, 1996)

A mercadoria como acentua Marx, é a “forma” elementar da riqueza capitalista, sendo constituída de duas esferas: valor de uso⁴⁸ e valor. Ela é antes de qualquer coisa, valor de uso: “um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (MARX, 1996, p. 163). O valor de uso é uma característica da coisa (*Ding*) que é determinada pela própria qualidade da coisa. Por suas diversas determinações naturais, por outro lado, isso não quer dizer que os diferentes modos de usar as coisas é algo natural. A rigor, se configura justamente no oposto disso, ou seja, como aponta Marx, em *O Capital*, trata-se de um ato histórico⁴⁹.

Se compararmos as mercadorias, tendo em vista o seu valor de uso⁵⁰, tal comparação se configura enquanto um relacionamento entre coisas. Todavia, a comparação da mercadoria tendo em vista o seu “valor” se apresenta não como um relacionamento meramente entre coisas e apesar da coisificação latente no seio da sociedade capitalista de se manter presente, tal comparação a rigor se estabelece enquanto um relacionamento social. Em outras palavras, a qualidade é uma determinação da mercadoria enquanto matéria, assim como, a quantidade do valor pertence a ela na medida em que toda essa relação é integralmente relação social.

No início de “*O Capital*”, Marx acentua que o valor de troca aparece através de uma relação quantitativa constante, na qual valores de uso se trocam entre si, sendo esse intercâmbio submetido às duas categorias: “tempo e espaço⁵¹”. [...] “É precisamente a abstração de seu valor de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias” (MARX, 1996, p.167). O autor ainda sugere: será então que o valor de troca é algo casual? “Ao aceitar temporariamente a hipótese do seu caráter casual”, sua variabilidade determina sua relatividade. Ou seja, a variabilidade, indica assim, a possibilidade da casualidade. Contudo, “o valor de troca” “parece”, por isso, ser algo de casual e puramente relativo, um valor de troca interior à mercadoria, imanente (*valeuríntrinseque*), portanto, parece uma *contradictio in adjecto*” (MARX, 1996, p.166).

⁴⁸ “O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo” (MARX, 1996, p. 166)

⁴⁹ “Descobrir os diversos aspectos e o aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico”. (MARX, 1996, p. 163)

⁵⁰ “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja sua forma social desta. Na forma de sociedade analisada por nós, eles constituem, no mesmo tempo, os portadores materiais do – valor de troca. (MARX, 1996, p. 166)

⁵¹ “O valor de troca aparece, de início, como relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam., contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e espaço. (MARX, 1996, p. 166)

Essa contradição aparente de procurar uma explicação para o valor de troca na dinâmica interna da mercadoria, e não na sua relação com outra mercadoria, não faz com que Marx abandone sua investigação de uma teoria do “valor”. A busca por uma regularidade na determinação causal que fundamente a incoerência do caráter relativo e variável da mercadoria dada pela categoria tempo e espaço e que, portanto, demonstre o caráter causal, e, não casual do “valor”, é um aspecto dialético científico da investigação/explicação e conseqüentemente, faz parte dessa determinada etapa da exposição de Marx.

Em outras palavras, parece ser um absurdo pensar que o valor de troca é algo típico da dinâmica interna de uma mercadoria, pois, como já apontamos, ele só existe na proporção com outras mercadorias, no processo de intercâmbio. Por outro lado, logo a hipótese da casualidade é desconstruída pelo autor, pois, se de fato, o valor de troca tivesse um caráter fundamentalmente casual, não haveria sentido nenhum em despendar tempo ao buscar uma explicação para ele, até onde sabemos, as coisas casuais não têm nenhuma explicação científica, exceto na lei da probabilidade, o que obviamente não interessou ao nosso autor no seu processo de investigação. Buscaremos e encontraremos uma única regularidade no valor de troca. Se é verdade que o “valor” de uma mercadoria é relativo dependendo do “*lugar e do tempo*”, fixemos por um instante em um determinado lugar e tempo estabelecido. Vejamos:

- 4 kg de milho
- 0,5 kg de frango
- 1 Kg de feijão
- 1 litro de leite
- 4,5 kg de mandioca
- 0,5 de trigo

Se agora quisermos saber o valor de troca de 1 litro de leite, nesse instante e neste lugar em termos de frango, não precisaremos nos debruçar com dificuldade em torno da resposta, pois o mesmo mercado nos indicará:

$$1 \text{ litro de leite} = 0,5 \text{ kg de frango}$$

Isso significa que a partir do “valor⁵²” do feijão, os valores de troca do leite não são casuais, mas sim determinados, havendo uma regularidade que define seu “valor” encontrado num mercado e momento histórico estabelecido. Assim, logo Marx descobre que o caráter casual do valor de troca era um elemento fenomênico da realidade, pois já encontramos uma causalidade.

Em que pese o modo como se equipara as qualidades corporais da mercadoria, Marx acentua que como valores de uso, as mercadorias são, antes de qualquer coisa, qualidades diferentes, e como valor de troca, só podem ser de diferentes quantidades, não constituindo assim, em seu corpo, nenhuma porção de valor de uso, sendo esse uma abstração propiciada pela relação de intercâmbio das mercadorias, tendo mais uma vez as diferentes manifestações do valor de troca de 1 kg de feijão:

4 kg de milho
0,5 kg de frango
1 litro de leite
4,5 kg de mandioca
0,5 de trigo

Isso equipara o grau de igualdade dessas mercadorias, todas são intercambiáveis entre si, em que todos os diferentes valores de troca são iguais entre si no mesmo mercado e no mesmo momento, “e quem determina isso é o mercado”. A casualidade é abandonada tendo em vista que há uma regularidade que determina os diversos valores de troca das diferentes mercadorias, estabelecendo assim uma igualdade entre elas. Portanto, existe uma causalidade no aspecto dos valores de troca. Como já acentuamos, essa igualdade que regula e equipara os diversos em uma mesma unidade é regulada pelo mercado em um tempo e espaço determinado. Contudo, não haveria uma igualdade fruto de uma “essência” desigual mais profunda? Pensando nisso, para não confundirmos o “valor⁵³” com “valor de troca”, citaremos a esclarecedora afirmação de Marx:

⁵²“Tomemos ainda duas mercadorias por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja sua relação de troca poder-se-á, sempre, representá-la por uma equação em que dada quantidade de trigo é igualada a alguma quantidade de ferro, por exemplo, 1 quarter de trigo – a quintais de ferro. O que diz essa equação? Que algo comum da mesma grandeza existe em duas coisas diferentes, em 1 quarter de trigo igualmente a de quintais de ferro. Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que em si para si não é nem uma nem outra. **Cada uma delas, enquanto valor de troca, deve, portanto ser redutível a essa terceira.** (Grifo nosso) (MARX, 1996, p. 167)

⁵³O que há de comum, que se revela da troca ou valor da mercadoria é portanto, seu valor. O prosseguimento da investigação nos trará de volta ao valor de troca, como a maneira necessária de

Determinada mercadoria, 1quarter de trigo, por exemplo, troca-se por x de graxa de sapato, ou por y de seda, ou por z de ouro etc., resumindo por outras mercadorias em suas diferentes proporções. Assim, o trigo possui múltiplos valores de troca em vez de um único. Porém, sendo x de graxa, assim como y de seda ou z de ouro etc têm de ser valores de troca permutáveis uns pelos outros ou iguais entre si. Por conseguinte, primeiro: os valores de troca vigente da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: **o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a “forma de manifestação” de um conteúdo dele distinguível.** (MARX, 1996, p.166)

(grifo nosso)

Desse modo, o valor de troca de uma mercadoria é um modo de expressão, é a manifestação. É por, assim dizer, a forma fenomênica de determinado conteúdo intrínseco à mercadoria. Tal conteúdo, que se distinguiu do valor de troca, Marx chama de “valor”. Se deixarmos de lado o valor de uso das mercadorias, nós teremos apenas uma coisa, o fato de ser toda e qualquer mercadoria produto do trabalho humano. A operação de abstração do produto singular realiza uma abstração também das determinações objetivas que estabelecem as qualidades do valor de uso. Assim, todas as suas qualidades sensitivas se desmontam e se apagam. Do mesmo modo, tal produto singular já não pertence ao trabalho de determinados trabalhadores enquanto indivíduos, não sendo mais o trabalho do pedreiro, do marceneiro etc.

Ao desaparecer o caráter útil dos produtores de trabalho, desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam diferenciar-se um de outro para reduzir-se em sua totalidade e igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1996, p. 168)

Desse modo, é importante sinalizar que o aspecto oculto da extensão da teoria do valor se encontra na igualdade e na equivalência⁵⁴ de todos os trabalhos, por se configurar justamente em trabalho humano em geral, trabalho abstrato. Assim sendo, um produto do trabalho humano ganha estatuto de mercadoria tão somente porque nele está contido, “objetivado” e “materializado”, como trabalho humano abstrato. À vista disso, cabe a pergunta: Então como medir o valor? Por meio do quantum nele contido da “substância constituidora do valor, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida, isto é, o tempo de trabalho socialmente necessário é o mesmo requerido à produção do valor de uso, qualquer que seja este, nos termos normais e com

expressão ou forma de manifestação do valor, o qual deve ser por agora, considerado independente dessa forma. (MARX; 1996; p. 168)

⁵⁴ Os equivalentes são a objetivação de um sujeito para o outro; eles próprios são de mesmo valor e se configuram no ato da troca como valendo igual e, do mesmo tempo, como reciprocamente indiferentes. (MARX, 2011, p. 185)

um nível social médio de habilidade e de intensidade do trabalho. (MARX, 1996, p. 169)

Com isso, a sua mudança é estabelecida pela mudança na força produtiva do trabalho, assim como sua permanência constante está submetida à permanência constante do Tempo de trabalho necessário para a produção. Desse modo, ao usar a mercadoria individual enquanto forma singular da riqueza capitalista (como aparece no primeiro parágrafo do Livro I de “O Capital”⁵⁵), Marx compreende está num patamar muito mais complexo de abstração do valor, pois, “a mercadoria individual vale aqui apenas como exemplar médio de sua espécie. Ou seja, mercadorias que contêm a mesma quantidade de trabalho, ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto a mesma grandeza de valor”. (MARX, 1996, p. 169)

Contudo, para a produção e circulação das mercadorias se efetivarem tornando-se ativas na sociedade capitalista, é necessária toda uma modificação no plano jurídico e econômico social que dará margem para a extração do valor, pelo fato do capitalista ser algo legítimo e reconhecido socialmente enquanto atividade humana legal. Intrínseco a isso, a extração do valor e a circulação de mercadorias só podem ser compreendidas quando o conceito de igualdade humana se pôr socialmente nas consciências enquanto um preconceito geral, socialmente aceito e estabelecido como um mundo invertido (onde as coisas ganham atribuições de vida humana), e a vida humana tornar-se coisa e passar a ser revertida à consciência dos agentes. E assim, quando a igualdade passar a existir no plano formal, possibilitará os agentes da sociedade capitalista se encontrarem no mercado e intercambiarem suas respectivas mercadorias.

Se o indivíduo *A* tivesse a mesma necessidade que o indivíduo *B* e tivesse realizado seu trabalho no mesmo objeto que o indivíduo *B*, não existiria nenhuma relação entre eles; considerados do ponto de vista de sua produção, não seriam indivíduos diferentes. Ambos têm a necessidade de respirar; para ambos o ar existe como atmosfera; isso não os coloca em nenhuma relação social; como indivíduos que respiram, relacionam-se entre si apenas como corpos naturais, não como pessoas. **A diversidade de sua necessidade e de sua produção fornece unicamente a oportunidade para a troca e para sua igualação social nessa troca; por conseguinte, essa diversidade natural é o pressuposto de sua igualdade social no ato de troca e dessa conexão em que se relacionam como agentes produtivos.** (MARX, 2011, p. 186) (grifo nosso)

⁵⁵ “A Mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1996, p. 166)

Assim, nesse momento destacam-se três etapas que são formalmente diferentes: 1) Os sujeitos da relação; 2) o objeto de sua troca, a mercadoria em si e 3) A própria relação de troca. Ao realizar a troca, os indivíduos no mercado são considerados como tais, apenas pelo fato de serem possuidores de mercadorias diferentes, sendo tal diferença perseguida também por uma determinada “igualdade”.

Na troca, os sujeitos, são sujeitos uns para os outros exclusivamente pelos equivalentes, como sujeitos de igual valor, e se afirmam enquanto tais pela permuta da objetividade em que um é para o outro. Uma vez que só são assim, um para o outro, como sujeitos de igual valor, como possuidores de equivalentes e como sujeitos que atestam essa equivalência na troca, como sujeitos de igual valor são ao mesmo tempo indiferentes uns aos outros. (MARX, 2011, p. 185)

Em outras palavras, o indivíduo *A* não pode trocar com o indivíduo *B* a mesma mercadoria, e em mesma quantidade, pois, seria objetivamente desinteressante para ambos a realização dessa troca. Os indivíduos precisariam assim, possuir determinada mercadoria que seria de diferente qualidade e de igual quantidade de “valor” contida em sua constituição, assim, teriam um “valor” equivalente, comum.

Na mediada em que o indivíduo *A* tem **mercadoria X** e o indivíduo *B* possui a **mercadoria Y**, tem-se assim, uma condição recíproca para o processo de troca. A **mercadoria X** do indivíduo *A* é equivalente à **mercadoria Y** do indivíduo *B*. Nesse sentido, existe uma “igualdade” e ao mesmo tempo uma diferença. Existe algo em comum entre as mercadorias trocáveis, e como já sabemos, esse algo comum é o valor, isto é, Tempo socialmente necessário para produção das mercadorias.

A partir da explanação consecutiva das categorias teremos como síntese a ideia segundo a qual essa forma de igualdade social está pressuposta numa desigualdade, e que ela mesma é instituída socialmente, não sob o aspecto natural. Nesse sentido, Marx apresenta a circulação simples como “base real” da liberdade da classe dominante.

Na medida em que agora essa diversidade natural dos indivíduos e das próprias mercadorias[...] constitui o motivo para a integração desses indivíduos, para sua relação social como trocadores, relação em que são pressupostos e se afirmam como iguais, à determinação da igualdade soma-se a liberdade. (MARX, 2011, pp. 186-7)

Isto é, nenhum dos agentes da sociedade capitalista se apossa da mercadoria do outro no processo intercambiável por via da força, é necessário haver um nível de

liberdade do ponto de vista jurídico, e uma dimensão de igualdade⁵⁶, para que a troca entre mercadorias se realize no interior do sistema. Contudo, a igualdade aparente no plano superficial da circulação das mercadorias tem antes, como pressuposto uma desigualdade latente na substancialidade do sistema capitalista. Desigualdade essa presente na insolúvel e contraditória relação entre capital e trabalho na sociedade capitalista.

3.2 O Telos da mercadoria e as três pressuposições da circulação

No mercado, dois detentores “conscientes de suas liberdades” trocam mercadorias que não são úteis para eles, isto é, não são valores de uso para si, mas sim para outro, que também possuem necessariamente, um não valor de uso para si, realizando uma troca dentro dos parâmetros mercantis da sociedade capitalista.

O espaço do mercado é o momento perfeito para a mercadoria, pois é exatamente no mercado, onde ela encontra a possibilidade real de culminar seu ciclo e cumprir seu telos social. No mercado, do mesmo modo que os produtores se encontram com outros produtores, donos de mercadorias, proprietários privados, assim também, as mercadorias se encontram com outras mercadorias.

Nessa sociedade o produto ganha uma forma alienada típica por obter um duplo aspecto: um valor de uso enquanto condição da existência natural de determinado produto; e por outro lado, um valor de troca que possibilita a harmonia da troca entre dois produtos diferentes, isto é, essa é a condição da manutenção e reprodução existencial da mercadoria na sociedade capitalista.

De modo estranhado, a relação da troca mercantil efetiva uma inversão, de modo que, no processo de troca, o produto do trabalho ocupa um espaço no mercado como um não valor de uso para o seu possuidor, portanto, um provável valor de uso para aquele agente que não o possui. O valor de uso transformar-se apenas numa probabilidade para o outro, que poderá se efetivar tão somente no processo de realização do valor de troca. Sob a ótica do possuidor do valor de uso, ele só lhe vale enquanto um valor de troca possivelmente realizável do ponto de vista do processo de troca.

⁵⁶ “Reconhecem-se mutuamente como proprietários, como pessoas cuja vontade impregna suas mercadorias”. (MARX, 2011, p. 18)

Põem-se de lado os valores de uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. É o que evidentemente caracteriza essa relação. Nela, um valor de uso vale tanto quanto o outro, quando está presente na proporção adequada. (MARX, 1996 p. 171)

Ao seguir seu próprio **telos**, ao mudar de mãos, a mercadoria ativa uma potencialidade que estava interiorizada quando ela se encontrava tão somente no processo de produção. Contudo, a mercadoria precisa primeiro realizar-se enquanto valor, para só assim, posteriormente, realizar-se enquanto valor de uso. Por conseguinte, é necessário que em cada mercadoria estejam contidas determinadas qualidades úteis para ser possível o processo de troca. “Só através da troca se pode provar que o trabalho é útil aos outros, que seu produto satisfaz necessidades alheias”. (MARX, 1996 p. 171)

Desse modo, no mercado, cada proprietário privado de mercadoria só troca seu produto por outra mercadoria que o satisfaça, e conseqüentemente, por uma mercadoria que tenha o mesmo valor; assim, a troca para os produtores tem tão somente um teor privado. Para o possuidor da mercadoria pouco importa se a mercadoria tem ou não tem valor de uso para o seu possuidor em potencial, para seu futuro possuidor, sua intenção é apenas realizar sua mercadoria como valor, trocando-a por outra mercadoria, ou por dinheiro:

A troca passa então, a ser para ele processo social. Mas não há possibilidade de o mesmo processo ser simplesmente individual e ao mesmo tempo simplesmente social e geral, para todos os proprietários de mercadorias. (MARX, 1996, p.177)

À vista disto, o aspecto substancialmente privado do mercado torna-o contraditório, pelo fato de que todos os possuidores de mercadorias compreendem que todas as outras mercadorias alheias são um equivalente particular da mercadoria que o pertence e, com efeito, concebem a sua própria mercadoria enquanto um equivalente geral de todas as outras mercadorias.

Contudo, todas as mercadorias privadas se configuram da mesma forma, e conseqüentemente, surge um grande obstáculo em determinar um equivalente geral⁵⁷ que possa realizar a multiplicidade de valores relativos na interioridade do mercado. É

⁵⁷ “A forma equivalente geral é uma forma do valor em si. Ela pode ser recebida, portanto, por qualquer mercadoria. Por outro lado, uma mercadoria encontra-se apenas na forma equivalente geral (forma III), porque e na medida em que é excluída por todas as demais mercadorias como equivalentes. E só a partir do movimento em que essa exclusão se limita definitivamente a um gênero específico de mercadorias, a forma valor relativa unitária do mundo das mercadorias adquire consistência objetiva e validade social geral. (MARX, 1996, p. 196)

da imanência da própria mercadoria que surge a necessidade de estabelecer um equivalente geral⁵⁸, em que todas as outras mercadorias sejam equiparadas numa “mesma igualdade”, entretanto, destaca Marx:

Mas, apenas a ação social pode fazer uma determinada mercadoria equivalente geral. A ação social de todas as outras mercadorias elege, portanto, uma determinada para nela representarem seus valores. **A forma corpórea dessa mercadoria torna-se desse modo, a forma equivalente com validade social; ser equivalente geral torna-se função especificamente social da mercadoria eleita. Assim ela vira dinheiro.** (MARX, 1996, p. 195). (Grifo nosso)

Assim sendo, é da própria processualidade da sociedade mercantil capitalista o surgimento do dinheiro enquanto uma das formas de manifestação necessária do “valor” no decurso da troca, isto é, o intercâmbio perfeito entre o aspecto privado da produção e o aspecto social da circulação. Essa é uma necessidade histórica do desenrolar intercambiável das mercadorias intrínsecas às próprias mercadorias, valor de uso e valor. Os agentes presentes no interior do mercado se reconhecem entre si, na medida em que são todos possuidores privados, independentes e autônomos, tendo, todos, a intenção impelida pela própria relação mercantil de efetivar o valor de suas mercadorias.

Para efetivar o valor de seu produto, o possuidor de mercadoria, o proprietário privado, tem que penetrar no interior do mercado e entrar num conflito com diversos outros proprietários privados que possuem um comportamento similar ao seu. Um dos aspectos do modo de produção capitalista é exatamente essa “autonomia” da produção. Cada proprietário privado regulamenta como bem “deseja” a sua “liberdade e independência” da produção. Assim como, do mesmo modo “delimitam independentemente” a sua quantidade de mercadorias sem qualquer imposição externa, tendo assim sua “total autonomia” do ponto de vista jurídico.

Marx sinaliza que no começo, a relação quantitativa de troca entre dois proprietários privados de mercadorias é espontaneamente casual, e depende da vontade desses próprios proprietários. No desenrolar dos anos, cresce a necessidade de mercadorias vindas de fora das fronteiras das pequenas comunidades mercantis, e desse modo, conseqüentemente também cresce a exportação das mercadorias para o mercado

⁵⁸ “Ocorrem modificações essenciais na transição da forma I para a forma II, da forma II para a forma III”. Em compensação a forma IV não difere em nada da forma III, a não ser que agora, em vez de linho, possui o ouro a forma de equivalente geral. (MARX, 1996, p. 196)

exterior. Essas mercadorias excêntricas se configuram enquanto novidades e contagiam constantemente o interior e ao mesmo tempo o exterior das relações mercantis.

Na compreensão da circulação simples (M-D-M) temos como ponto de partida “[O] princípio de que as mercadorias existem como valores de uso já prontos⁵⁹”, isto é, estamos situados desde o início no patamar de encontro dos agentes possuidores de mercadorias, mesmo tendo a consciência que existem “pressuposições” para a possibilidade real de haver esse encontro. No processo de circulação há uma metamorfose dos produtos (M-D/D-M), sendo necessário que se faça o encontro entre dois proprietários de mercadorias e que tenha enquanto ponto de vista esse início, de forma que tais produtos possam tão somente serem considerados “objetivação do indivíduo, cujo trabalho ela representa”. (MARX, 2011, p. 267)

Desse modo, surge a primeira pressuposição fundamental (*Grundvoraussetzung*) da circulação simples, qual seja, a lei de apropriação pelo trabalho próprio, isto é, como aponta Marx:

o trabalho e a propriedade do resultado do trabalho próprio apresentam-se assim como a “pressuposição fundamental” sem a qual não teria lugar a apropriação secundária por intermédio da circulação”. (grifo nosso)

À vista dessa lei da apropriação pelo “trabalho próprio” se estabelece uma obrigação fundamental da circulação simples, ou seja, a “liberdade e a igualdade”.

Uma vez admitida esta lei da apropriação pelo trabalho próprio - **que longe de ser uma hipótese arbitrária é uma pressuposição que resulta do estudo da própria circulação** - sem dificuldade se descobre na circulação **um reino da liberdade e da igualdade burguesa fundado nesta lei**⁶⁰. (grifo nosso)

A instituição da lei de apropriação pelo trabalho por via dos valores burgueses da liberdade e igualdade da classe dominante, configura-se como a necessidade fundamental (*erste Notwendigkeit*) determinante do processo de troca. Apresenta-se a segunda condição implícita, portanto não posta diretamente, mas pressuposta da circulação simples: “depois da apropriação pelo trabalho ou da materialização do trabalho, a sua alienação ou a sua conversão em forma social aparece com a segunda lei” (Idem).

⁵⁹“O processo de criação das mercadorias, e, por conseguinte também o seu processo inicial de apropriação, se situam fora da circulação”. (MARX, 2011, p.267)

⁶⁰ Percebe-se que não se trata do reino da “liberdade e igualdade enquanto tais”, mas da “liberdade e igualdade burguesas”. (MARX, 2011, p.270)

Essa segunda necessidade é a efetivação do próprio processo de troca de equivalentes, a transformação do trabalho próprio, individual, em trabalho abstrato social/real. Esse é o basilar da igualdade na qual se encontra os proprietários privados da troca. No mais, há uma “terceira pressuposição”, essa é aquela que se circunscreve os trabalhos no “sistema de carências diversas” (*verschiedenen Systemenvon Bedürfnissen*), ou seja, “todos os agentes da troca produzem nas condições da divisão do trabalho social. (MARX, 2011, p.270)

Tal pressuposição essencial fundamenta-se no princípio segundo o qual, os agentes da troca já realizam uma produção específica num quadro de determinada divisão social do trabalho posta socialmente.

Resultaria, pois, que para que os indivíduos possam enfrentar-se nas simples relações de compra e venda como produtores privados livres, no decurso do processo de circulação e figurar neste processo como agentes independentes, **isto já supõe outras relações de produção mais complexas, relativamente em conflito com a liberdade e a independência dos indivíduos, outras relações econômicas prévias.** (MARX, 2011, p. 273) (Grifo nosso)

Essa pressuposição fundamental indica claramente que os agentes do processo de troca já intercambiam mercadorias a partir de determinações objetivas previamente postas historicamente. Esta terceira pressuposição encerra uma quantidade de pressuposições para a efetivação da circulação simples, que conseqüentemente nos remete ao entendimento que tais relações mercantis não são frutos da vontade do indivíduo como aparece no início da relação mercantil simples, mas expressam uma “superfície⁶¹” aparência da metamorfose da mercadoria (valor de uso e valor), que manifesta o ponto de partida social determinante para compreensão do indivíduo, possuidor de mercadoria, na medida em que este, configura-se enquanto um ser social “determinado⁶²” pelas relações sociais.

Contudo, mesmo essa terceira pressuposição, que mesmo essencialmente se estabelece como um resultado histórico social, aparece na consciência dos agentes enquanto “necessidade natural” (“*Naturnotwendigkeit*”) configurada na liberdade e igualdade burguesa dos agentes produtores e comerciantes no sistema social capitalista. Isto é, do ponto de visto do mundo objetivo, há uma inversão das relações sociais mediada pela estrutura social de produção, que tem seu engendramento no trabalho

⁶¹ “Superfície”, como indica o título de nossa seção.

⁶² Entenda-se ao falarmos em **determinado** não enquanto uma determinação mecanicista, mas sim na medida em que o indivíduo aqui possuidor de mercadorias tem certo nível de condições, pressuposições cujo às quais dão suporte/basilar para as relações mercantis capitalistas.

abstrato, a verdadeira substância do valor. E, do ponto de vista subjetivo, interligado diretamente a isso, há também uma reversão na consciência dos agentes, e nas relações sociais, em que se revertem na consciência dos homens de maneira invertida. No mais, ainda sobre o problema da “circulação simples enquanto superfície do sistema”, vejamos mais de perto a contribuição de dois pensadores nacionais.

3.3 Circulação simples de mercadorias: contribuições de Jorge Grespan e Ruy Fausto

Em especial nesse momento, ao nos inclinarmos para apresentar os pensadores nacionais iremos nos concentrar especificamente nas contribuições de estudiosos acadêmicos vinculados à filosofia que de modo explícito ou implícito, abordam a circulação simples de mercadorias. Obviamente não temos a intenção de esgotar “toda a produção” dos referidos autores, pois tal empreitada exigiria tempo e espaço que não dispusemos. Nem muito menos averiguamos um amadurecimento da nossa parte para poder realizar uma análise mostrando as minúcias distinções e conflitos teóricos de uma “escola filosófica nacional⁶³” de críticos/comentadores de “O Capital”.

Minimamente, ao menos para os dois pensadores analisados, nossa intenção consiste em apresentar suas compreensões, guardando a crítica para uma almejada pesquisa futura, na qual teríamos tempo e espaço para adentrar em todas as pressuposições de suas interpretações. “Contudo, no decorrer do nosso trabalho a memória das indicações que recebemos no momento da qualificação ganhou um pequeno desvio”. E, assim, ao invés de realizarmos as diferenças entre os pensadores que compunham esta “escola filosófica nacional” de comentadores e críticos de “O Capital”, o destacando os conceitos de “interservação” e “avesso”: categorias respectivas ao texto do professor Ruy Fausto, a saber, “Marx: Lógica e política tomo I” e ao texto de autoria de Jorge Grespan, “A partir da dialética do Avesso”, num sentido diferente, optamos em não adentrar nessas particularidades e diferenças, e ao invés disso, aceitamos em seguir um impulso do próprio desenrolar imanente de nossa pesquisa que consiste em demonstrar uma análise crítica acerca do tema da referência histórica da

⁶³Além dos professores Ruy Fausto e Jorge Grespan, Somam-se a esse grupo as contribuições dos professores Hector Benoit; Marcus Müller e Giannotti. A saber, referindo-se ao último filósofo citado, nos remetemos tão somente aos textos de quando o mesmo ainda se enquadrava na concepção marxista de mundo.

circulação simples de mercadoria. O que conseqüentemente nos remeterá a tocar no texto “Dialético do avesso” de autoria de Jorge Grespan.

Nesse caso, reportando-se aos referidos pensadores, a problemática da circulação simples de mercadorias nem sempre é apresentada de forma direta, mas pode ser demonstrada de modo claro na relação que cada pensador faz entre o aspecto histórico e o lógico em *O Capital*, de Marx. Apesar de só agora citarmos o uso de tais pensadores de modo explícito, isso não significa que no decorrer de nossa pesquisa deixemos de fazer uso de suas contribuições.

3.3.1 Ruy Fausto

É pois bem evidente que temos aí uma
contradição que pertence ao objeto, a qual só se
pode dominar pondo o objeto de forma
contraditória.
(FAUSTO, 1987)

Em especial, no primeiro volume da produção teórica de Ruy Fausto, a saber, *Marx: Lógica e Política*, existem longas passagens atribuídas à análise da circulação simples. O problema é no referido texto elaborado que tem como referência direta o “espaço histórico das categorias do valor e trabalho abstrato” (FAUSTO, 1987, p. 113). De modo mais específico, o autor formula o problema apresentando as seguintes indagações: “em qual ou quais épocas, se pode dizer que há trabalho abstrato e valor? O trabalho abstrato e o valor são categorias que só valem para o capitalismo?” (Idem). Para tal resposta, o professor recorre ao momento histórico do aparecimento do ponto de vista (enquanto problema teórico) da sua gênese⁶⁴.

Acerca do valor e pré-capitalismo, indaga Ruy Fausto: “o valor e o trabalho abstrato existem antes do capitalismo?”. Em diálogo crítico com o “althusserianismo” pelo fato do texto ter sido construído na década de oitenta⁶⁵, Ruy Fausto compreendera

⁶⁴ Aqui estamos nos referindo a problemática entre valor e preço de produção, que impeliu Engels em 1985 a comprar o debate e expô-lo no prólogo e no complemento ao prólogo no III tomo de “*O Capital*”. Questão essa cuja qual, já nos reportamos em o primeiro capítulo de nossa dissertação.

⁶⁵ Em particular, o debate é aqui travado com Castoriadis, que compreende que há uma oscilação em Marx ao tentar achar uma resposta à questão: valor e trabalho abstrato valem apenas para sociabilidade

a problemática de modo diferente dessa perspectiva filosófica. Para ele, Marx refere-se ao pré-capitalismo no primeiro e segundo capítulo do livro I e no capítulo dez do livro III. E sua posição é compreender o problema enquanto uma contradição.

Vejamos:

No que se refere ao nosso problema, isso significa que antes do capitalismo o valor não é, mas que ao mesmo tempo ele é. Antes do capitalismo, o valor não é, porque não há tempo de trabalho socialmente necessário. Isto significa que o tempo de trabalho constitutivo do valor não é posto na própria produção, não há um tempo social que tenha uma força coercitiva no nível da produção e que o quantum de valor (ou antes de “valor”) pelo qual as mercadorias são trocadas e se constituem no nível das trocas (esse quantum não corresponde a cada tempo individual, mas ele não é senão uma resultante desses tempos individuais). **E entretanto, do que acabamos de dizer resulta que antes do capitalismo as mercadorias já se trocavam segundo proporções que correspondiam ao tempo (ou aos tempos) gasto (s) na sua produção. Portanto, em certo sentido, o valor ou os valores já existiam.** (FAUSTO, 1987, p. 112) (Grifo nosso).

Conforme uma ordem de símbolos que Ruy Fausto elabora em seu texto, ele coloca determinadas palavras entre aspas, como por exemplo, na citação acima aparece a palavra “valor”. Com isso, o autor tem a intenção de dizer que sua existência é uma “existência negada” (FAUSTO, 1987, p. 112). Contudo, ao estabelecer uma resposta contraditória, a questão que se coloca é como tornar válidas tais afirmações sem necessariamente cair nas artimanhas de uma “contradição vulgar”? Acerca disso, Ruy Fausto chama a atenção declarando que “a existência do valor no pré-capitalismo é como a de todo ser em sua pré-história”:

O valor antes do capitalismo tem um estatuto análogo ao de um ser qualquer no nível da sua pré-história. No nível da sua pré-história, um ser não existe enquanto sujeito; uma pré-história é exatamente a história do seu surgimento enquanto sujeito. Existem entretanto, no nível da pré-história, certas determinações que exprimem, mas que ao mesmo tempo não exprimem esse ser, isto é, existem certas determinações que exprimem esse ser (ausente enquanto sujeito) em forma negativa, em forma contraditória. No decorrer de sua pré-história, deve-se dizer de um ser que ele é...tal ou qual coisa, mas tal ou qual coisa não exprime esse ser enquanto tal, exprime antes a sua negação. (MARX, 1983, p. 113) (grifo nosso)

Ou seja, um ente em sua pré-história não existiria enquanto positividade, logo ele só pode “existir” na forma de uma “existência negada”, não como sujeito. Em outras palavras, segundo Ruy Fausto, em sua abordagem acerca do valor no capitalismo, Marx faz referência existencial do valor no pré-capitalismo e ao realizar esse movimento

capitalista ou se o valor é algo específico das sociedades pré-capitalistas? Para Castoriades, Marx oscila. Até aqui, **para** as pretensões de nosso trabalho, cabe-nos apenas adentrar na resposta de Ruy Fausto.

analítico, Marx só poderia realizar uma remontagem do valor em um momento onde sua existência não se estabelecera ainda de modo efetivado pela ordem do capital. Portanto, segundo Ruy Fausto, a abordagem marxiana sobre o valor enquanto sujeito em *O Capital* tem como meta a sociedade capitalista. Todavia, para tal, quando Marx se reporta a análise da mercadoria em o primeiro Capítulo da obra, ele faz uso da gênese da sua história. Isto é, ao momento histórico no qual o “valor” não se concretizava objetivamente enquanto sujeito.

E, com efeito, quando Marx se ocupa de um objeto no nível da sua pré-história, encontra-se a contradição (ou uma expressão quase-contraditória). Por exemplo, **quando Marx examina o momento do nascimento da mercadoria, quando ele examina esse momento que, historicamente, é o do encontro entre duas comunidades, ele escreve: “O intercâmbio imediato de produtos tem, por um lado, a forma da expressão simples do valor e, por outro lado, ainda não tem”**. (FAUSTO, 1983, p. 113) (Grifo nosso)

O que há de racional incluso nessa forma enigmática de se expressar Ruy Fausto, consiste na ideia segundo a qual o trabalho abstrato e valor têm uma significação existencial própria daquela afirmada por Marx. Ou seja, ambas categorias têm seu vigor integral apenas na quadra histórica do capitalismo. Contudo, isso não significa necessariamente que tais categorias não tenham “existências” independentes, seja natural ou anterior à existência (das categorias) mais concretas” (MARX, 1983, p. 113). Isto é, valor e trabalho abstrato têm vigência absoluta enquanto conceitos intrínsecos à dinâmica real da sociedade capitalista, por outro lado, tais categorias também teriam sua validade analítica antediluviana para as sociedades pré-capitalistas. Entretanto, para Marx, é a explicação do capitalismo que clareia a análise da sociedade pré-capitalista, e não o oposto. Em outras palavras, no modo de se expressar Ruy Fausto diríamos que o valor está pressuposto na sociedade pré-capitalista e não posto (1983, p. 114), explicitamente.

Mais uma vez nosso autor recoloca o problema da seguinte forma: “com que direito se poderia falar de valor e da lei do valor no capitalismo, se as trocas se fazem aqui não segundo o valor, mas segundo os preços de produção? (Idem, p. 115)”. Isto é, o problema é a “aparente incompatibilidade” da produção teórica exposta no primeiro livro com a teoria do terceiro livro de “*O Capital*”. Ruy Fausto chega à conclusão de que referente à contradição entre a lei do valor e os preços de produção, a formulação

marxiana ao invés de se retirar do aparente problema, acentua-o, isto é, para Ruy Fausto, “Marx se instala na contradição”.

Sendo o caminho da essência à aparência, do simples ao complexo, ainda aqui um caminho contraditório, ele se abre fechando-se. O que significa, se a solução do problema reside, como se sabe, no conceito de preço de produção – as mercadorias são vendidas não segundo seus valores ($C + V + PL$)⁶⁶, mas segundo os seus preços de produção ($C + V$) (= preço de custo) + lucro médio, estabelecendo uma partilha do conjunto da mais valia segundo a grandeza dos capitais. (FAUSTO, 1987, p. 120) (Grifo nosso)

Para sermos breves, percebe-se que a resolução de Ruy Fausto para o problema é apenas lógica. Isto é, ele aponta a lei do valor enquanto o “fundamento” e a concorrência de capitais enquanto “fenômeno”. Sendo transversalmente opostos. Assim, ou se nega o fundamento para se preservar o fenômeno, ou se joga fora o fundamento e salva os fenômenos (Idem). Portanto, a resolução de Ruy Fausto é uma resposta formal. Em outras palavras a lei do valor, e conseqüentemente a circulação simples, tornam-se válidas no capitalismo, embora tenham um teor existencial enquanto determinação negada, sendo considerada válida enquanto fundamento negado pelo fenômeno.

E na medida em que, **como vimos, não se pode dizer que a lei do valor tenha chegado a existir antes do capitalismo, se deverá concluir que é só quando o valor não é mais que o valor é**, ou que o valor só é quando ele não é. [...] **Se quando o valor não é (pré-capitalismo), ele de certo modo é**, ele não será plenamente (capitalismo) senão quando de certo modo ele não será (existirá) mais. (FAUSTO, 1987, p. 120) (Grifo nosso)

O que perpassa todo esse “movimento dialético” que aparentemente se apresenta enquanto um “jogo de palavras contraditório” é que a lei do valor tem vigência na sociedade capitalista, embora, não sem o caráter de precisão que auxilia analisar os fenômenos mais complexos da sociabilidade capitalista. A resolução de Ruy Fausto é aquilo que ele acredita estar na esteira de Marx, que segue um caminho de radicalizar a contradição no patamar de si mesma, isto é, enquanto e na medida da própria contradição. Essa seria por assim dizer, a grande novidade de Marx se comparado aos clássicos, ou seja, ao invés de fugir da contradição, Marx, pela perspectiva da lógica interna do próprio objeto, radicaliza a contradição que emana desse mesmo objeto. Retornaremos as contribuições do professor Ruy Fausto quando tocarmos na categoria da contradição em nossa próxima sessão .

⁶⁶ Capital constante (C), Capital variável (V), Mais valor (PL).

3.3.2 Jorge Grespan

Não se expõe aí a história do capitalismo,
começando com as formas econômicas anteriores
para depois descrever o surgimento da
‘sociedade burguesa moderna’: O Capital não é
uma narrativa histórica.
(GRESPAN, 1999)

Como acentua a citação acima, para Grespan não se trata de compreender a circulação simples (em o primeiro Capítulo d’O Capital) nos inícios ou mesmo na pré-história do capitalismo, para só posteriormente, lá no livro segundo ou terceiro de “O Capital” relatar o capitalismo em si. Consequentemente, não se trata também, de se entender a empreitada de Marx enquanto uma construção ideal, “como se fosse uma dedução lógica de conceitos a partir de conceitos, numa dialética do puro pensamento independente de seu objeto (Idem, p. 38)”. Grespan compreende as categorias de “O Capital” enquanto partes constituintes de um quadro maior de definições de Marx articulados com o “conceito de capital” (Idem, p. 37). Desse modo, “o conceito é apenas uma cópia da estrutura interna, ou seja, das relações sociais verdadeiramente existentes” (ROSDOLSKY, 2001, p.492, nota 171).

É preciso compreender o sentido do projeto marxiano de apresentação do conceito de “capital”, isto é, como se define a apresentação categorial e como seu desdobramento se distingue do desenvolvimento histórico e sistêmico do capital em sua realidade. (GRESPAN, 1999, p. 37)

Desse modo, a mera aparência natural não pode nos induzir ao erro que nos levará a entender o “desenvolvimento do conceito de capital” com o “desenvolvimento histórico”. Como sinaliza Marx no Método da Economia Política, tal compreensão além de impraticável seria falsa. Todas as categorias por se circunscreverem a partir da constituição do conceito de capital, exatamente são correspondentes ao modelo econômico societal capitalista e não a outros períodos históricos.

É neste ponto que Marx se aproxima do conceito hegeliano de “exposição, ao mesmo tempo ao que busca desembaraçar-se dos elementos “idealistas” que a exposição implicaria na filosofia especulativa de Hegel, para afirmar a possibilidade de uma “dialética materialista. (Idem)

Atento à recepção crítica da dialética hegeliana realizada por Marx, Grespan acentua a lembrança do que o próprio Marx destacara: “Será necessário mais tarde [...] corrigir o estilo idealista da apresentação, que produz a aparência de que se trataria apenas de determinações conceituais e da dialética destes conceitos” (MARX, 2011, p. 69). Isso nos remete ao entendimento de que em *O Capital* se trata de uma explicação⁶⁷ que não se configura nem ao plano dos conceitos, nem muito menos ao plano da descrição histórica, as categorias são postas por Marx justamente na ordem de sua capacidade esclarecedora do capitalismo e não na ordem de seu aparecimento sequencial histórico.

Assegurando que a circulação simples refere-se a um debate sobre o capitalismo, Jorge Grespan em seu livro realizará uma relação entre circulação simples e crise. No primeiro capítulo que introduz *O Capital*, Marx relata um sistema parecido com ao dos clássicos da Economia Política, contudo sua intenção crítica o remete a conclusões radicalmente contrárias ao da fé econômica em uma providencial “mão invisível”. (GRESPLAN, 1999, p. 50)

De modo oposto a essa crença econômica, Marx compreenderá a circulação simples como um mundo invertido e revertido na cabeça dos agentes da sociabilidade capitalista: “e são essas formas de ocultamento que impedem que a crise seja vista como algo intrínseco ao capital já nas suas formas elementares, mercadoria e dinheiro (Idem, p.51). A sociedade que tem seu basilar na troca de mercadorias é constituída em sua própria imanência da forma analítica das contradições: valor de uso e valor; trabalho útil e trabalho abstrato; [assim, é] “justamente nesta medida que a troca se constituirá como processo que explicita e desdobra sucessivamente tal oposição na dedução da forma-dinheiro, preparando a primeira determinação da “crise.” (Idem, p.67)

O que é importante destacar aqui, seguindo o raciocínio da relação entre circulação e crise é, justamente, a ideia segundo a qual se encontra já presente na circulação simples enquanto fenômeno social do capitalismo a possibilidade da crise. O aspecto crítico se circunscreve na compreensão de que mesmo na identificação configurada pela experiência capitalista em sua “superfície⁶⁸” se faz presente a possibilidade da contradição intrínseca e implícita em toda abordagem de Marx.

⁶⁷ “Não se trata da relação que se estabelece historicamente entre as relações econômicas na sucessão das diversas formas de sociedade e menos ainda da sua ordem ‘na idéia’ (*Proudhon*) (uma apresentação confusa do movimento histórico) e sim de sua articulação no interior da sociedade burguesa moderna” (MARX, 2011, p. 638)

⁶⁸ Como aponta o título de nossa terceira sessão.

Existe um aspecto da análise de Grespan acerca da circulação simples que gostaríamos de tocar, referente a outro texto, “A Dialética do Averso”, onde o professor faz referência à “relação geral” entre “essência e aparência⁶⁹” na sociedade regida pelo Capital. Aqui, a medida é seguir o caminho da “concreção” categorial, ou seja, trata-se de deixar o aspecto abstrato da coisa e percorrer o caminho que por síntese/concreção, nos direciona ao âmbito da coisa concreta.⁷⁰ Desse modo, admitimos como assertiva a citação de Grespan: “as determinações já da circulação simples não são simplesmente anuladas pelas da produção capitalista, mas também não são mantidas como se a elas não se acrescentassem algo fundamental, isto é, que lhes dê um novo fundamento”. (GRESPLAN, 2002, p. 45)

Ou seja, o modo de compreendermos “a circulação simples enquanto superfície do sistema” significa concordar com a ideia de que essa superfície é uma abstração de um fundamento mais complexo do que a sua mera aparência, contudo, essa abstração é uma abstração real. Dizendo de outra forma, não se trata aqui de compreender as “leis” da circulação simples como tão somente substantivos sem nenhuma referência ao capitalismo, mas sim, que ao destacar os conceitos de liberdade e igualdade, estes, configuram-se parciais e enganadores. Segundo Grespan, a circulação simples continua existindo na vigência da sociedade capitalista em sua base econômica, por exemplo:

Quando o que circula são simples mercadorias, e não capital mercadoria e capital-dinheiro; quando não há investimento, mas simples compra de bens de consumo pelos assalariados ou pelos capitalistas que também usam assim parte da mais valia. (Idem)

Não se trata de entender a circulação simples enquanto uma determinação negada pela reprodução do capital ou da circulação de capitais, mas sim, no referido exemplo, trata-se de acrescentá-la a outras determinações que estabelecem uma ordem de dependência direta ou indireta com sistema capitalista em sua totalidade. E, nesse sentido, a circulação simples não pode ser compreendida como uma ilusão.

Vimos no tópico anterior de nosso segundo capítulo que a circulação simples é uma parte do todo, destacando em particular aquilo que se diz respeito à consciência dos agentes. Referimos às categorias da liberdade e da igualdade. Consequentemente, no desenrolar do nosso trabalho a concebemos enquanto leis que prevalecem dentro do

⁶⁹ Iremos trabalhar na terceira sessão e nossa dissertação mais detalhadamente essas duas categorias.

⁷⁰ “O concreto é concreto por ser uma concentração (Zusammenfassung) de muitas determinações, logo, uma unidade do múltiplo”. (MARX; 2011; p. 932)

capitalismo. Jorge Grespan faz uso da ideia de que a igualdade, mesmo posterior à inversão da lei burguesa de apropriação, continua parte relevante do sistema do capital.

Nessa perspectiva, remonta uma passagem dos *Grundrisse*, na qual Marx destaca a inversão operada no processo de reprodução:

O que parecia antes como processo real é aqui relação jurídica, isto é, reconhecido como condição geral da produção e, daí, legalmente reconhecido, posto (gesetz) como expressão da vontade geral – inverte-se, revela-se (zeigt nach), através de uma dialética necessária, enquanto divórcio de trabalho e propriedade e enquanto apropriação de trabalho alheio, sem equivalente. (MARX, 2011, p. 421)

Jorge Grespan compreende o aspecto contraditório na relação entre a dimensão jurídica e a social, mas necessariamente, tal percepção não transforma a dimensão jurídica numa ilusão. “A igualdade não é a aparência ilusória da desigualdade; é sua forma de aparecimento” (GRESPLAN, 2002, p. 46). Entendemos que essa dualidade continua, e aceitamos que seja um mal necessário à reprodução social do capitalismo, este, compreendido enquanto um sistema econômico que superou as formas econômicas antecedentes, nas quais, o excedente da produção era extraído pela força, pelo uso da violência explícita. Contudo, não podemos afirmar acerca de “O Capital” que o uso da violência não seja um artifício utilizado pelos capitalistas, de forma que a Acumulação Originária e seus desdobramentos não nos deixa mentir. Em síntese, a inversão da lei capitalista transforma a liberdade e a igualdade a aparência de um verdadeiro paraíso dos direitos naturais (leia-se burgueses) do homem.

4 A RELAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS DA CONTRADIÇÃO, ESSÊNCIA E APARÊNCIA, NA ANÁLISE DA MERCADORIA

Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria inútil.
(MARX, 1996)

Aqui pretendemos demonstrar a sincrônica e o quanto é mediada a relação entre as categorias **contradição, essência e aparência**⁷¹. Categorias essas que ao nosso ver, encontram-se no caroço substancial da dialética marxiana. Como sinaliza a nossa epígrafe “Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria inútil” (*Wenn das Aussehen und das Wesen der Dinge zusammenfiel, würde die Wissenschaft unnötig*).

Nesse sentido, o trabalho da ciência (entenda-se, Dialética) só pode ser possível por via dessa discrepância entre fenômeno e substância. Dito isto, é preciso destacar que essas categorias (contradição, essência e aparência) do ponto de vista da dialética não são “determinações necessárias⁷²”, em si e para si. Isto é, para Marx elas só são cabíveis e proveitosas na sua análise da mercadoria se pertencerem a lógica interna objetiva do capital.

Pretendemos exatamente expor a compreensão de Marx⁷³ em torno dessas categorias, tendo como fio condutor, o movimento contínuo e descontínuo entre elas na análise da mercadoria. Contudo, se for pensarmos numa exposição imanente, diríamos que optamos em realizar um pequeno desvio, a fim de demonstrar um itinerário que vai caminhando da aparência à essência. Em outras palavras, para sermos breves, esse trajeto parte da “Circulação de Mercadorias” (enquanto aparência real do sistema) em busca da “Produção Geral” (sua “essência”), tendo em vista as contradições e mediações entre essas duas dimensões constituintes de uma mesma unidade de diversidade, que é o capital.

⁷¹ (*Wirprüch; Wessen; Scheinung*)

⁷² Para dialogar com a expressão da metafísica aristotélica de “Ser Necessário”.

⁷³ Aqui também faremos uso de alguns comentadores da obra de Marx, são eles: Ruy Fausto; Jorge Grespan e Rosdolsky.

4.1 Circulação de mercadorias enquanto um sistema de aparências

A verdade é o todo.

Hegel⁷⁴

Antes de tudo, cabe-nos destacar algumas considerações acerca da aparência. Em seu sentido comum, ou se quisermos, naquele sentido também referenciado ao idealismo metafísico, nessas perspectivas, a aparência é aquilo que emerge convertendo tão somente o lado falso da coisa, ao lado da inverdade; seria por assim dizer algo pertencente à efemeridade. Em outras palavras, o momento de passagem, é provisório. A categoria *Wirklichkeit*⁷⁵ (camada/momento) de caráter hegeliano nos direciona a uma compreensão da aparência em sua mediação com a verdade (*Wahre*) ou a essência (*Wesen*). Parece-nos que Marx não rejeita o uso em seu sentido comum. Mas, tem o cuidado de distinguir aparência de uma “mera aparência”, configurando à segunda usada em seu sentido pueril, e a por consequência engendrando à primeiranoção de aparência um sentido mais filosoficamente sofisticado⁷⁶.

No idealismo objetivo hegeliano, o substantivo “aparência” se aproxima de duas palavras: 1) *Schein*, tendo o verbo referido *Scheinen*, e a expressão 2) *Erscheinung*, tendo como verbo referente *Erscheinen*. A primeira expressão (*Schein*) refere-se na sistemática hegeliana à *Wesen* (essência), embora seja compreendida sua ligação à “essência (*Wesen*) de modo oculto”. Isto é, essa aparência, entendida aqui como (*Schein*⁷⁷) refere-se à *Wesen* (essência) de modo mistificando, invertendo-a. Por outro lado, a segunda forma da expressão da aparência (*Erscheinung*) na filosofia de Hegel, é do mesmo modo a aparência de uma essência, mas no *Erscheinung* não se conserva o oculto, o ofuscado, o encoberto. Na sistemática hegeliana o *Erscheinung* está inserido no todo⁷⁸, cabendo aqui a epígrafe de nosso primeiro tópico, a emblemática frase hegeliana: “A verdade é o todo” (*Die Wahrheit ist das Ganze*).

⁷⁴ “*Die Wahrheit ist das Ganze*” – Hegel, Fenomenologia do Espírito.

⁷⁵ (FAUSTO; 2002; Livro III, cap. 50.)

⁷⁶ Não iremos comprar aqui odisseia da discussão em torno das traduções. Apenas acentuamos os efeitos para um marinheiro de primeira viagem que aqui escreve dos modos diferentes presentes na obra de Marx no uso de tais expressões, expressões essas, tão caras para a filosofia ocidental.

⁷⁷ Segundo o idealismo objetivo de Hegel esse *Schein* também pode ser compreendido enquanto ilusão.

⁷⁸ Ver neste sentido Michael Inwood. Dicionário Hegel, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997

Nesse sentido, o modo como as categorias essência e aparência se configuram na mediação entre as determinações mais concretas⁷⁹ do modo de produção capitalista e a circulação simples “podem ser sistematizadas pela relação da parte com a totalidade”⁸⁰. Nesse processo, a ilusão se põe na tentativa de estabelecer a parte como sendo o todo. Entretanto, do ponto de vista da dialética, não se trata aqui de compreender a parte, tão somente, como algo falso em oposição ao todo. Mas sim, de enquadrá-la também como o todo na medida em que no princípio aparece, emergindo-se, como dissemos logo acima, na medida em que é entendida como *Erscheinung*.

Por outro lado, ela é a forma de aparecimento de uma essência (*Wesen*) que é ela mesma invertida. Mas, a essência que por via desta forma aparece Schein, esconde em sua própria forma de aparecer suas determinações essenciais, com a intenção de subjugar a si, todos os aspectos da sociedade e em especial a classe trabalhadora. Todas as determinações essenciais da circulação estão escondidas, ocultadas através da forma de circulação de mercadorias.

Isto é, queremos dizer que ao invés do sistema do capital se externar, aparecendo enquanto extração de mais-valor, ao contrário, não é isso que acontece, o que aparece são relações humanas mediadas através das mensurações realizáveis por via da troca, que pela intermediação mercantil realiza seu **telos** na satisfação de necessidades. Necessidades⁸¹ essas, ideologicamente construídas, pertencentes assim a um patamar de necessidades secundárias, em outras palavras, de necessidades artificiais, que ao serem desejadas alimentam o sistema metabólico do Capital em detrimento ao desenvolvimento verdadeiramente humano e descoisificado dos homens.

⁷⁹ Como vimos logo acima no tópico acerca da “referencia histórica das categorias”: “as determinações mais concretas” são aquelas referentes ao ponto de chegada segundo o método das duas vias expostos por Marx nos *Grundrisse*.

⁸⁰ Apesar da autocrítica realizada pelo autor de “História e Consciência de classe”, minimamente, confluímos com um aspecto metodológico dessa obra: “**Não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue de maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade. A categoria da totalidade, o domínio universal e determinante do todo sobre as partes, constitui a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova**”. (LUKÁCS apud MÉSZÁROS 2013, p.56). (Grifo nosso).

⁸¹ É verdade que já no segundo parágrafo do Primeiro Livro d’ O Capital, a nosso ver, em caráter de análise, não de definição, Marx analisando a Mercadoria afirma: “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada a coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. (MARX, p. 165, 1996) Desse modo, a problemática da satisfação, desejo e necessidade parecem estar bem próxima no processo de circulação das mercadorias.

Parece-nos cabível nesse momento, tecer algumas palavras de modo explícito⁸² acerca da circulação simples como esfera econômica permanente M-D-M, como segue existindo na sociabilidade mercantil capitalista. Em *O Capital* encontramos afirmações, tais como presentes também em “Para Crítica da Economia Política”, isto é, Marx classifica a circulação simples como algo dinâmico, movimento que ocorre todo dia em um país (MARX, 2008, p. 129). Que entra em movimento quando ocorrem meras vendas e meras compras no processo de mutações unilaterais de mercadorias.

Ao participar da circulação, o trabalhador assim como o capitalista no processo onde seu consumo não é produtivo, não se configura enquanto categoria determinada pelas esferas mais complexas do capital. O dinheiro atua aqui tão somente enquanto medida de valor. O cenário da circulação simples é o mesmo da circulação interna de mercadorias em determinada sociedade (M-D-M), em que o dinheiro se locomove apenas como dinheiro e não enquanto capital.

Em “Contribuição à Crítica da Economia Política”, Marx caracteriza evidentemente sua formulação da circulação simples enquanto “esfera superficial e formal”, ou seja, na qual estão ausentes as determinações categoriais mais essenciais do *Capital*. Essas mediações aparecem na circulação simples enquanto “determinações⁸³ (*Bestimmungen*) pressupostas”, e surgem tão somente por via da manifestação que inverte seu sentido. A forma propriamente capitalista aparece na consciência (*Bewusstsein*) dos indivíduos como se a circulação fosse a totalidade que rege sua mediação com a **produção**. Não queremos dizer com isso que não existe circulação enquanto satisfação de necessidades. Mais que isso, queremos acentuar que para o capital, este, enquanto sujeito cego e incontrolável, sua meta única é realizara valorização exclusiva do valor como auto finalidade. Ou seja, essa satisfação de necessidades provinda dos agentes que desejam é também absorvida, engolida e mastigada pelo *Capital*. Com isso, queremos acentuar uma inversão típica do capitalismo que pode ser expressa com a seguinte equação: a) subjetivação do *Capital* por um lado em sincronia por outro lado, com b) a coisificação do sujeito que deseja.

⁸² Isso não significa que o que falamos nas páginas anteriores acerca da circulação simples de mercadorias foi algo concordante com a formulação de Engels no prólogo e no complemento ao prólogo do III Tomo de “*O Capital*”. Queremos acentuar nesse momento que vamos a partir de agora tentar explanar acerca do tema em questão realizando como suporte teórico a obra *O Capital* e fazendo uso filosófico ora do professor George Grespan, ora com as contribuições de Ruy Fausto.

⁸³ Aqui nos referimos às determinações essenciais. Categorias essas que se tornarão mais claras na exposição dos tópicos que precedem esse momento atual de nossa pesquisa.

O momento do sistema capitalista no qual nos encontramos como agentes da troca, apresenta-nos aparentemente envolvidos com um todo da relação mercantil e por via dessa aparição, ele oculta que por trás das relações de troca há somente o objetivo de satisfazer necessidades, ao invés de apresentar o **telos** constante e dinâmico do próprio capital, qual seja, o de se auto desenvolver, na medida em que se configura como um sistema cego de auto valorização do valor pertencente. Portanto, aquele ponto verdadeiro determinante e condicionante do nosso consumo e o aspecto da igualdade no mercado entre vendedores e compradores da força de trabalho, ocultam o da desigualdade. “Tal desigualdade é que se mostra o fundamento da igualdade e também o todo da relação na qual a igualdade é mero momento” (MARX, 2008, p. 129).

Como confere o professor Jorge Gespan, o aspecto aparente não rejeita a “relação de fato” com a qual se opõe, antes disso, ela é sua forma de aparecer. Sua contraditoriedade a coloca num “processo superficial” e por assim dizer também num “processo implícito”, entretanto, sua contradição não transforma de uma a verdade oculta da outra, primeiro, sua mediação se configura tal como uma igualdade que se externa de uma desigualdade essencial.

Marx não rejeitaria que a “igualdade e a liberdade” sejam pertencentes ao modo de produção capitalista, mas tão somente nos indicaria como categorias limitadas a um universo formal que tem um lugar preciso no momento funcional mais abrangente onde vigora a desigualdade. Entretanto, o modo de produção capitalista precisa da noção de igualdade para realizar sua restituição, como acentua Jorge Gespan: “esta aparência existe enquanto ilusão não por não existir realmente; o que é ilusório é que só exista igualdade e liberdade, e não também desigualdade. (Idem, p. 113-4)”

Assim sendo, o modo capitalista de produção se configura na medida em que é fundamentado em uma desigualdade essencial, desigualdade essa, que determina seu peculiar modo de aparecer enquanto igualdade. Ocorre isso porque a relação entre o trabalhador e o capitalista não é somente entre o comprador e o vendedor da força de trabalho (esta seria por assim dizer a parte que “aparece da/como totalidade”). Antes dessa aparência, dessa relação peculiar da sociabilidade burguesa há um patamar essencial, patamar este, onde “O Capital”ista e o trabalhador se deparam em posições contrárias, opostas um ao outro, o primeiro enquanto proprietário, e o segundo enquanto não proprietário dos meios de produção.

É nesta contraditória mediação, que em última instância, baliza-se a conhecida “acumulação originária” que constitui a totalidade da relação antagônica entre capital-trabalho, e que tem na circulação simples de mercadorias a esfera do seu aparecimento. O todo aqui, se configura como o nexos entre a esfera da circulação e a produção, em outras palavras, poderia chamar de “O Capital” como totalidade. À vista disso, se rejeitarmos o marco categorial da circulação simples iremos verificar que, como acentua Jorge Grespan: “[...] a reprodução afeta o nexos entre igualdade e desigualdade de trabalhadores e capitalistas, levando à inversão do princípio de apropriação do produto pelo trabalho, sobre o qual se pensa constituir a sociedade burguesa” (GRESPLAN, 1999, p. 11).

No processo de reconstituição, onde o ciclo de produção e valorização é, repetidamente, desenvolvido, o momento da troca de equivalentes “se torce de tal modo que se inverte em mera aparência”. A reconstituição sem obstáculos deste movimento apresenta por si só que o capital inicial era já trabalho alheio não pago, “simples forma que é alheia ao conteúdo”. “A forma aparente é a troca de mercadorias equivalentes e o conteúdo essencial é a apropriação não paga do produto do trabalho alheio”, como acentua Jorge Grespan (Idem, p. 117): é a forma (mistificada) que prevalece na consciência e sociabilidade burguesas. A forma da troca de equivalentes e a liberdade devem permanecer como aparência do sistema, mesmo que seu conteúdo a negue por completo. A mistificação: “é que a forma apareça adequada ao conteúdo, que a produção capitalista se caracterize só pela igualdade dos agentes, definidos simplesmente enquanto vendedores e compradores em geral” (Idem).

4.2 Para uma breve análise acerca da aparência (*Erscheinung*)

A aparência é aparência da essência, e a essência da essência é aparecer. O objeto é essencialmente social-natural, e só aparentemente natural, pois faz parte de sua essência aparecer como natural.
(FAUSTO, 1993)

Na esteira do que apenas apontamos no início do tópico anterior, qual seja, a diferenciação entre *Schein* e *Erscheinung*, admitimos que essa oposição não está dada de forma clara (FAUSTO, 1987, p. 86). Contudo Ruy Fausto indica traduzir *Erscheinung* por aparência, na medida em que é compreendida como fenômeno, e

Schein por aparecer. Independente dessas questões de tradução, em seu sentido mais amplo, em Marx, a aparência tem significações hegelianas evidentes, isto é, refere-se a dado parcial, tanto do imediato, como da empiria simples.

Quanto da parcialidade e da mistificação da consciência (*Bewusstsein*), esta, sem mediações, portanto, consciência (*Bewusstsein*) imediata que os próprios agentes da sociedade capitalista têm do estado de coisas criado por eles, mesmo sem a devida consciência (*Bewusstsein*), ou melhor, o devido controle sobre suas criações. Trata-se de uma consciência (*Bewusstsein*) mediada, isto é, não existe consciência sem mediações, que pela complexidade das relações sociais emerge na superfície enquanto um mundo ocultado, ofuscado.

Em outras palavras, queremos dizer que mesmo sem conhecer as mediações que são reproduções sociais determinadas e que “determinam” o comportamento dos homens, tais mediações desconhecidas por eles, existem e cumprem um papel fundamental na manutenção da ordem capitalista, mesmo com o desconhecimento de sua existência. Como acentua o próprio Marx:

[...] Os homens relacionam entre si, seus produtos de trabalho como valores não porque consideram essas coisas meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. **Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem.** (MARX, 1996, p. 200) (Grifo nosso)

Dito isto, há um margem que nos possibilita afirmar que a aparência (*Erscheinung*) não é um fenômeno desprezado, sem mediações. Em Marx, ela não é desprezada na pretensão de encontrarmos uma empiria reveladora de sua existência. Mas sim, processada, investigada em suas antíteses e a partir disso, busca-se as contradições que apresentam engendradoras de sua essência. Assim, a “crítica dos modos de aparência” não se estabelece, portanto, enquanto uma crítica que despreza a aparência, mas, ao contrário, compreende-a a sério na medida em que ela configura-se como aparência (*Erscheinung*) da essência a ser desnudada através da crítica dialética. Recordemos uma famosa passagem de “O Capital”, já presente em seu primeiro parágrafo do Livro primeiro. Citamos Marx:

A Riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias” e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação

começa, portanto, com a análise da mercadoria. (MARX, 1996, p. 165)
(grifo nosso)

Há claramente nessa citação aspectos do método dialético marxiano, a nosso ver, referências explícitas das categorias da singularidade, universalidade e particularidade. Ou seja, em que pese a categoria analisada nesse momento, qual seja, a aparência, ela faz parte inevitável da investigação e constitui-se como categoria importantíssima na compreensão do movimento dialético de “O Capital”.

Do mesmo modo que é dado o tratamento dialético a aparência (*Erscheinung*), deve-se dar também ao entendimento das abstrações⁸⁴. Ambas precisam ser levadas a sério e “equacionadas na imanência de sua própria dialética e, é tão somente esta mesma dialética que tem a potencialidade de demonstrar sua “conversão”. Em outras palavras, não é necessário um recurso aos “fatos e as coisas”, antes é preciso que as coisas e os fatos se auto revelem por via da exposição dialética categorial.

Isto é, a desmistificação da lógica das mercadorias não se desconstrói apenas pelo uso do material, aparentemente mais visível, por via da exposição meramente da imediaticidade empírica, mas sim, pelo grau processual das contradições intrínsecas em cada umas das categorias mistificadas, bem como pelas suas particulares mediações com a totalidade na interioridade da sociabilidade capitalista.

É desse modo que entendemos o momento em que Marx explicita o objetivo de “O Capital”, como aponta o próprio autor no item 3 da seção I, ou seja, sua intenção é “realizar o que jamais foi tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro” (MARX, 1996, 125). À vista disso, tem-se o propósito de desvelar este enigma do mundo das mercadorias, o dinheiro. Com essa proposta, Marx faz uso da antecipação dessa “forma”, recuando numa “exposição dialética da forma valor” até chegar ao momento da forma mais simples, a simples troca de duas mercadorias; como exemplo: a troca da mercadoria *x* pela mercadoria *y*.

Atento com mais cuidado a esse momento, parece-nos que há uma dupla finalidade na exposição marxiana, que pode ser estabelecida não necessariamente por essa ordem. A primeira, chamamos de uma demonstração categorial da forma dinheiro, de teor científico, e tem o objetivo de analisar criticamente a economia política. A segunda, seria a de revelar o enigma do dinheiro, isto é, a mercadoria universal. Portanto, parece-nos que há dois estatutos de análise. O primeiro de caráter lógico, no

⁸⁴ Aqueles que consideram a abstração do valor como uma mera abstração esquecem que o movimento do capital é esta abstração *in actu*. (MARX, O CAPITAL II, p. 109).

sentido de buscar a logicidade interna da objetividade analisada. Isto é, busca-se demonstrar a gênese categorial da forma dinheiro. A segunda finalidade tem o estatuto político, o de decifrar o enigma burguês da própria forma dinheiro.

Apropriando-se da mesma diferenciação apresentada pelo professor Ruy Fausto, diríamos que a dimensão lógica (leia-se, científica) seria aquele momento do que está posto e que apresenta o objeto de análise propriamente dito. Por outro lado, em *O Capital*, a dimensão política seria aquela pressuposta, todavia, mesmo sendo implícita, não dita diretamente, esta, não deixa de ser menos importante, pois é ela que direciona a força motriz de toda obra.

Na esteira do posfácio da segunda edição de “*O Capital*”, compreendemos o caráter científico como o momento denominado pelo próprio Marx de “entendimento positivo do existente”. Recordemos que o próprio Marx no item 2 do primeiro capítulo diz: “Essa natureza dupla da mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim” (MARX, 1996, p. 49). Isto é, esse é aquele momento onde a dialética marxiana se alimenta do balanço crítico feito dos resultados da “ciência burguesa”, aqui como sabemos, trata-se da economia política inglesa. Tal momento é aquele onde a dialética após realizar seu processo de análise e construir seus próprios argumentos alavanca-se, fazendo a exposição (*Darstellung*) de seus resultados positivos.

Por outro lado, o outro estatuto, o de caráter político por assim dizer, pode ser identificado por nós, quando Marx apresenta a seguinte formulação: “Ela (referindo-se a Dialética) inclui ao mesmo tempo o entendimento de sua negação, da sua aparição inevitável porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento” (MARX, 1996, p. 21). Ou seja, o entendimento da negação da sociedade capitalista que crava em todas as relações sociais a linguagem cifrada das mercadorias. Este é o caráter crítico e revolucionário da dialética. A força motriz que direciona de modo pressuposto todo *Darstellung*, e em especial, perpassa o primeiro Capítulo de “*O Capital*”.

4.3 Crítica do fetiche enquanto aparência⁸⁵ mistificada

Se não como relações reificadas entre pessoas e
relações sociais entre coisas”
(MARX, p.199)

⁸⁵ Pelo que vimos até aqui a aparência e ilusão tem a mesma expressão alemã (*Schein*), tanto em Hegel quanto em Marx, apesar das diferentes particularidades.

Essa nossa crítica do fetiche tem sua concentração fundamental na noção de mercadoria, na medida em que ela é entendida enquanto coisa fisicamente metafísica (*siinnlichübersinnliches Ding*). Tal crítica não é realizada pelo viés de um *apartheid* de seu estatuto mistificado frente ao seu valor de uso, ou mesmo de seu valor, ao contrário, engendra-se no caráter dúbio de sua forma. Ou seja, “Elas são só mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade (*Doppeltes*), objetos de uso e simultaneamente objetos de valor”. (MARX, 1996, p.53)

É, portanto, a “forma⁸⁶” da mercadoria (“nesta própria forma”) onde está embutida suas “manhas teológicas” e seu estatuto enigmático. Reportamo-nos à metáfora usada por Marx, qual seja, aquela que se refere à linguagem e ao mundo das mercadorias. Concebemos que o fetiche, semântica de tal linguagem, (a linguagem da mercadoria) ocupa uma posição fundamental para a manutenção e reprodução do ordenamento deste mundo mistificado, cujo modo social do relacionamento dos trabalhadores e seus produtos incorpora a forma entre as relações do modo como são fabricados esses produtos.

Isto é, os produtos criados por tais trabalhadores introduzem na relação social humana, pela forma de como está estruturada a produção, uma relação coisificada, ganhando um teor “metafísico e social” entre coisas. Podemos dizer que esse mundo é um mundo às avessas. Pois, há uma reificação⁸⁷ no momento relacional humano, e por outro lado, em simetria a tal reificação há uma humanização no relacionamento entre as coisas. Acerca dos produtos fabricados, diríamos que essa equação alienada se configura na transformação do criador em criatura, harmonicamente alinhado do ponto de vista da lógica do capital na inversão da criatura em criador. Ou seja, essa inversão típica da sociedade capitalista coloca de forma imperativa o movimento onde o criador se torna criatura de sua própria criação.

A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho e a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da

^{86c} **O misterioso da forma mercadoria** consiste portanto, simplesmente do fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho **como características objetivas do seu próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também, reflete à relação social dos produtores em trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos.**(Grifo nosso) (MARX, 1996, p. 198)

⁸⁷ Aqui usamos a categoria reificação enquanto sinônimo de fetichismo e alienação.

grandezade valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores , em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho. (MARX, 1996, p. 198)

Do mesmo modo que ocorre no “mundo religioso”, isto é, os produtos do cérebro dos homens ganham vida autônoma e se relacionam com aqueles que os produziram. Assim, no mundo das mercadorias, elas se comunicam num mesmo grau de igualdade através de uma gramática mística e sua própria linguagem reveladora da fé mediada por entidades metafísicas. No mundo das mercadorias, são elas que colocam-se sobre suas próprias pernas e aparecem enquanto coisas vivificadas, com uma vida “autônoma⁸⁸”, própria. Em linhas gerais, esse é seu estatuto fetichista.

No mundo das mercadorias, os homens apenas se relacionam por intermédio de uma linguagem⁸⁹, necessitando de uma determinada forma imperativa portadora de mercadorias, de uma coisa exterior aos próprios homens⁹⁰. A troca, ou o movimento de troca, para se produzir e se reproduzir incessantemente necessita de uma comunicação entre os indivíduos. À vista disso, esse “dialeto mercantil” produz uma essência humana típica à historicidade da sociedade capitalista. Esse ser produzido “precisamente assim” pelo movimento do capital só é efetivamente reconhecido como humano tão somente na medida em que se estabelece determinada quantidade socialmente produzida de trabalho, corporificada na forma valor. Mesmo sem ter a consciência profunda do labirinto real (produtor e reproduzidor de valor) determinado pela sua função social enquanto criador de mercadoria.

[...] Os homens relacionam entre si seus produtores de trabalho como valores não porque consideram essas coisas meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. Ao equiparar seus produtos de diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem. Por isso, o valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieróglifo social. (MARX, 1996, p. 200)

⁸⁸ Veremos o quanto esse caráter autônomo, não é tão autônomo assim, não é absoluto. Na medida em que tem o valor e o trabalho abstrato como constituição de suas pressuposições, enquanto condição implícita desse teor automático e cego das mercadorias. Isso será possivelmente demonstrado tão somente na compreensão do próprio capital, não apenas como substância, mas fundamentalmente como sujeito.

⁸⁹ Não é mais nada que determinada **relação social entre os próprios os homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.** (MARX, 1996, p. 199) Grifo nosso

⁹⁰ A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo uma coisa, a qual, pelas suas necessidades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. (MARX, 1996, p. 165)

Posteriormente, os homens se apercebem do caráter enigmático desse hieróglifo, e o quanto o valor recria para sua própria lógica a reinvenção dos produtos sociais do trabalho o ofuscando nessa linguagem. Mas, tal descoberta, necessariamente “não dissipa de forma alguma, a aparência objetiva das características sociais do trabalho”. Isto é, para Marx, tal relação social mediada pelo fetichismo da mercadoria só é cabível se analisada tendo em vista a produção particular na sociabilidade mercantil capitalista. E, assim o trabalho privado individual de cada agente capitalista, autônomos entre si, consiste em igual trabalho humano e adquirem o teor do valor, na medida em que estes são produtos do trabalho abstrato, fincados nos pressupostos da divisão social do trabalho imposta pela particularidade da sociedade regida pelo capital.

Após essa compreensão, Marx realiza um movimento regressivo e ironicamente refere-se à robinsonadas da Economia Política, ao mundo antigo feudal e finalmente, para variar a associação de homens livres, que trabalham com meios de produção comunais, e desempenham suas numerosas forças de trabalho individuais conscientemente como única força social de trabalho” (MARX, 1996, p. 203). Por outro lado, remontando à sociedade capitalista, ao ser “portadores conscientes” de mercadorias no processo de troca⁹¹, ganha-se uma determinação social, esta, síntese da equação da sociabilidade mercantil capitalista, característica típica do capitalismo em sua fase adulta⁹².

Neste intercâmbio entre coisas a mediação contratual entre os agentes capitalistas é obviamente pressuposta, do mesmo modo que se é na troca de equivalentes. Com isso, queremos dizer que esse poder de sedução da mercadoria é capturado pelos agentes da sociedade capitalista de forma inconsciente, implícita, e mais, diríamos que é compreendido e aceito pela sociedade capitalista como algo naturalizado.

No núcleo dessa naturalização, no movimento social intercambiável, a relação social entre os indivíduos da sociedade civil é mediada pelo “gozo próprio”. Nessa forma societal o individualismo e a “vantagem particular” compõem a força motriz dos homens. Assim, na fase adulta do capital há um imperativo do gozo que existe em toda uma fábrica de manipulação de necessidades artificiais que praticamente obriga o

⁹¹ (Para a Crítica da Economia Política, p. 69)

⁹² Denominamos aqui a fase adulta do capital aquela onde a burguesia perdeu seu estatuto revolucionário, onde aguçasse a luta entre classes, e, portanto emerge das próprias contradições iminentes do sistema do capital um outro sujeito revolucionário, qual seja, o proletariado. De modo mais preciso, sem necessariamente apresentar as devidas particularidades, diríamos que esse marco histórico se estabeleceu a partir de 1848.

indivíduo a ter prazer através do consumo mercantil. Não é gratuitamente que a depressão⁹³ tornou-se uma doença do nosso tempo, não tão somente entre os trabalhadores (Sujeito produtivo, ou produtor), mas também principalmente encontra-se presente no típico consumidor, (“sujeito de necessidade”) que tudo pode consumir embora, nada o satisfaça.

Não foi na quadra histórica que Marx lançou o *Capital*, refiro-me há uma temporalidade mais próxima a nós contemporâneos. A partir do tal desprazer consigo mesmo, com a humanidade e com o mundo que o circunda, poderíamos por assim dizer, (sem necessariamente realizar uma análise exaustiva das diferentes temporalidades), que a depressão⁹⁴ também recorre do “imperativo do gozo” por intermédio do consumismo incessante que crava na consciência e nos corações da humanidade um “valor”, tal como uma vontade imperativa exterior de possessão mercantil.

Recordemos a ironia usada por Marx: “Justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realiza todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência toda esperta tão somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral” (MARX, 1996, p. 145). Isto é, os agentes da sociedade capitalista, ao invés de entrarem em uma guerra infinita, são direcionados a uma “naturalização harmônica” fruto de uma essência desigual que aparece por via da igualdade formal, em busca de um “reino do telos”, no sentido de alcançar um objetivo incessante de um bem individual comum que seja harmônico com os outros indivíduos. Tarefa esta, irrealizável no sistema do capital, porque simplesmente a sua lei geral implica diretamente que a produção de riqueza para poucos significa necessariamente a reprodução do pauperismo para muitos. Diríamos que esse é uma contradição genuinamente capitalista.

Suprimir a fragmentação da desigualdade entre os agentes dessa sociedade e criar mecanismos de mediação que possa efetivar a igualdade do ponto de vista substancial,

⁹³ ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma?. In: ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. p. 297-331.

⁹⁴ Aqui podemos realizar um flerte entre a noção de *Trieb* (pulsão ou instinto) expressão típica da psicanálise freudiana com a categoria *treibeden Grund* (fundamento pulsional) de caráter marxiano e que encontra-se presente nas análises entre psicanálise e marxismo. Apenas para pontuar que há uma relação possível e concreta na sociedade mercantil capitalista entre a esfera da necessidade ou do desejo propositalmente manipulado pelo fetichismo da mercadoria enquanto aparência de uma humanidade carente de sentido existencial, portanto, alienada, pelo consumismo exacerbado. E a esfera do Fundamento geral da sociabilidade capitalista. Fundamentalmente é esse que Marx explana devidamente em suas várias determinações o momento da produção de capital enquanto um processo geral no livro *Primeiro*.

por via da esfera mercantil, dentro da quadra histórica do capital: é pura “ilusão”. Aqui, usamos “ilusão” no sentido de ser uma atividade irrealizável, dado o que já foi precisamente posto aqui dito por nós. Essa dinâmica mercantil onde a própria mercadoria através de sua concreção no processo de geração de valor e pelo viés das relações de troca, configura as contradições insuperáveis do ponto de vista da lógica capitalista.

Sendo assim, esse movimento da lógica fetichista da mercadoria inverte e mistifica as relações humanas transformadas em relações coisificadas por via de uma autonomia das mercadorias, obtendo na excelência da forma dinheiro, a (“senhora mercadoria universal”) a desconfiguração da realidade substancial da vida humana, por uma configuração contraditória e mística, propagandeando a sociedade capitalista enquanto o “paraíso da justiça” na potência⁹⁵ atualizada da “liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens” em sua odisseia da história da humanidade descobrindo seu “reino do telos” na sociedade capitalista.

4.4 Contradição, pressuposição e posição (*Widerprüch, voraussetzung und setzung*)

O nosso propósito neste capítulo é apresentar em linhas gerais a relação entre Contradição (*Widerprüch*), Essência (*Wesen*) e Aparência (*Erscheinung*) tendo como norte a exposição (*Darstellung*) dialética na análise da mercadoria em o primeiro capítulo de “O Capital”, mesmo já apontando anteriormente o diferente tratamento acerca da circulação simples entre o próprio autor que trabalharemos nesse momento e o professor Jorge Grespan. Pensamos ser necessário recorrer mais uma vez à contribuição do professor Ruy Fausto. Segundo ele, é irrealizável obter uma resposta eficaz à questão da dialética em O Capital e sua herança hegeliana, sem antes ter a consideração da dinâmica e os conceitos próprios da lógica de Hegel, em especial, ao entendimento da diferença entre dos conceitos, quais sejam, “pressuposição” e “posição⁹⁶”.

Ruy Fausto parte de um problema crucial nesse debate, ou seja, a questão é: onde se encontra o “hegelianismo de Marx”? E, ao formular sua resposta tende a compreender que tal relação não se estabelece com a adesão de fragmentos hegelianos

⁹⁵ Para usarmos as categorias aristotélicas.

⁹⁶ O ponto essencial no nível lógico é que eles **não se dão conta de que não pode haver compreensão da dialética, sem o movimento do que é exprimido (posto) e do que não é exprimido (pressuposto).** (Grifo nosso) (FAUSTO, 1987, p. 19)

adquiridos por Marx para formular sua filosofia. Mas, trata-se sim de uma “ótica do pensar”, fruto da herança que Marx traz de Hegel. Essa ideia aparece acima de tudo com a compreensão do ser enquanto sentido, isto é, baseia-se na ideia de que todo sentido é um totalizante com suas inúmeras diferenças, negações, contradições, determinações, enfim, com suas complexas mediações.

Desse modo, a dialética ao tentar explicar o ser e suas mediações com o todo, envolve-se na totalidade dessas diversas significações, como um instrumento lógico que busca uma unidade explicativa numa diversidade caótica. É assim que a totalidade apresentada no sentido do ser não se configura enquanto uma totalidade real-histórica, (linear) , mas sim por meio de uma expressão ideal-categorial. Tanto para Marx, quanto para Hegel, a ciência seria a reconstituição do todo que aparece de modo diverso e contraditório.

Tal contradição é tipicamente “uma contradição imanente”, no preciso aspecto de que o movimento do objeto investigado (Se referindo ao Marx; o “capital em geral”) se direciona de modo conflitante, em direção contrária. Pois, há uma necessidade inevitável fincada em sua natureza de subordinar o trabalho vivo no exato momento que este se constitui enquanto um criador de valor. Contudo, por outro lado, ao passo que subordina o trabalho vivo, o capital necessita também negá-lo para a manutenção de sua própria vitalidade na incontável ambição de se constituir por si mesmo como um todo. “O Próprio capital é a contradição processual, pois obriga a reduzir a força de trabalho a um mínimo, enquanto, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza”. (MARX, 2001, p. 593)

Nessa perspectiva, do ponto de vista da aceitabilidade de um método que propicie desvendar essas contradições imanentes do objeto investigado, na esteira do professor Ruy Fausto, podemos falar que se por um lado existe uma “Fenomenologia do Espírito” em Hegel. Por outro lado, também podemos considerar a presença da Dialética em O Capital enquanto uma “Fenomenologia da obscuridade”, que busca externar de modo crítico as contradições da realidade capitalista com o intuito de expor os fundamentos (*Grund*) de uma superfície fetichizada. Assim: “dir-se-ia que o caminho do fundamento (*Grund*) é ao mesmo tempo o caminho do abismo (*zuGrundegehen*). Isto é, isso significa que a apresentação (*Darstellung*) do fundamento do capital obedece no viés dialético marxiano um recuo, no sentido de que “avançar com a apresentação das resoluções do problema investigado significa regredir” a uma exposição lógica

categorial e não avançar numa apresentação na ordem sequencial da aparição das categorias numa perspectiva histórica linear.

Sobretudo, aqui reside um esclarecimento, isto é, dizer que a dialética se apresenta como uma “fenomenologia da obscuridade” significa conseqüentemente, afirmar as categorias “pressuposição e posição⁹⁷”. O que nos remete à compreensão de que ela é uma junção do claro e do obscuro; do posto e do pressuposto; do dito e do não-dito. Dessa forma, o lugar do pressuposto é aquele onde os significados são dito e não-dito, ele é efetivamente o lugar da “contradição”. Mas, a pressuposição para Ruy Fausto tem uma significação mais profunda, pois, ela não se identifica com o fundamento, mas com o fundamento do fundamento. Se nesse aspecto ela se configura como sendo o verdadeiro lugar da contradição, ela só pode ser a negação da negação.

Enquanto determinações lógicas da dialética do Capital; por um lado, a negação (que é a negação hegeliana, negação e conservação, assim como a negação da negação que é re-posição do “negado”); por outro lado, as noções que acabo de empregar de pressuposição [*Voraussetzung*] e de posição [*Setzung*] . Aprimeira – que, diga-se de passagem não se confunde sem mais com “*Aufhebung*”, mesmo se o seu conteúdo é o mesmo – é muito mais rigorosa do que supõe uma crítica superficial. [...] o pressuposto é afetado por uma negação (e por isso reduzido para o interior do “não-expresso”). (FAUSTO, 2002, v.III, p. 309)

No que se refere à dialética, a pressuposição não significa meramente fundamento, mas sim, o fundamento a ser negado (Idem). Nesse sentido, o que particulariza a interpretação de Marx sobre o movimento do Capital é exatamente esse teor filosófico que consiste na compreensão desse movimento enquanto um processo contraditório. Contudo, cabe sinalizar algo importante, ou seja, acolher a contradição na dialética não significa destruir o pensamento, transformá-lo em algo incoerente, tendo em vista que diferente do modo como a contradição foi processada pela lógica formal, aqui, a contradição é incorporada em especial, pela diferenciação entre “pressuposição e

⁹⁷ É necessário insistir sobre o dogmatismo de certos campeões do antidogmatismo. Na medida em que eles não distinguem o que é “posto” do que é “não-posto” se se quiser o ato e a potência, toda tendência se torna realidade efetiva. Ai jaz o segredo dos livros que põem numa categoria-maldita- os pensadores e escritores mais diferentes. A dialética, pelo contrário, que distingue a possibilidade e a efetividade, o pressuposto e o posto, sabe registrar presença de tal ou qual motivo inquietante nos clássicos, mas, sabe mostrar também os limites dessa tendência. (FAUSTO; 1987; p. 23)

exposição⁹⁸”, e isso necessariamente não denota em uma adesão, em uma coexistência de dois contraditórios postos.

Outro sentido para a “contradição latente em O Capital” é a dedicação (por parte de alguns pensadores) em revelar contradições no seio da própria produção teórica de Marx, como sugere Böhm-Bawerk⁹⁹ que almeja apresentar uma contradição arquitetônica entre os três primeiros volumes da obra marxiana de maturidade. Entretanto, para Ruy Fausto, a contradição¹⁰⁰ se configura justamente na pressuposição, pois, uma coisa que é pressuposta é e não é. Esse seria por assim dizer, o primeiro momento da contradição. Já o segundo momento, assenta-se na oposição entre esse pressuposto e ele mesmo posto. Desse modo, a significação pressuposta se configura como uma unidade do que é e do que não é, isto é, tornar-se contrária a si mesma enquanto objetividade posta. Assim, a contradição da dialética não é a mesma concebida pela lógica formal, o mesmo podemos dizer acerca da “negação”: “Se o (não) for entendido à maneira da dialética, o objeto será pelo contrário o negativo afetado de positividade (ou, se se quiser, o positivo afetado de negação). (FAUSTO, 1987, p. 156)

Sendo assim, a consideração da contradição enquanto determinação dialética essencial a diferencia das leituras analíticas. Segundo Ruy Fausto, Aristóteles tratou da problemática da contradição por via da diferenciação entre as categorias “potência e ato”, pois elas possibilitam uma reflexão filosófica acerca da mudança. Por outro lado, ao realizar a distinção entre pressuposição e posição é que estes “operativos” reassumem a significação das categorias aristotélicas (potencia e ato) para aceitar a contradição sem, entretanto, colidir com o princípio de identidade. Segundo esse argumento de Ruy Fausto, tanto Hegel, quanto Aristóteles não se configuram na perspectiva da lógica formal, mas sim de uma “Lógica do *Continuum*”, isto é, de um fluxo categorial que compõe como “sujeito-processo”. (FAUSTO, 2002, v.III, p. 214)

A vista disso, a “contradição” é uma determinação lógica-dialética essencial que transpassa as dialéticas de “O Capital”, sendo compreendida possivelmente através da dicotomia pressuposição/posição, dicotomia essa segundo a qual, ela é impartível.

⁹⁸ O manejo rigoroso da distinção entre pressuposição (discurso implícito) e posição (discurso explícito) (FAUSTO; 1987; p. 19)

⁹⁹ Conforme esse autor, Marx deixa de lado a teoria do valor-trabalho na compreensão dos preços no volume III.

¹⁰⁰ Conforme M. Müller, O que singulariza a contribuição de Marx no seu modo de compreender o movimento do Capital é exatamente sua compreensão desta dinâmica como um processo contraditório, isto é, a contradição é imanente à essência do Capital. Nas palavras de M. Müller: [PREFÁCIO DO LIVRO DO GRESPAN]

Como sinaliza Ruy Fausto, *O Capital* em princípio, está atravessado e constituído categoricamente pela contradição. Só através do entendimento dessa afirmação a obra e seu objeto podem ser compreendidos. Isso nos remonta a um dos conceitos mais importantes na obra de Ruy Fausto, o de **Interversão** (*umkehrung*). O autor explana sua compreensão dessa categoria (Interversão) de modo bastante feliz, da seguinte forma:

Que no capitalismo o homem se interverte em não-homem, a liberdade em não-liberdade, a riqueza em não-riqueza, a propriedade em não-propriedade; .de se poderia ver, primeiro, mostrando simplesmente como os predicados dessas determinações, para o caso do capitalismo, estão em contradição com os seus sujeitos: com efeito, a liberdade burguesa é liberdade do capital, a propriedade privada burguesa é menos propriedade do indivíduo sobre o capital do que propriedade do capital sobre ele mesmo, a riqueza burguesa é de fato pobreza (subjativa), o homem (o operário, o capitalista) é na realidade um “ não-homem” . Ou, em outros termos, no capitalismo a liberdade ≠ liberdade, o homem ≠homem, a propriedade ≠ propriedade, a riqueza ≠ riqueza só se produziriam no socialismo. Entretanto, nos interessa mostrar o lugar dessa interversão na própria construção de “O Capital” (pois ela tem um lugar lá), mostrar o lugar preciso em que ela se encontra e a simplificação que toma no conjunto da apresentação do mundo da produção capitalista. Para isto, será preciso examinar o que ocorre com as noções de propriedade e liberdade (também, de certa forma, para a noção de homem e para a noção de riqueza) quando se passa das seis primeiras secções de “O Capital” à secção sétima. Com efeito, é lá que se opera a interversão. (FAUSTO, 1987, p.46-7)

Ainda segundo Ruy Fausto, o que, com efeito, gerou uma série de dificuldades no entendimento dessa relação entre Marx e Hegel, foi o fato de se criar uma intimidade deficiente entre a lógica de Hegel e a dialética. Se reportando à interversão, tornam-se presentes de modo contraditório tanto a lei de apropriação da produção de mercadorias¹⁰¹, quanto à lei de apropriação da produção¹⁰² capitalista. Segundo Ruy Fausto, para Marx as determinações categoriais do capital se configuram como um sistema de significações que se efetivam por via de pressuposição e posição, de modo tal que suas contradições são ao mesmo tempo oposições reais-objetivas e contradições lógico-dialéticas. Ainda sobre a fundamentação do capital e a contradição enquanto sua essencialidade em si e seu modo operacional dialético acerca do conceito de interversão, esta, refere-se a dois momentos que poderiam ser resumidos da seguinte maneira:

¹⁰¹“A ideia de que o operário encontra no mercado o capitalista e lhe vende livremente a força de trabalho como qualquer vendedor vende sua mercadoria aparece agora como uma ilusão da circulação. (FAUSTO, 1987, p. 48)

¹⁰² “A riqueza produzida por uma classe é sugada continuamente pelos representantes de uma outra classe [...] Essa mudança de perspectiva que representa na realidade uma mudança de sentido, objetiva, do processo , constitui o que Marx chama de interversão da lei de apropriação ou da propriedade. (FAUSTO, 1987, p. 48)

Uma volta do capital ou cada volta do capital obedece à lei de apropriação ou de propriedade das economias mercantis, lei segundo a qual a apropriação dos produtos se faz pela troca de equivalentes e depende, em última instância, do trabalho próprio.[...] interverte essa lei da lei de apropriação capitalista, apropriação sem equivalentes do trabalho alheio. (FAUSTO, 1987, p. 48)

Desse modo, o propósito de Marx consiste em provar que a efetuação e a processualidade do desenvolvimento do capital colidem numa contradição com os próprios fundamentos do mesmo sistema. Isto é, o capital não pode se desenvolver, não pode se expandir sem deixar de destruir seus próprios alicerces. Em suma para sermos breves, o capital com sua natureza incontrolável tornou-se uma grande contradição viva e em movimento tanto interno, quanto externo de si mesmo.

4.5 O momento da essência¹⁰³ (*Wesentlichen Momente*)

O capital em geral não é mera abstração
(ROSDOLSKY, 2001, p. 54)

Reportar-se acerca da problemática da essência em O Capital, é inevitavelmente atribuí-la às reflexões marxianas sobre a produção, como acentua o próprio Marx no subtópico do livro I de “O Capital”, trata-se, pois, da “produção em geral¹⁰⁴” (*Produktionim Allgemeinen*). Essa produção em geral é uma abstração (*Abstraktion*), contudo essa abstração, essa generalidade ou o comum (*das Gemeinsame*) é uma coisa integralmente mediada que se desdobra em várias determinações.

Nesta abstração, as diferenças são particularidades abstratas que caracterizam toda espécie de capital, como sua afirmação ou negação (por exemplo, capital fixo ou capital circulante); mas o capital em geral, diferenciado dos capitais reais particulares, tem uma existência real. (ROSDOLSKY, 2001, p. 53)

¹⁰³ Em a Ideologia Alemã, há uma emblemática frase de Marx ao se referir à categoria da essência, que apesar de não estar presente em O Capital, compreendemos cabível e aceitável na sistemática de sua obra de maturidade. Diz Marx: “Mas a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua efetividade é o conjunto das relações sociais” (teses ad Feuerbach).

¹⁰⁴ “Na verdade, o capital em geral, diferentemente dos capitais particulares, se apresenta só como uma abstração, não uma abstração arbitrária, mas uma abstração que capta a *differentia specifica* do capital, em oposição a todas as demais formas de riqueza[...] (ROSDOLSKY, 2001, p. 53)

As particularidades¹⁰⁵ de capitais tratam-se de determinações que são típicas a cada capital em si, ou que realizam da totalidade dos capitais uma determinada soma que se refere a valores de apenas um mesmo capital. Que determinações são essas? Recordemos que nas páginas que antecedem o tópico atual de nossa pesquisa analisamos minimamente a “Economia Mercantil Simples (M-D-M)”;

preocupados com a problemática em torno da “referência histórica das categorias” assim como também, apresentamos mais a partir de uma análise lógica a questão do “ponto de partida” (*Ausgangspunkt*): Começo e Crítica” de “O Capital”. Fizemos isso no primeiro capítulo de nossa pesquisa, sem necessariamente remontar “explicitamente” que esse ponto de partida refere-se à “produção em geral”. Pois, tendo em vista que as categorias “essência e aparência” estão presentes no núcleo da dialética marxiana. No desenrolar de nossa investigação, optamos em seguir o movimento dialético e contraditório que vai da aparência¹⁰⁶ do capital na busca de sua essência. Enfim, dito isto, cabe a questão: o que é a essência para a filosofia marxiana em O Capital?

Parece-nos que o próprio Marx na própria exposição de “O Capital” responde diversas vezes essa indagação, ou seja, esse é o problema de maior relevância, pois em O Capital, a finalidade do autor é exatamente analisar, caracterizar e definir a “essência” do capital enquanto um “gerador¹⁰⁷ cego e automático” de valor na medida em que o próprio valor constitui o alicerce do capital. Contudo, no desenvolvimento da apresentação, Marx primeiro apresenta seu tratamento num sentido mais genérico, num grau maior de universalidade¹⁰⁸ (*Allgemeinheit*), por isso inicia pela riqueza na sociedade capitalista. Por outro lado, no desdobramento da exposição, Marx realiza um movimento regressivo adentrando nas particularidades do sistema do capital a partir de

¹⁰⁵ “Acerca da categoria da particularização e da relação MARX/HEGEL diz Rosdolsky: “Particularização é um conceito especificamente hegeliano (Marx também se baseia na Lógica de Hegel quando usa os termos generalidade”; “Particularidade” e “singularidade”. (ROSDOLSKY, 2001, p. 490)

¹⁰⁶ “[...] Como a esfera da aparência, a circulação simples, que ali é caracterizada por ele mesmo como superfície do processo capitalista de reprodução, é a mercadoria como produto do capital. O processo de circulação aparece como simples troca, e a economia assume essa aparência; enquanto teoria, ela constitui a formulação dessa aparência. (REICHELTL, 2013, p. 17)

¹⁰⁷ “Fala-se expressamente de um movimento do valor, mas esse modo de falar pode mesmo apontar para algo significativo ou tratar-se de pura especulação? O que poderia significar movimento nesse contexto? Pensa-se num universal idêntico a si mesmo que assume diferentes formas, que se conserva em meia a essa mudança de forma e, além disso, pode crescer. Mas o que é esse universal? Naturalmente é o valor! Porém, o que é o valor? Tempo de trabalho objetivado. (REICHELTL, 2013, p. 16)

¹⁰⁸ “O universal é, de um lado, uma *differetia specifica* ideal, mas, ao mesmo tempo, é uma forma geral particular, ao lado da forma particular e singular. (ROSDOLSKY, 2011, p. 54)

um patamar menor de particularidade (*Einzelheit*) e singularidade. A mercadoria em sua forma elementar e o valor em sua singularidade.

Desde o início [Marx] pretende tratar apenas do “capital em geral”. Mas o que significa o conceito de “capital em geral”? Em que nível de abstração estamos trabalhando? [...] O capital [...] existe e só pode existir como muitos capitais; sua autodeterminação aparece como ação e reação recíproca deles entre si. [...] sua natureza íntima o impele a repetir a si mesmo¹⁰⁹

O momento essencial é esse patamar abstrato¹¹⁰, qual seja, o “Capital em Geral”, poderíamos até dizer que aqui são idênticos (Momento essencial/abstrato e O Capital em Geral), pois, para o autor de “O Capital” existe um patamar de determinações essenciais. Essas determinações são para Marx o momento constitutivo, substancial das coisas. Tais abstrações essenciais são fixadas (*fixiert*) com o intuito de serem instituídas enquanto coisa pensada, como um reflexo ideal do real. São determinações reais constituintes da essência mesma do capital que são separadas e fixadas, com a intenção de serem pensadas (*dekenlassen*).

Nesse momento, trata-se, pois, da atividade filosófica de fixar a essência de um determinado fenômeno ou aparência (aqui, o objeto é o capital), realizando uma abstração das determinações que são típicas a todos os fenômenos do objeto em questão e a partir disto, encadeá-los construtivamente, como sendo absorvidos e reproduzidos idealmente de uma mesma totalidade que tem seu basilar na geração de valor e que se constitui contínua e descontinuamente como “valor absoluto¹¹¹”. Entretanto, sempre compreendendo que o patamar da abstração em O Capital não é aquele nível histórico concreto da realidade. Por outro lado, ao afirmarmos que não se trata do nível histórico, não pretendemos dizer com isso que Marx em seu processo analítico de abstração está se referindo a uma dimensão do irreal.

Não obstante, não se trata de uma mera realidade fenomênica, mas em concreto, refere-se às determinações estabelecidas por diversas condições do próprio concreto e

¹⁰⁹ “Nessa passagem verifica-se mais um eco da terminologia de Hegel” (ROSDOLSKY, 2011, p. 50)

¹¹⁰ Mesmo já apontando no Capítulo primeiro de nossa dissertação, cabe enfatizar: é nos *Grundrisse* onde fica explicitamente claro que o ponto de partida, isto é, “O Capital em Geral”, têm seu início a partir das categorias abstratas indo em direção às categorias mais concretas.

¹¹¹ “Esse valor absoluto, objetivo e abstrato, que a teoria macroeconômica vai somando até chegar a uma quantidade total de valor do produto social, constitui o objeto central da crítica marxiana, que explicita seu valor desde os seus primórdios até chegar à forma em que “toda riqueza da sociedade” aparece como uma quantidade de mercadorias, portanto, uma quantidade de valor. (ROSDOLSKY, 2011, p. 16)

da apresentação desse concreto enquanto conceito¹¹² do capital em si. Uma vez que, Marx busca a essência do capital num patamar mais profundo, enquanto a aparência encontra-se no nível superficial¹¹³. Acerca dessa relação entre essência e aparência em Marx tendo como objeto condutor da crítica o próprio “capital em geral”, vejamos uma esclarecedora passagem do livro de Helmut Reichelt:

É precisamente nessa relação entre natureza interna do capital e seu modo de existência que Marx caracteriza as categorias como **“formas de manifestação de relações essenciais”** [...] Nesse caso, as categorias só são formas de manifestação de relações sociais porque o capital universal “aparece” para o capitalista, para o capital existente para si, mas aparece – e esse é justamente o ponto de vista decisivo – ao mesmo tempo que se oculta no ato de aparecer. **É isso que gera problemas para a ciência, pois esta só se constitui em virtude dessa diferença entre essência e fenômeno.** (ROSDOLSKY, 2011, p. 95-6) (Grifo nosso)

No patamar da exposição substancial da produção, a nosso ver, Marx diferencia dois momentos de sua sistemática da abstração: o primeiro seria aquele referente a um grau de universalidade, a própria produção em si, enquanto uma totalidade. Tal como uma universalidade máxima, ou a substância em seu mais elevado nível de essencialidade. Por outro lado, o segundo momento, é onde se inicia a aparição de outras determinações¹¹⁴ próprias da produção em geral, num nível maior de concretude, mas se reportando ao primeiro livro, sempre permanecendo num plano abstrato. Nesse segundo momento, podemos elencar a distribuição; a troca e o consumo. Esse patamar entre universalidade e particularidades configura-se como um complexo de complexos com suas diversas determinações que “conforme seu conceito¹¹⁵” é estabelecido e que

¹¹² [...] Aos olhos de Marx esse conceito é só uma imagem abstrata e dialética do movimento real, do devir do capital. Daí se conclui que, no conceito geral de capital, “está contido”, em embrião, “o desenvolvimento posterior”, ou seja, não só as tendências civilizatórias, que impulsionam o capital adiante, mas também as contradições que o conduzem além de seus próprios limites”. (ROSDOLSKY, 2011, p. 55)

¹¹³ (...) “para a dialética resulta que ela não pode mais avançar de uma unidade imediata para uma unidade mediada mais profunda; mas que ela deve levar de uma contradição imediata e relativamente superficial a uma contradição mais essencial, que preside um campo mais amplo de fenômenos”. (GRESPLAN, 2002, p. 14)

¹¹⁴ “Que determinações podem ser consideradas comuns a todos os capitais? Evidentemente, aquelas que são válidas para o capital, mas não para outras formas de riqueza: aquelas que expressam o caráter historicamente determinado do modo de produção capitalista”. (ROSDOLSKY, 2011, p. 51)

¹¹⁵ [...] Sob o capital se subsumem muitos [elementos] que, de acordo com seu conceito, não aparecerem caber nele. Por exemplo, o capital é emprestado, é acumulado etc. Em todas essas relações, ele parece ser uma mera coisa e coincidir complementa com a matéria que o molda. Mas não nos ocupamos aqui nem de uma forma particular do capital, nem de tal ou qual capital, naquilo em que ele se diferencia de outros capitais etc. Acompanhamos o processo de sua formação. Esse processo dialético é apenas a expressão ideal do movimento real de devir do capital. (ROSDOLSKY, 2011, p. 51)

ao depender do momento de exposição da obra em questão, oscila ora entre a apresentação da essência, ora entre a apresentação do fenômeno de “O Capital”.

Portanto, para poder investigar em estado puro as leis imanentes do capital, deve-se como ponto abstrair a concorrência e seus fenômenos correlatos, adotando-se como ponto de partida o “capital como tal” ou o “capital em geral”. A intervenção de diversos capitais não deve perturbar nossa análise neste ponto. A relação entre os diversos capitais ficará clara tão logo tenhamos considerado o que todos têm em comum: ser capital. (ROSDOLSKY, 2011, p. 51)

Nesse sentido, reportam-se aos diversos tipos de capitais e acima de todos eles, ao capital em si, enquanto a unidade de capitais diversos (se a essência é o capital enquanto abstração, enquanto “capital geral”). Nesse aspecto, não se pode obter uma compreensão contrária entre essência e fenômeno, dando a essência o caráter de imobilidade. Essa é uma forte tendência do Idealismo. Assim como, uma postura inversa, ou seja, a negação da compreensão de essência (Imutável, A-Histórica) e a exaltação do fenômeno como única realidade (Mutável) possivelmente captada pela cognição humana, configura-se o Materialismo Empiricista. Esse encontro entre filosofia e análise crítica da economia política realizado por Marx, de certa forma, remonta um debate antigo na odisseia da filosofia. A emblemática relação entre a filosofia metafísica e a filosofia pós-metafísica aqui, existem em diversas correntes tanto quanto são inumeráveis os diversos filósofos. Entretanto, pensando no legado de Marx o concebemos enquanto um filósofo pós-metafísico, que dialoga, conserva e supera a filosofia que o antecede.

Em Marx, pela primeira vez na história da filosofia, a relação entre essência e fenômeno adquiriu um caráter radicalmente novo. Para sermos breves, a concepção radicalmente lógica categorial posta da essencialidade em Marx, sugere que a esfera fenomênica exerça um papel de desenvolvimento na esfera da essência. Para esse autor, não há uma negação do fenômeno como uma categoria desprovida de realidade (como queria a metafísica). Por outro lado, não há também uma concepção unilateral de valorização do complexo fenomênico e uma bruta ruptura com qualquer entendimento do que vem a ser essência (desgradada do seu caráter tradicionalmente imutável). Todavia, é verdade que em Marx a essência apresenta-se de modo categorial e logicamente como momento predominante da unificação entre essência e fenômeno.

Nesse contexto, na análise da constituição do conceito de capital, percebe-se que: “a aparência é aparência da essência, e a essência da essência é aparecer. O objeto é essencialmente social-natural, e só aparentemente natural, pois faz parte de sua essência aparecer como natural” (FAUSTO, 1993, Nota 19). E, conseqüente, oculta um determinado segredo.

A determinação da magnitude do valor pelo tempo de trabalho, portanto, é **um segredo que se oculta sob as aparentes flutuações dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta, embora elimine qualquer aparência de mera acidentalidade na determinação da magnitude dos valores dos produtos, ainda não altera de modo algum a maneira pela qual ocorre essa determinação.** (MARX, 1996, p. 173) (grifo nosso)

Isto é, a contradição típica do valor não se encontra apenas no nível da aparência, e na oposição entre valor de uso e valor que constitui seu núcleo, mas acima de tudo, é sua essência contraditória que faz seu exterior aparecer contraditório. É a contradição entre trabalho e capital, contradição insolúvel na sociabilidade burguesa que fundamenta o caráter ofuscado da forma valor. Todavia, assim como sinaliza Marx, existe certo "ainda": a descoberta do que há por trás não é suficiente, apesar de ser fundamental. Pois, a Economia Política já havia descoberto o “segredo” da “forma”; sua insuficiência se configura no fato que ela não é capaz de adentrar na sua fundamentação mais radical, ao nível mais profundo da esfera do segredo oculto por trás da forma, sendo sua compreensão limitada pelo trabalho como a real fonte da riqueza.

Ou seja, desse modo, faz parte da própria natureza da Economia Política o interesse em desvendar apenas o “conteúdo” por trás da forma mercadoria, motivo pelo qual, ela não consegue desvendar o real segredo no sentido mais radical do termo que há por trás da forma. Isto é, não se trata de desvendar o que há meramente por trás da forma, mas, sobretudo, o segredo da forma em si. Assim sendo, a dialética marxiana em O Capital analisa a gênese não explicitamente histórica, mas lógica categorial da própria forma mercadoria. Pois, é insuficiente reduzir a forma à essência. Assim, torna-se profundamente cabível, a análise do processo no qual a essência oculta ganha essa forma, como aponta Marx: "De onde vem, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma de mercadorias? Claramente, dessa própria forma” (MARX, 1996, p. 198).

Desse modo, refletir sobre o complexo essência/fenômeno a partir dos pressupostos apresentados tendo já como assertiva o momento da “produção em geral”

como aquele referido a essência, isto, necessariamente implica em remontar a uma categoria fundamental, qual seja, a categoria trabalho. Antes de tudo, recordemos o que o próprio Marx diz num sentido mais genérico sobre essa categoria no primeiro capítulo de “O Capital”:

Como gerador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1996, p. 172)

Isto é, segundo essa passagem do primeiro capítulo de “O Capital”, o trabalho é a primeira atividade dos homens, sem a qual eles nunca produziram e reproduziram as condições necessariamente básicas de subsistência e reprodução. Por tal importância, algumas características gerais referentes a essa categoria devem ser mencionadas por nós. Essa categoria em seu sentido mais genérico é primeiramente um trânsito entre o homem e a natureza. Por meio do trabalho, o homem satisfaz suas necessidades vitais e “se faz como um ser objetivo”. Isto é, como um ser que é objeto de algo fora de si, como um ser carente e, ao mesmo tempo, como um ser que tem um objeto fora de si e que atua sobre a natureza. A dimensão da objetividade, no entanto, é característica de todos os seres, seja ser social ou ser natural.

Nesse sentido, vários aspectos contraditórios do processo de trabalho poderiam ser citados: sujeito/objeto; fins/meios; homem/natureza etc. Todos esses aspectos constroem uma unidade quando se estabelecem reciprocamente. Contudo, ao mesmo tempo, negam-se e se opõem uns aos outros. A sociabilidade capitalista é composta por múltiplas determinações contraditórias: relações de produção e forças produtivas; base e superestrutura; classes sociais etc. Isso nos dá margem para afirmarmos que a contradição¹¹⁶ é uma categoria imanente à realidade social capitalista na medida em que esta se identifica enquanto uma grande contradição viva. Desse modo, essa determinação da sociedade capitalista tem uma relação umbilical com o caráter de complexo existente nessa própria sociedade. A contradição, essa unidade entre opostos, é a forma da relação dos elementos desse complexo. Nesse processo de desacordo entre elementos contraditórios, a sociedade regida pelo capital se reproduz e se transforma.

¹¹⁶Daí perceber também a Economia Política como contraditória, que podia por isso ser alvo de uma crítica interna, isto é, aquela que aceita inicialmente os princípios e conceitos do que quer criticar e os desenvolve, para deles deduzir o seu contrário. (GRESPLAN, 2002, p. 23)

4.6 Trabalho abstrato e tempo socialmente necessário para a produção

Retornando à questão sobre o trabalho, diríamos que tal categoria mencionada acima em seu sentido genérico, também se desdobra em várias outras formas particulares, para destacar uma forma particular central na sociedade capitalista que não necessariamente se configura enquanto geradora de valor de uso¹¹⁷, mas sim, geradora de valor nos referimos ao “trabalho abstrato”. Assim, cabe mencionar alguns aspectos sobre ele nesse momento, pois tal categoria é uma peça chave para produção e manutenção do capital.

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles apresentados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1996, p. 168)

Essa forma de trabalho é aquela onde todas as formas de propriedades úteis, concretas dos trabalhos individuais reais são abstraídas, igualada em uma única forma, na medida em que se estabelece enquanto trabalho humano geral na quadra histórica do capital. Tal equação de equivalência de todos os trabalhos singulares dos indivíduos unificado numa mesma gelatina¹¹⁸ de trabalho social geral é uma redução de todas as atividades reais a seu aspecto comum de trabalho humano, ao dispêndio de trabalho do homem.

A igualdade de trabalhos “totó coelho” diferentes só pode consistir numa abstração de sua verdadeira desigualdade na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato. (MARX, 1996, p. 199)

O caráter duplo da mercadoria, (valor de uso e valor) tem no trabalho a sua correspondência direta. Assim, compreendendo no sentido de sua consequência útil, o trabalho é especialmente determinado “pelo seu telos” (finalidade). É determinado trabalho humano, como o trabalho do marceneiro, do padeiro, do pedreiro etc., isto é, trabalho concreto que produz valores de uso. Tal trabalho é expressão no desempenho da atividade humana verificável em qualquer forma societal histórica. Desse modo,

¹¹⁷ “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta[...] É precisamente a abstração de seu valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias. (MARX, 1996, p. 166-7)

¹¹⁸ [...] Como valores, as mercadorias são meras gelatinas de trabalho humano, então a nossa análise reduz as mesmas à abstração de valor, sem dar-lhes porém, qualquer forma de valor diferente de suas formas naturais” (MARX, 1996, p. 178)

queremos acentuar que o dispêndio de energia fisiológica é um pressuposto do exame marxiano da sociedade capitalista, visto que apenas ele pode criar valores de uso, mas ao criar valores de uso, coisas úteis, ele necessariamente não cria valor. Pois, diferente do que ocorre no valor de uso, “o que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor”. (MARX, 1996, p. 168)

Isto é, como já citamos acima: “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, da vida humana”. (MARX, 1996, p. 174)

Seguindo esse raciocínio, o autor de “O Capital” conclui seu pensamento por via de uma metáfora interessantíssima: “pai e mãe”, trabalho e natureza, são os constituidores de toda e qualquer riqueza social, seja ela física ou espiritual de todas as épocas da história.

Assim, como um correspondente direto do que acontece com valor de uso e valor, o trabalho concreto pode nesse sentido ser da mesma maneira mero dispêndio de força humana de trabalho, ou seja, trabalho humano indistinto. Tal trabalho, no qual as peculiares determinações (pedreiro, marceneiro, padeiro, etc) não influenciam é dispêndio de força de trabalho simples, que em média toda pessoa comum, sem desenvolvimento especial, possui em seu organismo físico. Tal forma de trabalho é nesse sentido puro dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos e mãos humanas.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma específica adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso. (MARX, 1996, p. 175)

Obviamente, o trabalho pode ser potencializado em maior ou menor grau, isto necessariamente implica que maior ou menor quantidade de trabalho simples pode estar em processo em uma determinada atividade. Por outro lado, a “equivalência de diferentes trabalhos” na sociedade mercantil capitalista não surge de um foco externo, mas tal equivalência dos trabalhos advém do processo de troca dos produtos dos diferentes trabalhos em si.

Somente a expressão de equivalência de diferentes espécies de mercadorias revela o caráter específico do trabalho gerador de valor, ao reduzir, de fato,

os diversos trabalhos contidos nas mercadorias a algo diferente comum neles, ao trabalho humano geral. (MARX, 1996, p. 179)

Nesse sentido, a troca é o solo comum onde transitam os diversos trabalhos distintos. Assim, pelo viés do processo de troca, o trabalho individual ganha um novo acréscimo, isto é, é complementado com a fisionomia de trabalho social. O trabalho concreto passa a ter feição de trabalho abstrato, o trabalho complexo é reduzido a trabalho simples, e os distintos trabalhos individuais em trabalho socialmente necessário para a produção mercantil.

[...] A forma individual de valor passa por si mesma a uma forma mais completa. Por meio da mesma, o valor de uma mercadoria A é certamente expresso apenas em uma mercadoria de outro tipo. Qual é, porém, a espécie dessa segunda mercadoria, se casaco, se ferro, se trigo etc, é totalmente diferente. Assim, conforme ela entre numa relação de valor com esta ou aquela outra espécie de mercadoria, surgem diferentes expressões simples de valor, de uma mesma mercadoria. O número de suas possíveis expressões de valor é apenas limitado pelo número de espécies de mercadorias diferentes dela. Sua expressão individualizada de valor converte-se, portanto, em uma série constantemente ampliável de suas diferentes expressões simples de valor. (MARX, 1996, p. 189)

Dizendo de outro modo, todas as mutações no trabalho entendidas enquanto um complexo de complexo são efetuadas sob a cifra da troca, como o modo operacional que cria a sociedade mercantil capitalista e, com efeito, gera mudanças formais no trabalho do homem. Desse modo, o trabalho abstrato é uma forma peculiar do sistema econômico capitalista. E, conseqüente da mesma forma, encaixa-se o valor.

Ao equiparar-se, por exemplo, o casaco, como coisa de valor, ao linho, é equiparado o trabalho inserido no primeiro com o trabalho contido no último. Na verdade, a alfaiataria que faz o casaco é uma espécie de trabalho concreto diferente da tecelagem reduz a alfaiataria realmente àquilo em que ambos são iguais, a seu caráter comum de trabalho humano. Indiferentemente é então dito que também a tecelagem, contanto que ela teça valor, não possui nenhuma característica que a diferencie da alfaiataria, e é, portanto, trabalho humano abstrato. (Idem)

É a equiparação dos seus produtos à forma dinheiro que impele a sua redução a trabalho abstrato e é na forma societal peculiar que visa valor, e não valor de uso, que cria as abstrações possibilitando desse modo, equiparar socialmente diferentes trabalhos. Sua equiparação monetária faz dispensável todas aquelas formas que criam valores de uso concretos. Após essa igualação ao dinheiro, o que sobra é a sua única manifestação abstrata em forma valor. Nessa perspectiva Marx, processa o aspecto quantitativo que configura o trabalho abstrato, recordando nesse momento (referindo-se ao valor), o termômetro de quantificação será exatamente o tempo de trabalho

socialmente necessário. E, com efeito, o valor de uma determinada mercadoria é mensurado pelo tempo de duração de sua produção.

Assim, a quantidade de valor¹¹⁹ de determinada mercadoria é correlato direto da quantidade de trabalho socialmente necessária para a sua produção. Aqui, evidencia-se o quanto o tempo é importante, na medida em que ganha um estatuto de instrumento de proporção valorativo. À vista disso, a condição para que o valor da mercadoria ganhe a forma de expressão pelo tempo socialmente necessário de trabalho, é dada pela transformação de todos os aspectos físicos dos objetos criados pelo trabalho em um determinado tempo, sendo restringidos à mesma forma indistinta, simples, uniforme de trabalho abstrato e, conjuntamente à valor.

Isso significa que os diferentes trabalhos concretos (padeiro, pedreiro, marceneiro etc.) são restringidos a uma forma simples de trabalho humano, simples dispêndio de energia, cérebros, músculos coordenados teleologicamente, como também mensuráveis. Esse entendimento do trabalho abstrato através da noção de restrição ou redução¹²⁰ é essencial, pois tão somente por via dele podemos compreender a abstração real como um fenômeno do diagnóstico da Economia Burguesa. E, nos diferenciar profundamente da noção de abstração no seu sentido vulgar, preso nas correntes da aparência.

Essa redução também traz em si uma contradição, ou seja, por um lado, para haver circulação e troca de mercadorias uma óbvia condição é a garantia de determinadas formas particulares de liberdade e igualdade. Mas, tais liberdade e igualdade são contrariamente postas ao avesso, na medida em que os trabalhadores passam a ser apenas órgãos menores, partes constitutivas de um organismo bem maior, que abrangem todo o processo de trabalho.

Nesse aspecto, o controle desse processo não é administrado pelos sujeitos autônomos, pois, os sujeitos dentro desse processo já se configuraram em objetos, e os objetos, alinhados com essa inversão ganharam um estatuto de subjetivação, tornando-se assim os sujeitos do processo. Em outras palavras, esse processo de trabalho não é controlado pelos produtores que deveriam produzir para a satisfação de suas

¹¹⁹ [...] Revela em seu pensamento, em sua linguagem exclusiva, a linguagem das mercadorias. Para dizer que o próprio valor foi gerado pelo trabalho em sua abstrata propriedade de trabalho humano. (MARX, 1996, p. 180)

¹²⁰ “[...] “Então nossa análise reduz as mesmas à abstração de valor, sem dar-lhes porem, qualquer de valor diferente de suas formas naturais”. (MARX, 1996, p. 179)

necessidades imediata, mas antes, toda produção mediada pelo capital se expressa como uma exterioridade frente aos produtores. E, isto ocorre postulado na venda do tempo de trabalho que, com efeito, leva o trabalhador a perder o controle dos processos, tornando-se assim, partes constitutivas de uma totalidade interiorizante e exteriorizante, controlado pelo domínio cego e incontrolável do capital em seu movimento de auto constituição.

A diferenciação realizada por Marx entre trabalho concreto e trabalho abstrato e paralelamente a correspondência entre valor de uso e valor, compõe a finalidade de diferenciar, de modo genérico sistemático e racional, a correlação entre os elementos físico-tecnológicos e a atribuição da valorização. É verdade que a redução dos diversos trabalhos só é dada dentro de condições sociais pressupostas. Assim, tanto as condições materiais do trabalho, quanto ao processo técnico científico, são estabelecidos socialmente, quanto os trabalhos diferentes dos diversos indivíduos são abstraídos como trabalho igual.

Obviamente, tal igualdade não é de teor qualitativo, mas sim, pelo viés da igualação quantitativa. Alinhado a isso, essa igualdade pode ser identificável em determinado objeto fruto do trabalho, pois, seja o trabalho do carpinteiro, ou do mecânico, do padeiro ou do metalúrgico, seja ele, trabalho simples ou trabalho complexo, todo trabalho pode ser mensurado por via da quantificação do seu tempo de duração. Ao reduzir o trabalho à sua forma mínima (Tempo de duração), abstrai-se de todas as diferentes formas, uma forma única para a expressão em um equivalente geral. Esses aspectos do trabalho abstrato, quais sejam, sua indistinção e sua potencialidade em ser expresso por um equivalente geral, contribuem para a compreensão substancial da relação capitalista de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de partirmos para as “reflexões finais propriamente ditas”, gostaríamos de apresentar nossa primeira observação, ou seja, é preciso deixar claro que nosso trabalho se encontra distante de um encerramento convincente por parte de seu autor. Com isso, queremos dizer que existem inúmeros desdobramentos e pressuposições de nossa interpretação acerca do que na esteira do artigo do professor Marcus Lutz Müller (1982) denominamos de “A Determinação Dialética na Análise da Mercadoria em O Primeiro Capítulo d’O Capital de Karl Marx”. A saber, não consideramos a defesa de nossa pesquisa enquanto uma “conclusão de nossos estudos sobre o tema”. Ao contrário, nesses dois anos que nos trouxe até aqui, só encontramos uma luz que ainda se encontra longínqua dentro de um túnel que entendemos como a obra de maturidade de Marx. E, obviamente daqui a quatro anos, certamente, analisaremos esse nosso texto com outros olhos, e até mesmo, se por ventura nos depararmos com o mesmo problema o enfrentaremos e o apresentaremos de outra forma.

A segunda observação que gostaríamos de acentuar é sobre o uso de alguns autores e até mesmo também de certos livros distintos do mesmo autor sem a minúcia análise dos níveis diferentes de particularidades. Apesar de ter o primeiro Capítulo d’ O Capital como objeto, usamos com certa constância os “*Grundrisse* (Esboços da Crítica da Economia Política)” como aparece em nosso texto de forma explícita; “Contribuição à Crítica da Economia Política” e o próprio “O Capital” com ênfase no Tomo I. Ao fazer uso desses textos, poderíamos apontar as diferenças de como Marx apresenta determinados complexos categoriais. Como existe, por exemplo, a diferença entre a teoria do valor nos *Grundrisse* e a mesma categoria presente em “O Capital”, isso seria interessantíssimo, contudo, não optamos por esse tipo de análise.

Consideramos mais proveitoso para resolver nosso problema destacar a linha de continuidade e a confluência entre os textos. O mesmo poderíamos dizer acerca das distinções entre algumas categorias que perpassam a hermenêutica de “O Capital”. A propósito, à luz de nossa qualificação fomos indicados do modo bastante feliz (em especial pelo professor Silvio Rosa) a realizar tal empreitada, a saber, a diferença entre os conceitos avesso - *umstülpung* (Grespan) e intersversão - *umkehrung* (Ruy Fausto), categorias respectivas aos textos do professor Ruy Fausto, vale dizer, “Marx: Lógica e política, tomo I” e ao texto de autoria de Jorge Grespan, “A dialética do Avesso”.

É verdade que de certa forma tocamos nessa diferenciação, mas não escolhemos esse itinerário enquanto um momento enfático da pesquisa. Ao invés disso, fizemos um pequeno desvio para apresentação dos respectivos autores naquilo em que toca o problema da referência histórica e a circulação simples. E, mesmo assim, sem a devida análise crítica minuciosa que poderia destacar as diferenças, pois, temos a pretensão de analisar com mais tempo e espaço num dos momentos de uma possível pesquisa de doutorado. Inclusive, almejamos alargar esse estudo para analisar criticamente “certa escola filosófica nacional de interpretes de ‘O Capital’” (somando-se a esses autores Hector Benoit e Gianoti), referimos ao último autor pensando naquela fase de sua produção quando ele ainda reivindicava o “marxismo” enquanto concepção de mundo).

Dito isso, para os efeitos das regras da academia, como é necessário esboçar um determinado nível de conclusão, vejamos: o dividimos em três eixos temáticos: 1) A determinação dialética na análise da mercadoria enquanto método de exposição (*Darstellung*); 2) A determinação da circulação de mercadorias como superfície do sistema e 3) “A esfera das “mediações” ente essência, aparência e contradição”.

...

Desse modo, o *Darstellung* hegeliano “herdado criticamente” por Marx engendrou-se enquanto ponto de partida de nossa pesquisa e perpassou de certa forma, todo texto. Dizemos isso, porque a compreensão da dialética enquanto método de exposição é um aspecto presente em todo “O Capital”. Antes de tudo, o método de exposição está umbilicalmente ligado à constituição interna e externa no movimento dialético de subjetivação do conceito de capital. E, obviamente, se isso que acabamos de mencionar for verdade, logo, com efeito, a “Determinação Dialética na Análise da Mercadoria” pertence a um dos momentos desse colossal movimento que é a composição e recomposição continua da subjetivação do capital. A propósito, essa consideração é bastante análoga a uma ponderação hegeliana presente no décimo sétimo parágrafo de sua “Fenomenologia do Espírito”, diz Hegel:

[EsKommtnach] Segundo minha concepção – que só deve ser justificada **pela apresentação do próprio sistema** – tudo decorre de entender e exprimir o verdadeiro não como substância, mas, também, precisamente, como sujeito. (HEGEL, 2011, p. 34)

A análise da mercadoria seria então assim aquele momento primordial do *Darstellung*: Ponto de partida (*Ausgangspunkt*): Começo e Crítica. Entendida como exposta por nós no texto, não enquanto um método genético evolutivo, não como uma exposição histórica das categorias alinhadas sequencialmente ao tempo. E sim, ao invés disso, compreendida na medida em que se estabeleceu por Marx ao passo de uma apresentação lógica categorial do valor. Como acentuamos, essa distinção analítica não significa necessariamente numa dicotomia indissociável entre a exposição lógica categorial e a histórica genético evolutiva, todavia, como a realidade objetiva é mais complexa do que nossas formulações subjetivas. Desse modo, a exposição lógica categorial traz em si a pressuposição do movimento histórico, mas não apresentado em ato, e sim, de modo implícito. Pois, como Marx afirmou:

[...] o método de se elevar do abstrato ao concreto é apenas a maneira de o pensamento apropriar-se do concreto e o reproduzir como concreto espiritual (as *eingestigtigkonkretes*), mas de maneira nenhuma se trata do processo de gênese (der *Entstehungsprozess*) do próprio concreto. (MARX, 2011, p.54)

À vista disso, descobrimos que começar pela mercadoria significou iniciar pela categoria mais simples e abstrata em direção às mais concretas e complexas. E, já no primeiro parágrafo de “O Capital”, ao realizar uma regressão positivamente metodológica do universal ao singular:

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção”“O Capital””ista aparece como uma imensa coleção de mercadorias e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto com a análise da mercadoria (MARX, 1996, p.165)

Marx, logo demonstra que sua análise é exatamente dialética. Ou seja, aceita a contradição imanente do objeto investigado e apresenta a determinação do positivo no negativo, ou como vimos do positivo determinado por negatividade. Sem negar o âmbito da universalidade, da particularidade e da singularidade, categorias tão caras para a Lógica hegeliana e conservadas pela análise marxiana.

O problema do começo e da crítica, remeteu-nos a entrar minimamente na polêmica iniciada no seio do marxismo por Engels ao responder os críticos de Marx no Prólogo e complemento ao prólogo do Tomo III d’ O Capital. Acerca disso , chegamos à conclusão de uma hermenêutica equivocada de Engels que foi na contramão da

direção expositiva de Marx. Vimos que Engels ao travar o embate sobre o problema da distinção entre a teoria do valor e a determinação dos preços, compreendeu o valor como categoria peculiarmente pré-capitalista, aderindo a uma hermenêutica da exposição histórica enquanto ponto de partida de “O Capital”.

Isto posto, conseqüentemente aderimos a essa problemática para adentrar no segundo momento de nossa investigação comprando enfaticamente já uma determinação fundamental da dialética, qual seja, a categoria da aparência nomeando-a como superfície do sistema, vale dizer, a circulação de mercadorias. E, com efeito, ao falar de aparência (superfície) pressupondo um fundamento essencial que precisaria necessariamente também ser negado pelo diagnóstico de Marx.

...

O segundo eixo temático foi aquele que denominamos como a determinação da circulação de mercadorias como superfície do sistema. Nele, adentramos de modo propriamente dito na dimensão da troca de mercadorias já compreendida como atividade imanente à sociedade capitalista. À vista disso, analisamos o valor e o processo de circulação de mercadorias e o **telos** (entendido como finalidade) da mercadoria, como também as três pressuposições da Circulação. Aqui, descobrimos que existem leis pressupostas no mercado que permitem a circulação de mercadorias. Tais leis estão umbilicalmente entrelaçadas com a noção de igualdade e liberdade da sociabilidade regida pelo capital. Portanto, são mecanismos jurídicos da produção e reprodução da classe dominante. E, que, precisam ser aceitas pela consciência dos agentes da troca como uma condição dada naturalmente.

Desse modo, compreendeu-se que tal “igualdade e liberdade” compõe aquele conjunto de categorias pertencentes à superfície do sistema. Pois, tal “igualdade” fundamenta-se numa profunda desigualdade entre o possuidor de propriedades e o despossuído de toda e qualquer propriedade; que tem tão somente sua própria força de trabalho enquanto posse, e, que conseqüentemente, para administrar o edifício de sua própria existência necessita vender-se enquanto mercadoria. Assim, a superfície do sistema na esfera da circulação expressa uma igualdade que tem uma essência profundamente desigual. E, a aparência aqui não significa necessariamente ilusão, mas sim, pertence ao estatuto real da sociedade capitalista. A superfície está no ponto de

vista epistemológico, dentro de uma unidade mesma que é a produção geral e circulação de capitais. E, contrariamente, ilusório seria exatamente acreditar que só existe igualdade, e não uma desigualdade essencial.

Durante esse processo foi posto por nós três dimensões da circulação de mercadorias, 1) O objeto a ser trocado; 2) os possuidores e trocadores dos objetos e 3) A própria circulação compreendida como processo de troca. A mercadoria fora compreendida como unidade contraditória entre valor de uso e valor. O valor de troca foi desvelado como manifestação do valor. E, o valor, mesmo sem tanta ênfase nesse momento foi caracterizado como **tempo socialmente necessário** para a produção. Além da igualdade e da liberdade no processo intercambiável mercantil, compreendemos que o **trabalho** (categoria chave da esfera da produção), fora entendido, como uma condição primária para a circulação mercantil, compondo assim, junto com a divisão social do trabalho, e com a própria produção do produto do trabalho, como lei pressupostas da circulação.

Aqui também aproveitamos para demonstrar as compreensões sobre a circulação simples entre dois pensadores nacionais, Ruy Fausto e Jorge Grespan, tendo como núcleo a problemática da referência histórica das categorias configuradas na equação entre valor, pré-capitalismo e capitalismo.

Percebemos que Ruy Fausto ao dialogar com o marxismo de sua época compreendia essa equação na obra de Marx, enquanto uma aceitação e alargamento da categoria da contradição. Na forma enigmática de se expressar esse autor, isso poderia ser traduzido pela seguinte resolução: o valor existe no pré-capitalismo enquanto algo pressuposto (implícito, não-dito, constituindo-se) e, por outro lado, o valor também existe no capitalismo enquanto determinação categorial imanente a realidade regida pelo capital, portanto, de modo explícito. Assim, ao responder certa filosofia francesa que entendera que nesse aspecto Marx oscilava, contradizendo-se. Para Ruy Fausto, trata-se de aceitar a contradição a agudizando, pois sendo o objeto investigado algo contraditório, a resolução deveria seguir essa determinação perseguindo o problema, aceitando (a própria contradição) sem necessariamente cair nas artimanhas da “lógica formal”. Já para Jorge Grespan, vimos que esse autor refere-se à circulação simples presente em o primeiro capítulo de “O Capital” como expressão genuinamente capitalista Pois, se a pretensão de Marx é expor o conceito de capital na obra, só teria

sentido uma exposição que parte da própria sociedade capitalista e não de momentos pré-capitalista das histórias da sociedade.

...

Talvez, o terceiro momento de nossa dissertação seria aquele onde teríamos de demonstrar a relação entre A Lógica de Hegel com “O Capital” de Marx de modo mais enfático, todavia, isto não foi realizado. Preferimos tentar apresentar a aparição dessas categorias já intrínsecas ao próprio objeto de estudo de Marx. Objeto esse, diferente do de Hegel, mas, que, contudo não exclui o uso das categorias do método hegeliano na análise do objeto marxiano. Desse modo, cabe um esclarecimento: a aparição explícita dessas categorias apenas no terceiro capítulo de nossa dissertação não significou que elas não estejam presentes desde o início do nosso texto, pois, o uso da dialética marxista enquanto ciência crítica da economia política só se efetivou como tal, devido justamente à dinâmica diferente e contraditória entre a esfera da essência e a da aparência.

Dito isto, criamos um itinerário que priorizou o movimento da aparência à essência. Essa dinâmica foi entendida por nós como o percurso que se iniciou na Circulação Simples de Mercadorias (enquanto um Complexo Aparente) e a esfera da Produção (como Complexo Temático da Essência). Encurtando nossa conclusão, percebemos que em o primeiro capítulo do Capital a dinâmica da exposição imbricada pela continuidade e descontinuidade da aparição das categorias exatamente obedece o lugar nuclear que ela ocupa na sociedade capitalista, perseguindo o trajeto na esfera da troca de mercadorias. Alinhada a isso, revelamos as quatro formas do valor, até chegar no dinheiro e fetichismo da mercadoria.

Destaca-se nesse percurso o desvelamento do valor e trabalho abstrato como categorias pertencentes aquele núcleo essencial do capital. A constituição do capital só é possível pela sua relação contraditória e necessária para sua lógica da subjugação do trabalho. Portanto, capital e trabalho compõem o núcleo de um círculo a partir do qual se constrói e se revela todas as outras categorias. Tal relação contraditória se estabelece num constante movimento contraditório total-abrangente. Assim como, aponta Marcus Müller, no prefácio do livro (O Negativo do Capital) de Jorge Grespan,

O capital é concebido como força totalizadora, que se constitui abarcando e subordinando a si as demais relações sociais e condições exteriores (pressupostos históricos e sociais que ele transforma resultado da sua reprodução), de modo que a incluir em si, como seu momento, o trabalho vivo que é a única fonte e medida de seu próprio conteúdo (trabalho objetivado), ao mesmo tempo que o exclui de si, para reduzir ao mínimo essa sua dependência do trabalho vivo, pois este é atividade criadora, que igualmente pretende constituir-se como totalidade histórica e, por isso, é recorrente negada pelo capital. (GRESPLAN, 1999, p.17)

Eventualmente, a demonstração em nosso texto do aspecto de constituição do capital enquanto totalidade que abrange todas as determinações da realidade social capitalista, não ficou tão evidente. O motivo disso se encontra justamente no modo como concebemos esse movimento interior e exterior de constituição do capital, ou seja, como algo pressuposto na obra *O Capital*, e ao mesmo tempo como algo que exige necessariamente uma apurada compreensão da Lógica de Hegel e de sua Fenomenologia do Espírito. Textos que pesquisamos, mas que não nos encontramos seguros para nesse momento expor os resultados de nossa investigação. Questões essas, vale dizer, a constituição da subjetivação do capital, também referenciadas explicitamente em diversas passagens dos *Grundrisse*. Todavia, esse é um tema caro se pensarmos nos desdobramentos e detalhes de sua imanência própria. É exatamente devido a isso, que pretendemos pesquisá-lo com mais calma, tempo e espaço necessários em nosso futuro projeto de doutorado.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Ler O capital.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. **Como Ler O Capital?** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980).
- _____. **Advertência a los lectores del libro I de El Capital.** s/d
- _____. **Comment lire Le Capital.** In: _____ Positions (1965-1975). Paris: Sociales, 1976.
- _____. **Guía para ler el Capital.** Revista de Filosofia y Teoria Social. Buenos Aires, ano 1, nº 2, 1992. Trad. Dario Diaz.
- _____. **Elementos de autocrítica.** In: Posições 1. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- BENOIT, H. Sobre a crítica (dialética) de O Capital.** Revista Crítica Marxista. São Paulo, nº. 3, 1993.
- _____. **Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de O Capital.** Revista Crítica Marxista. São Paulo, nº. 8, 1999, p. 81-92
- _____. **Da lógica com um grande “L” à lógica de O Capital - Hector Benoit;** Texto extraído do livro "*Marxismo e Ciências Humanas*". Org. Caio Navarro de Toledo.
- BIDET, Jacques. Explicação e reconstrução do Capital.** Trad. Lara Christina de Malimpensa – Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- BISPO, Artur. Dialética e ontologia em Hegel e Marx.** Revista Espaço Acadêmico. N. 120, maio de 2011.
- _____. **Trabalho e Tempo de Trabalho na Perspectiva Marxiana.** São Paulo: Instituto Lukacs, 2013.
- CHASIN, J. O Método Dialético.** s/d (Mimeo).
- _____. **Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica.** In: TEIXEIRA, F. J. S. Pensando com Marx. São Paulo: Ensaio, 1995.
- _____. **Superação do Liberalismo,** 1988 (Mimeo).
- CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia?** São Paulo: Primeiros Passos, 1995.
- _____. **A história no pensamento de Marx.** In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.5.doc>. Acesso em: DD.Mes.AAAA

CLAUDIN, Fernando. Crise do movimento comunista. São Paulo: Global Editora, 1985.

COGGIOLA. Engels o Segundo Violino. São Paulo: Ed. Xama, 1995.

DICIONÁRIO Português Alemão / Wörterbuch Portugiesisch Deutsch (Dicionários Editora). Gebundene Ausgabe . Von Porto Editora (Herausgeber), 1989.

DUSSEL, E. A Produção Teórica de Marx: Comentário aos *Grundrisse*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

ENGELS, F. A Revolução Antes da Revolução. Vol. I. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ESPINOSA, Benedictus de. Correspondência. Trad. Marilena de Souza Chauí. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FAUSTO, R. Marx: Lógica e Política. Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética. Tomos I e II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Marx: Lógica e Política.** Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética. Tomo III. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **Dialética Marxista, Dialética Hegeliana:** A Produção Capitalista como Circulação Simples. São Paulo: Brasiliense, 1997.

GIANNOTTI, J.A. Notas para uma análise metodológica de “O Capital”. n.29. São Paulo: Revista Brasiliense, 1960.

_____. **Origens da Dialética do Trabalho.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

_____. **Trabalho e Reflexão:** Ensaio para uma Dialética da Sociabilidade, São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Marx: Vida e Obra.** Porto Alegre: L&PM Pocket, 2000.

_____. **Certa Herança Marxista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GRESPLAN, J.L. O Negativo do Capital: O Conceito de Crise na Crítica de Marx à Economia Política. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 1999.

_____. **A Crise na Crítica da Economia Política.** In: Crítica Marxista. N.10, São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. **Marx, Crítico da Teoria Clássica do Valor.** In: Crítica Marxista. N°12 São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

_____. **A Dialética do Averso**, In: Crítica Marxista. N.14, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HEGEL, G. W. F. Ciência de la lógica. Trad. Augusta y Rodolfo Mondolfo. Buenos Ayres: Solar/LibrarieHachette, 1982.

_____. **Fenomenologia do espírito**. Vol. I. Trad. Paulo Meneses. São Paulo: Vozes, 1992.

_____. **Introdução à Filosofia do Direito**. Trad. Marcos Müller. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.

_____. **Princípios da filosofia do direito**. Trad. Norberto de Paula Lima. São Paulo: Ícone, 1997.

_____. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio** (1930). Vol. I. Trad. Paulo Meneses e José Nogueira Machado. São Paulo: Loyola, 1995.

HOBBSBAWM, ERIC. A Era das Revoluções 1789-1848. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2001.

_____. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1986.

HUBERMAN, L. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1986. Original – Mans WorldlyGoods, 1936.

JAPPE, A. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. Revista Limiar. Teoria Crítica. Orgs. Francisco Pinheiro Machado e Luciano Gatti. Vol.1 – N.2 – 2014. Dossiê. Trad. Silvio Rosa

_____. **As Aventuras da Mercadoria: para uma nova crítica do valor**. Lisboa: Ed. Antígona, 2006.

KANT, E. Crítica da razão pura. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999.

LAPINE, N. O Jovem Marx. Lisboa: Editorial Caminho, 1983.

LESSA, S. Trabalho e proletariado no Capitalismo Contemporâneo. 2ed. São Paulo: Cortez, 2011

_____. **Questões Teóricas e Metodológicas em Ciências Sociais**. Maceió, 1992 (Mimeo).

_____; **TONET, Ivo. Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Lukács: Método e Ontologia**. Disponível em:
<<http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/metodo_ontologia_1995.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. **Lukács, Ontologia e Método**: em busca de um (a) pesquisador (a) interessado (a). (1999). Disponível em:

<<http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/metodo_ontologia_1999.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

LOWY, Michael. A teoria da revolução no jovem Marx. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

LUKÁCS, G. Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O trabalho**. Trad. Ivo Tonet. Mimeografado. Extraído de Per l'ontologia dell'esseresociale. v. II Roma: Editori Riuniti, 1981.

_____. **História e consciência de classe**. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: LECH, 1979a.

_____. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: LECH, 1979b.

_____. El joven Hegel y los problemas de la sociedad capitalista. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona – México: Edições Grijalbo, 1970.

LUTZ MÜLLER, Marcos. Exposição e método Dialético em "O Capital". Extraído do Boletim Seaf, nº 2, Belo Horizonte, 1982.

MANDEL, E. El Capital: Cien años de Controversias. Trad. Adriana Sandoval, Stella Mastrangelo, Marti Soler. Mexico, D.F.: SigloVeintiuno, 1985.

MARX, Karl. O Capital. Livro I. II & III. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas).

_____. **O capital**. Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2013

_____. **A ideologia Alemã**. 5. ed., São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Formas que Precedem a Produção Capitalista**. In: Marx: Vida e Obra. Trad.de Luciano Codato. Porto Alegre: L&PM, 2000.

- _____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.
- _____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel: Introdução**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. **Para A Questão Judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. **Glosas críticas Marginais ao Artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.
- _____. **Contribuição à Crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão popular, 2008.
- MENEZES, Lincoln. **A filosofia da história de Hegel e a trindade cristã**. Artigo. 3º Encontro de Pesquisa na Graduação de Filosofia da Unesp - Campus Marília. ANO
- MÉSZÁROS, I. **O Conceito de Dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- MICHAEL, Inwood. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- NETO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.
- REICHEL, H. **Sobre a Estrutura lógica do conceito de Capital em Karl Marx**. Trad. Nélio Schneider. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- ROLDOLSKY. **Gênese e Estrutura de O Capital**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- RUBIN, I.I. **A Teoria Marxista do Valor**. Trad. de José Bonifácio da S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1980
- _____. **Ensaio Sobre a Teoria do Valor em Marx**. Trad. de Helena M. Simões, Via Editora, Lisboa. 1977.
- SOBOUL, A. **História da Revolução Francesa**. 2. ed., Rio de Janeiro: ZAHAR, 1974,
- TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- _____. **Cidadania, educação e emancipação humana**. Maceió: EDUFAL, 1996.
- _____. **A propósito de Glosas críticas**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.
- _____. **Trabalho Associado e Revolução Proletária**.